

SOROCABA 2019

Capa: **Mulher(es)**Aquarela sobre papel

Representação de inúmeros rostos femininos formando um só. As várias camadas e faces do ser mulher.

Autora: Renata Nunes, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - CAMPUS SOROCABA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS (CCHB) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGGeo-So)

RENATA NUNES

MULHERES NO ESPAÇO URBANO DE SOROCABA - SP: MOVIMENTOS DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS TERRITORIALIDADES

RENATA NUNES

MULHERES NO ESPAÇO URBANO DE SOROCABA - SP: MOVIMENTOS DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS TERRITORIALIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-So) do Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar *Campus* Sorocaba) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Na área de concentração Dinâmicas Ambientais e Socioespacias.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosalina Burgos

Nunes, Renata

Mulheres no espaço urbano de Sorocaba: movimentos de mulheres e a construção de suas territorialidades/ Renata Nunes. -- 2019.

144 f.: 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Rosalina Burgos

Banca examinadora: Neusa de Fátima Mariano, Silvia Lopes Raimundo Bibliografia

1. Geografia Urbana. 2. Mulheres. 3. Gênero. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Renata Nunes, realizada em 30/08/2019:

Profa. Dra. Rosalina Burgos UFSCar

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano UFSCar

Profa, Dra. Silvia Lopes Raimundo UNIFESP

DEDICATÓRIA

Para todas as mulheres que doaram um pouco de si para construção dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à todas as mulheres que ajudaram em sua construção, desde a orientação atenciosa e paciente da professora Rosalina Burgos, que a todo momento procurou sempre me incentivar "escreva, escreva" e me fazer acreditar em minha pesquisa e no meu potencial, até as mulheres que abriram um espaço em suas agendas e corações para me receber de braços abertos, em suas casas, trabalhos e por onde quer que estivessem. Obrigada Manu, Regina, Drika e Néia, por compartilharem comigo um pouco da sua história e luta, foi um aprendizado valioso.

À minha família, em especial minha mãe Dona Fátima, meus irmãos e meu pai, muito compreensivos a respeito das minhas ausências e sempre preocupados com minha saúde.

Aos amigos que entenderam também esse período de afastamento, mas que mesmo assim estavam presentes me ajudando, dando suporte, me ouvindo. Obrigada Luiza pelas muitas conversas e partilhas ao longo desses mais 15 anos de amizade, mesmo pelas dificuldades do encontro. Obrigada Thais, mesmo longe de mim, te sinto tão perto, sempre me confortando em momentos de aflição e ansiedade.

Agradeço às integrantes da banca, mulheres incríveis que compartilharam comigo sugestões riquíssimas para a conclusão desta dissertação, foi um aprendizado ter vocês, professoras Silvia Lopes e Neusa de Fátima, presentes neste momento especial.

Agradeço os colegas de classe da primeira turma do Programa de Mestrado e os professores do PPGGEO - UFSCar, que sempre incentivaram, motivaram e auxiliaram ao longo dos meses até a conclusão dessa dissertação.

Agradeço também a meu companheiro de longa data Luca, que em mais uma etapa, esteve comigo, me ajudando, incentivando e torcendo para que eu conseguisse ir atrás dos meus objetivos. Obrigada pelo carinho e compreensão ao longo dos anos.

Finalizo agradecendo a agência de fomento CAPES, por meio da coordenação do Programa de Mestrado, pela oportunidade de receber a bolsa de incentivo à pesquisa, neste momento de retrocessos políticos é necessário continuar lutando e defendendo a educação pública, gratuita e de qualidade.

"Cheguei à teoria porque estava machucada

– a dor dentro de mim era tão intensa que eu não
conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria
desesperada, querendo compreender – apreender
o que estava acontecendo ao redor e dentro de
mim. Mais importante, queria fazer a dor ir
embora. Vi na teoria, na época, um local de
cura".

- bell hooks. Ensinando a transgredir

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a produção de espaços a partir da luta,

militância e vida das mulheres na cidade de Sorocaba-SP, através da atuação de movimentos

de mulheres. Como estudo de caso, analisou-se as ações ligadas ao Conselho Municipal dos

Direitos da Mulher eleito para o biênio 2018/2020 como forma de compreender a produção

espacial institucionalizada em contraponto com as ações cotidianas das mulheres lideranças.

Procurou-se, a partir das histórias de vida dessas mulheres, analisar a relação dialética que

existe entre os espaços de representação e as representações do espaço (segundo a concepção

de Henri Lefebvre) para assim compreender a formação de territorialidades que surgem a

partir das demandas do próprio cotidiano.

Palavras-chave: Mulheres; espaço urbano; territorialidades; cidade; gênero.

WOMEN IN THE URBAN SPACE OF SOROCABA-SP: WOMENS'S MOVEMENTS AND THE CONSTRUCTION OF THEIR TERRITORIALITIES

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the making of spaces from women strife, militancy and life in the city of Sorocaba-SP, through the actions of different kinds of women movement. As study cases, the actions linked to the Women Rights City Council elected for the 2018/2020 biennium were analyzed as a way to understand the institutionalized space production in contrast to everyday actions of the leading women. Based on these women's life histories, we sought to analyze the dialectical relationship between the Spaces of Representation and the Representational Spaces (according to the conception of Henri Lefebvre) to understand the formation of territorialities that arise from the demands of daily life itself.

Keywords: Women; urban space; territorialities; city; gender.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 Localização da cidade de Sorocaba no Estado de São Paulo.
- Figura 02 Princípios de empoderamento para as mulheres.
- Figura 03 Panfleto entregue à população durante campanha do CMDM.

LISTA DE FOTOS

- Foto 01 Composição do CMDM (2018-2020)
- Foto 02 Distribuição de panfletos à população
- Foto 03 Ato em prol da DDM
- Foto 04 Audiência Pública em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres
- Foto 05 Evento finalizando o Mês da Mulher
- Foto 06 Espaço destinado às apresentações
- Foto 07 Espaço destinado às artistas locais
- Foto 08 Livro de poemas exposto durante o evento
- Foto 09 16ª Edição da Feira Livre de Arte do Beco do Inferno: bandeira
- Foto 10 16ª Edição da Feira Livre de Arte do Beco do Inferno e a Grande Otelo

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 Perfil das mulheres lideranças entrevistadas.
- **Tabela 02** Local de realização das entrevistas.
- **Tabela 03** Relação dos bairros que moram e trabalham as mulheres entrevistadas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ACIEPE - Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEREM - Centro de Referência da Mulher

CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

GRASA - Grupo de Apoio e Combate a Droga e Álcool Santo Antônio.

PLP - Promotoras Legais Populares

PLENU - Instituto Plena Cidadania

PPGEd. - Programa de Pós-Graduação em Educação

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

Introdução	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
CAPÍTULO 01. O estudo de Gênero dentro da Geografia: por uma Geografia feminista	30
1.2. A cidade e o Gênero: reflexões sobre as desigualdades de gênero no espaço urbando formação de territorialidades	
CAPÍTULO 02. Os espaços de representação e as representações do espaço: a construção territorialidades pelo movimento de mulheres	
2.1. Os espaços de representação e as representações do espaço	46
2.2. Os caminhos percorridos para compreender os espaços das mulheres na cidade de Sorocaba	49
2.3. Análise dos espaços de representação e das representações do espaço, das mulhere cidade de Sorocaba.	
CAPÍTULO 3 – O espaço vivido no contexto do movimento de mulheres na cidade de Sorocaba: uma análise do cotidiano a partir das narrativas orais	70
3.1. As diversas jornadas de trabalho das mulheres	73
3.2. Empoderamento e Sororidade	77
3.3. A importância da luta coletiva	81
3.4. Gênero, Raça e Classe	85
3.5. A prática socioespacial	89
Capítulo 04 – Cotidiano e territorialidades das lideranças do movimento de mulheres em Sorocaba.	97
4.1. Manu - Uma advogada militante feminista de direitos humanos	98
4.2. Regina – Trajetórias de uma mulher negra	102
4.3. Drika – A articuladora da <i>quebrada</i>	106
4.4. Néia Mira – A vida antes e depois do PLP	113
4.5. As práticas socioespaciais e a produção de territorialidades	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS	131
APÊNDICE A – Questionário sobre o perfil das entrevistadas	134
APÊNDICE B – Roteiro para realização de entrevista semiestruturada	136
ANEXO A – Notícias relacionadas à violência contra a mulher na cidade de Sorocaba	137
ANEXO B	142
ANEXO C – Lei nº13.104 - Feminicídio	143

Introdução

Essa dissertação expõe a pesquisa de mestrado situada no debate sobre a questão de gênero e a Geografia, bem como acerca da relação entre espaços de representação e representações do espaço (segundo as contribuições de Henri Lefebvre). Tal temática se realizou a partir da análise dos movimentos de mulheres na cidade de Sorocaba que resultam na construção de territorialidades. Entende-se por movimentos de mulheres todas as práticas coletivas que visam atender as demandas específicas das mulheres.

De início, faz-se aqui uma breve apresentação acerca do caminho trilhado, até culminar com essa dissertação, envolvendo a formação inicial no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos — Campus Sorocaba-SP, concluído em 2014. Nesse percurso, os estudos sobre a produção do espaço e a vida cotidiana proporcionaram a elaboração de questionamentos e uma análise crítica do modelo de urbanização atual, além dos tensionamentos existentes dentro do espaço urbano da cidade. Desde esse primeiro momento do percurso na universidade, observou-se a problemática das mulheres (aspetos da sociabilidade nas relações de vizinhança, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, atividades nas associações de bairro e entidades religiosas, no contexto do Trabalho de Conclusão de Curso), na construção de suas territorialidades no contexto do espaço urbano.

A experiência de vida na zona norte da cidade de Sorocaba que se caracteriza como popular e populosa, na periferia propriamente dita (Burgos, 2009), transformou-se em motivação já nos primeiros anos do curso em relação aos processos de urbanização, tais como a valorização e produção do espaço e a especulação imobiliária, pois muitos destes mesmos processos haviam se acentuado mais recentemente nos espaços da prática cotidiana. Ou seja, como tantos outros lugares da cidade, os bairros da zona norte passavam por um processo de valorização e especulação capitalista.

No Trabalho de Conclusão de Curso foi abordado o interesse pelos processos mais gerais relacionados à produção do espaço com os estudos do cotidiano; buscou-se conhecer um pouco mais sobre a história de formação do próprio bairro e também um pouco da história das pessoas que o constituíam e nele viviam. O interesse pelo estudo do cotidiano foi se fortalecendo com as aulas e orientações da Prof^a. Dr^a. Rosalina Burgos, orientadora do TCC durante a graduação e orientadora dessa Dissertação.

Ao longo da formação em Licenciatura, outras leituras foram sendo integradas e estão também na base de formação para o desenvolvimento dessa Dissertação. Leituras

relacionadas à sexualidade, raça, gênero, história oral e outras temáticas. Disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da UFSCar contribuíram para maior aproximação às temáticas relacionadas ao gênero. Nas aulas da Prof^a Dr^a Viviane Melo de Mendonça (PPGEd – UFSCar, Campus Sorocaba), tiveram início os questionamentos que perpassam essa pesquisa: a produção do urbano sob as determinações do patriarcado, num espaço notadamente marcado pelas desigualdades de gênero. Por intermédio dessas aulas e tantas outras comecei a refletir com mais profundidade sobre o papel da mulher na cidade e na sociedade.

Ao atuar como professora efetiva pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, numa escola localizada na região central da cidade – de característica popular e para aonde convergem os diversos fluxos de moradores para o trabalho ou em busca de serviços e comércios – propiciou também perceber as dificuldades e medos enfrentados pelas mulheres em seu cotidiano, bem como as lutas vividas diariamente para conquistar seu espaço físico e simbólico dentro da cidade.

Ao ingressar no PPGGeo/UFSCar no segundo semestre de 2017, integrante da primeira turma do Programa de Mestrado, foi significativo o fato de ter sido a primeira e única mulher dentre os aprovados, circunstância essa que dialoga com a temática estudada. Essa condição foi mais um elemento de reflexão sobre a participação feminina nos espaços culturais, sociais, acadêmicos, econômicos entre outros.

Deste modo, esta dissertação expõe a escolha teórica, metodológica e política da autora em busca de encontrar e compreender os espaços que as mulheres ocupam, relacionando a Geografia e a produção do espaço urbano com os estudos de gênero, bem como a formação de territorialidades das mulheres nesse processo.

Questões para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado foram delineadas: Quais espaços as mulheres realmente ocupam? – ou não ocupam? – como elas vivenciam, experimentam, percebem o urbano? Tais questionamentos nortearam a pesquisa visando compreender as questões de gênero que perpassam a cidade, com um olhar geográfico.

Assim, definiu-se a questão central e norteadora da pesquisa que se apresenta com o seguinte questionamento: Como as mulheres produzem suas territorialidades na cidade de Sorocaba? Esta questão resulta de um desejo de identificar os espaços simbólicos e físicos que as mulheres ocupam (ou não) bem como reconhecer as diferentes lutas, e formas de apropriação dos espaços, dentro da cidade de Sorocaba.

Para tanto, como forma de tentar elucidar a questão, constrói-se uma hipótese norteadora de que no movimento de mulheres, as mesmas desenvolvem estratégias partindo dos espaços de representação (a partir das demandas concretas do cotidiano) para construírem representações do espaço a fim de que possam estabelecer suas próprias representações (políticas, culturais, econômicas, entre outras). Diante disso, tem-se outra questão: Em que medida as representações do espaço não se tornam no decorrer do tempo – e com as vicissitudes da institucionalização das práticas – dissociadas dos espaços de representação? E dito isso, tem-se novamente outra hipótese: considerando-se a hegemonia da racionalidade masculina e patriarcal do mundo, estrategicamente as ações das mulheres historicamente se constroem como práticas coletivas, colaborativas, em rede (perpassadas pelos sentidos da sororidade¹), portanto tem em seu fundamento a necessária reprodução da dialética entre espaços de representação e representações do espaço. O chão onde estas práticas se consolidam resultam em territórios de luta por seus direitos, e nele a expressão concreta de suas territorialidades.

A temática da relação entre Gênero e Cidade é consideravelmente ainda pouco explorada no âmbito da Geografia, sobretudo no contexto da cidade de Sorocaba, o que conduziu a realização da pesquisa de acordo com uma indissociável relação entre teoria e técnicas de pesquisa de campo. Disso resulta a escolha metodológica pelas incursões a campo. Nesse aspecto, foi central a participação em eventos e atividades relacionados à causa da mulher em Sorocaba, além de entrevistas semiestruturadas que trouxessem a voz de diferentes mulheres que atuam na cidade para assim conhecer um pouco mais suas vidas, atividades e sua relação com o urbano. A pesquisa procurou também compreender como as questões de gênero aparecem no espaço urbano e modificam as relações que as mulheres estabelecem com a cidade, produzindo territorialidades.

No que diz respeito ao embasamento teórico-conceitual, as noções e conceitos centrais que norteiam a pesquisa são os espaços de representação e representação do espaço (da obra de Henri Lefebvre), gênero (sobretudo com base na bibliografia consultada no contexto das disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação) e territorialidades, que tem como base as muitas contribuições da Geografia (dentre as quais destaca-se a noção de território do uso apresentado por Odette Seabra) e também no contexto das questões de gênero.

_

¹ Em linhas gerais, remete-se à união e aliança entre mulheres, com base na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. O termo aparece em diversos momentos durante as falas das mulheres entrevistadas e será analisado com mais atenção no capítulo 03.

A partir desse enfoque, desenhou-se uma estratégia de pesquisa para reconhecimento das lideranças femininas na cidade e assim compreender seus processos de luta e apropriação do espaço, articulando seus espaços de representação e as representações do espaço, ao que voltaremos com o devido cuidado nos capítulos dessa dissertação. Deste modo, uma "visão de sobrevôo", como escreve Marcelo L. Souza (2007) em alusão a Maurice Merleau-Ponty, um olhar de longe, não seria o suficiente para abarcar toda a complexidade do fenômeno. Foi necessário ir mais a fundo na investigação, conjugar diferentes escalas, olhar de perto e de dentro², em diferentes momentos, adentrar ao nível mais próximo da vida cotidiana, conhecer movimentos e organizações de mulheres através da participação em diferentes eventos e atividades. Pois só é possível apreender estas realidades, realizações e ações a partir de uma escala de proximidade,

Como adentrar os 'mundos da vida' sem descer à escala das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos, à escala das celas e dos diversos espaços de uma penitenciária, à escala da faina diária dos ambulantes, à escala dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu trottoir noturno? (SOUZA, 2007, p.110)

Como descobrir os espaços de luta e resistência sem nos debruçarmos nos movimentos de mulheres? Como conhecer as contradições do espaço urbano sem conhecer como essas mulheres vivem e se organizam? Tais questionamentos nos movem para buscar compreender os processos atuantes e conhecer como os espaços são produzidos mediante estas inúmeras ações. Resulta que da luta por ter lugar, vez e voz na cidade, as mulheres produzem territorialidades em sua prática socioespacial, seja no interior dos movimentos de mulheres, seja na vida cotidiana propriamente dita.

Assim, optou-se pelo trânsito entre diferentes escalas de análise ao invés de adotar um "olhar" exclusivo, questionar os processos maiores que atuam na produção dos lugares, como o modo de produção capitalista e o processo de opressão por meio do patriarcado, bem como mergulhar no estudo próximo, na vida. Buscou-se, "combinar os olhares - o de perto e o de longe, aquele que permite 'colocar-se de fora' (e à distância) com aquele que exige 'estar dentro'" (SOUZA, 2007, p.111) como parte desse processo de compreensão dos fenômenos.

Na totalidade do espaço da cidade o caminho metodológico construído para delimitação da área de estudo foi aquele de identificar o universo da pesquisa que correspondesse aos espaços de representação e representações do espaço, liderados por mulheres. A partir disso, realizou-se as seguintes etapas: levantamento das entidades,

20

² MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2002, vol.17, n.49, pp.11-29.

instituições de mulheres, lideranças e eventos, além da observação de acontecimentos de relevância para o tema. Deste modo, inicia-se a pesquisa a partir da delimitação desses espaços de representação e não de uma única região ou localidade específica, sendo a área de estudo a própria cidade de Sorocaba.

Acerca dos casos analisados, a pesquisa se debruça sobre o movimento de mulheres no sentido amplo e identifica dois segmentos com causas mais específicas: um em torno das ações do Conselho Municipal da Mulher e outro em torno das ativistas artistas na cidade de Sorocaba. Assim, ora será citado o movimento de mulheres, no sentido geral e os movimentos de mulheres no sentido que reúne diversas frentes de atuação. Destaca-se também que existe um trânsito entre esses movimentos em que as mulheres que estão engajadas na organização têm um diálogo entre a atuação política (vinculado, sobretudo aos direitos e à superação da violência contra a mulher) e a potência da arte e cultura, como a Mostra de Arte das Mulheres e a Feira Livre de Arte Beco do Inferno que acontecem periodicamente na cidade de Sorocaba. Desta forma, o adentrar as territorialidades produzidas pelas e para as mulheres, a exemplo dos espaços conquistados pela luta por direitos (o próprio Conselho Municipal de Mulheres e o Centro de Referência da Mulher³, dentre outros que integram os casos analisados nessa pesquisa), não é uma escolha só teórica, mas também política de aproximação com os sujeitos sociais.

Em termos metodológicos, há a preocupação em compreender as relações socioespaciais a partir da própria história, cotidiano e atuação das mulheres - destacando-se as lideranças dos movimentos - conhecer seu histórico de luta para compreender assim como as territorialidades resultantes são produzidas. Ainda dando ênfase à importância do trabalho de campo, central nessa pesquisa, destaca-se a realização de entrevistas por meio de roteiro semiestruturado, com quatro mulheres que atuam em diferentes frentes ligadas à causa feminina, as quais compartilham suas lutas e desejos por um outro urbano possível. Paralelamente, realizou-se trabalhos de campo para observação e melhor compreensão sobre os movimentos de mulheres. Tal procedimento se deu durante atividades e eventos relacionados à causa das mulheres, através de uma atuação mais próxima. Assim, conseguiu-se estabelecer diretrizes que guiaram a realização desse estudo. Por meio dessa *observação*

-

³ Centro de Referência da Mulher Selma Said (CEREM), administrado pela Coordenadoria da Mulher da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e com supervisão do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) atua na construção da cidadania da mulher, ampliando seus conhecimentos sobre direitos e o entendimento sobre as relações de gênero. O Centro de Referência da Mulher está localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 440, no Centro, em frente à Rodoviária. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Disponível em:< http://agencia.sorocaba.sp.gov.br/centro-de-referencia-damulher-atende-em-novo-telefone/>. Acesso em: 02 de mar. 2019.

participante (Brandão, 1999), pôde-se melhor compreender os processos atuantes na produção do espaço e as implicações para a vida das mulheres. De acordo com Brandão (1999, pág.12), "(...) o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem", o olhar de perto, a observação próxima dos acontecimentos, eventos e afins foi deste modo de suma importância para a compreensão dos fenômenos relacionados aos espaços de representação e as representações do espaço. Portanto, em relação à técnica de campo citada, entende-se que se trata de observação participante e não de pesquisa participante propriamente dita. Essa última se refere às pesquisas que "se originam dentro de diversas unidades de ação social que atuam preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares" (BRANDÃO, 2007, p.53) de modo que "alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular" (BRANDÃO, 2007, p.53) sendo o próprio problema de pesquisa originado a partir das demandas populares em uma construção conjunta com o pesquisador. De todo modo, a observação participante proporcionou profícua forma de relação entre teoria e prática e contribuiu de maneira efetiva para melhor compreensão da temática abordada nessa pesquisa.

Ainda em relação às técnicas de pesquisa de campo, adotou-se alguns critérios da metodologia da história oral, tendo como principal referência as contribuições de José Carlos Meihy (2002) e Sônia Maria de Freitas (2006), de modo a observar alguns aspectos da mesma, porém sem todas as suas minúcias (como será visto nos Capítulos 3 e 4).

Neste sentido, a pesquisa se debruça sobre uma pequena parte da história da algumas mulheres que atuam, participam, vivenciam de inúmeras formas o espaço urbano, mulheres que existem na cidade, são reais, concretas. Para tanto, a coleta de memórias, através de entrevistas semiestruturadas se faz de suma importância neste trabalho,

[...] é pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela história que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento. (FREITAS, 2006, p.47)

E ouvir as memórias destas mulheres, que observam, escutam e sentem a cidade das formas mais variadas é estar em território de tensões, uma vez que "entre o público e o privado, a calçada, após a rua, é lugar de uma luta surda pela apropriação do espaço. É um prolongamento da casa, mas além desse limite, a quem ela pertence exatamente?" (PERROT, 2014, p.28).

Compreender, portanto, esta relação existente entre o gênero e a cidade, é um dos objetivos e desafios deste trabalho. Do mesmo modo, identificar as territorialidades que se apresentam neste urbano, através dos eventos e atividades desenvolvidos pelas mulheres em diversas localidades de Sorocaba, que direta ou indiretamente se trata da busca pelo direito à cidade. A pesquisa teórica comprometida com esta problemática social orienta uma proposição prática de superação deste silenciamento e o resultado final desse mestrado se insere nessa premissa.

Salienta-se também a necessidade de um estudo pautado em uma análise consubstancial, indissociável e interseccional - partindo das ideias presentes nas obras de Angela Davis (2016) - a fim de compreender não apenas a categoria gênero como determinante nas relações socioespaciais que ocorrem no espaço urbano, mas também como as categorias raça e classe também se interpõem neste sujeito mulher, colaborando para que as opressões impressas sobre esta tornem-se maiores ou menores, sem hierarquizá-las.

Em termos da estrutura de exposição da pesquisa, a dissertação se apresenta com os seguintes Capítulos:

O Capítulo 1 inicia-se com uma introdução ao estudo de gênero dentro da Geografia e os estudos de uma Geografia feminista, onde procurou-se traçar um panorama dos estudos de gênero e dos feminismos dentro da Geografia, com a contribuição de inúmeras geógrafas e outras autoras que auxiliaram no processo de estruturação desses conceitos e categorias. Destaca-se os trabalhos das geógrafas do norte Gil Valentine, Rose Gillian e Dorren Massey, as geógrafas brasileiras Sonia Alves Calió, Joseli Maria Silva, entre outras, e autoras e autores das mais variadas áreas das ciências humanas, como Adrienne Rich, Joan W. Scott, Michelle Perrot, entre outros mais.

No Capítulo 2, propõe-se um estudo da cidade e do gênero de modo a compreender o espaço urbano dentro de um processo maior de ação do patriarcado, onde os espaços são marcados por essa especificidade, criando novas formas de opressão e desigualdade, para além da exploração capitalista. Diante disso, foram analisados os espaços de representação e as representações do espaço, a partir da produção do espaço realizadas pelas mulheres integrantes do movimento de mulheres na cidade de Sorocaba. Seguindo pelos conceitos de Henry Lefebvre, procurou-se compreender como estas categorias se relacionam com o espaço urbano de Sorocaba e criam novas territorialidades, advindas também das ações cotidianas. Alguns exemplos das atividades desenvolvidas pelos movimentos de mulheres aparecem nesse capítulo para ilustrar essas relações.

O Capítulo 3 traz a relação entre as narrativas a partir do espaço vivido das mulheres, com questões relacionadas às múltiplas jornadas de trabalho, empoderamento e sororidade, além das dinâmicas espaciais. Neste capítulo são exploradas as falas das mulheres, através do diálogo entre elas, apesar das diferentes narrativas observou-se diversos pontos em comum em suas histórias, que foram utilizados para construção deste capítulo.

Já o Capítulo 4 apresenta um pouco da história de vida das mulheres entrevistadas, através da transcrição parcial de suas entrevistas, ao final do capítulo há uma reflexão acerca da formação de territorialidades distintas através da produção de espaços de visibilidade para as mulheres por meio do cotidiano e militância das entrevistadas.

Além de garantir visibilidade ao tema da mulher e a proposição de políticas públicas efetivas, a presente dissertação procura ainda subsidiar novos estudos e pesquisas com essa temática ao organizar informações que possam servir como referencial, além de possibilitar novos questionamentos, indagações e novos caminhos a serem percorridos através de situações ainda não abordadas com profundidade nesta pesquisa, e que poderão ser aprofundadas posteriormente num doutoramento.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, compreende-se que a trajetória de luta dos movimentos de mulheres, que se fazem valer pelas estratégias que articulam espaços de representação e representação do espaço, resultam na construção de territorialidades que promovem a construção de uma cidade mais igualitária para mulheres e homens.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao longo da pesquisa foram estabelecidos alguns procedimentos que auxiliaram no processo de construção da mesma ao subsidiar a escrita do texto final e a elaboração de diversos materiais, como o roteiro de entrevistas, questionários e tabelas.

Salienta-se assim, que as atividades que foram desenvolvidas ao longo desses semestres em muito contribuíram para definir a estrutura da dissertação. As atividades internas e externas também foram de suma importância para a construção dos argumentos e conceitos usados, de modo que através da observação prática compreendeu-se melhor os inúmeros processos que atuam no espaço urbano da cidade de Sorocaba onde as mulheres constroem suas territorialidades.

Assim, apresenta-se a seguir os procedimentos adotados para a realização da pesquisa:

 Revisão bibliográfica e construção do embasamento teórico conceitual em diálogo com as disciplinas que ofereceram contribuições nessa fase inicial da pesquisa.

Ao longo dos semestres foram cursadas inúmeras disciplinas que contribuíram para a construção desse trabalho, tanto para compreender o sujeito, as relações de gênero e o espaço urbano da cidade de Sorocaba. Com cada disciplina foi possível avançar um pouco mais na compreensão dos processos que atuam no urbano, além de auxiliar nas práticas do trabalho de campo, com destaque para as entrevistas desenvolvidas ao longo destes meses.

Foram cursadas disciplinas no próprio Programa de Mestrado assim como no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd./UFSCar — Sorocaba). As disciplinas cursadas no PPGEd, contribuíram ao longo da trajetória de elaboração do projeto de pesquisa, da realização do relatório de qualificação e da redação final da dissertação ao tratar de temas recorrentes na pesquisa tais como gênero, narrativas orais, memória, sexualidade entre tantos outros tópicos através de diversas autoras e autores de diferentes áreas do conhecimento, tais como bell hooks, Monique Witting, Gayle Rubin, Raewyn Connel, que nos auxiliaram no campo dos estudos de gênero e dos feminismos.

Destaca-se que as disciplinas foram escolhidas justamente pela afinidade com a pesquisa, contribuindo imensuravelmente para o aprofundamento de questões mais complexas

relacionadas à formação do sujeito e indivíduo mulher, a desigualdade de gênero e os sistemas de opressão que atuam sobre as mulheres.

2. Trabalho de campo:

Concomitante com as disciplinas cursadas e com eventos relacionados a Universidade, foram realizados os trabalhos de campo. O trabalho de campo incluiu a realização de entrevistas e a participação em eventos diversos no universo da pesquisa. Observa-se:

2.1 Em relação às entrevistas:

As entrevistas foram realizadas segundo parâmetros das técnicas de história oral juntamente com as transcrições completas das falas que compõem o acervo da pesquisa. Com base nessa perspectiva, realizou-se:

- a) A escolha das entrevistadas, a partir de indicações e observação de atividades e eventos destinados à mulher;
 - b) A elaboração de um questionário para conhecer o perfil das entrevistadas;
- c) Elaboração de um roteiro de entrevista, com questões relacionadas à sua militância e vida cotidiana, conforme Apêndice B.
- d) As primeiras entrevistas foram com a presidenta do CMDM e advogada Emanuela Oliveira de Almeida Barros conhecida como Manu e com a secretária do CMDM e professora do curso de Enfermagem da UNIP Sorocaba, Regina Cardoso da Silva;
- e) As últimas entrevistas ocorreram com outras duas mulheres atuantes nos movimentos de mulheres da cidade, sendo a primeira com a ativista Adriana Martim de Souza Costa (conhecida como Drika) e a segunda com a coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, Claudinéia Aparecida de Almeida Mira (conhecida como Néia);
- f) Após a finalização das entrevistas houve a transcrição literal das mesmas, que serviram como base para a elaboração das narrativas das entrevistadas e dos fragmentos de citações utilizados ao longo do texto. Optou-se por retirar os marcadores de linguagem falada e escrever os textos segundo Português padrão para facilitar a leitura e compreensão das falas mas em nenhum momento o sentido do que foi dito foi alterado;
- g) Em momento posterior foi realizado outro encontro com as mulheres para que as mesmas pudessem ter contato com sua entrevista na íntegra e com o material elaborado a partir das gravações, neste momento elas ficaram livres para alterar qualquer trecho do que estava escrito, bem como sugerir um título para suas próprias histórias.

h) A inserção de seus depoimentos no corpo do texto, e não como um Apêndice, foi uma opção metodológica com base nos fundamentos da história oral e como forma de valorização dos depoimentos.

2.2. Em relação à participação nos eventos e a observação participante:

A observação participante foi um caminho teórico-metodológico para compreender como é a relação das mulheres com o espaço urbano da cidade de Sorocaba, bem como conhecer suas lutas, desafios e conquistas. Ainda que a pesquisa não tenha tomado a direção da pesquisa participante propriamente dita, a observação participante foi adotada como procedimento para inserção no universo de pesquisa nos seguintes momentos:

- a) Eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), para acompanhar a votação aberta para a constituição do novo conselho para o biênio de 2018-2020 no dia 15 de janeiro de 2018. A participação neste evento em muito contribuiu para a pesquisa ao auxiliar no estabelecimento do primeiro contato com lideranças femininas da cidade de Sorocaba. Neste evento além de observar o desenvolvimento da votação, pude votar;
- b) Trabalho de campo articulado entre a participação durante a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e aula das Promotoras Legais Populares⁴ realizado no dia 28 de junho de 2018. A participação nesta reunião aberta do Conselho teve por objetivo conhecer outras lideranças femininas da cidade, além de compreender como elas atuam e em que espaços se organizam;
- c) Participação no cine-debate do filme "No tempo das borboletas" em prol da Campanha: "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres", realizada pelo CMDM de Sorocaba. O encontro realizou-se em 25 de novembro de 2018 no Centro de Artes e Esportes Unificados CEU das Artes do Laranjeiras, bairro periférico da cidade;
- d) Participação em outras atividades durante a campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres" desenvolvida pelo Conselho da Mulher, que contou com uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Sorocaba, panfletagem e roda de conversa na região central e nos shoppings populares da cidade, além de um ato simbólico em prol da Delegacia de Defesa da Mulher, durante o mês de novembro de 2018;
- e) Participação na IV Mostra de Arte das Mulheres de Sorocaba, que ocorreu entre os dias 30 e 31 de março de 2019 no Supernova Coletivo localizado na Rua Mascarenhas

27

⁴ Projeto destinado à formação de mulheres para a atuação em suas comunidades por meio do conhecimento dos direitos e dos meios de acesso à justiça. Elas atuam prestando orientações ou intervindo em situações cotidianas de desigualdade, violência ou opressão.

Camelo, 550 - Vila Santana, Sorocaba - SP. A participação no evento teve por intenção conhecer espaços utilizados pelas mulheres para a manifestação artística, cultural e de resistência, além de compreender como elas se organizam nesses espaços;

- f) Participação na XVI Feira do Beco do Inferno na Praça Frei Baraúna na região central da cidade, fundada por coletivo de mulheres artistas de Sorocaba e região, no dia 21 de abril de 2019.
 - 3. Reuniões periódicas de orientação e discussão do desenvolvimento da pesquisa em eventos acadêmico-científicos

3.1.Orientação

No decurso do desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas reuniões com a orientadora, bem como participação em atividades que permitiram debater o andamento da pesquisa.

- 3.2. Participação em eventos para debater e aprofundar os encaminhamentos da pesquisa
- a) Participação na Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) conduzida conjuntamente pela Prof^a Dr^a Lourdes de Fátima Carril e a aluna do curso de Licenciatura em Geografia Uma Reis Sorrequia, em 27 de Março de 2019. Com o tema: "Cidade, espaço urbano e relações de gênero", foi debatido juntamente com as alunas e alunos a importância dos estudos de gênero dentro da Geografia, foi questionado a desigualdade de gênero dentro da cidade além de apresentar o andamento da pesquisa e os resultados que obtive até o momento; Apresentação oral de trabalho desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado no EGAL Encontro de Geógrafos da América Latina durante a primeira quinzena de abril de 2019, intitulado "Mulheres no espaço urbano da cidade de Sorocaba SP: desigualdades de gênero e territorialidades". O encontro ocorreu em Quito no Equador.
 - 4. Tabulação de dados e organização dos mesmos em quadros, gráficos e tabelas;
- 5. Elaboração de representação cartográfica acerca dos locais de atuação dos movimentos de mulheres na cidade de Sorocaba;
- 6. Redação final da pesquisa, com a estrutura de Capítulos, após realizado o Exame de Qualificação.



CAPÍTULO 01. O estudo de Gênero dentro da Geografia: por uma Geografia feminista

"Andar juntas, não soltar a mão de nenhuma de nós, uma sobe e puxa a outra, é força e fortalecimento que precisamos."

Adriana Martim

A pesquisa desenvolvida contempla o estudo das relações de gênero presentes na cidade de Sorocaba, unindo assim o conteúdo geográfico, através do espaço e das territorialidades com as concepções de gênero e patriarcado.

Para tanto, inicio com a mesma indagação feita a Linda McDowell (2000) durante uma entrevista: "O que tem a ver Geografia e Gênero?". Qual relação teria os estudos geográficos com a categoria gênero? McDowell se propõe em sua obra "Gênero, Identidade e Lugar: Um estudo das geografias feministas" elucidar esta questão, defendendo a categoria gênero como mais uma variante necessária para compreender os processos atuantes nas cidades e sociedades atuais. Nesta pesquisa também procuro estabelecer estas relações entre gênero e a Geografia para assim compreender o espaço urbano e a cidade no momento atual, uma vez que "o gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, nos movimentos das populações e nas criações das cidades" (CONNELL, 2016, p.33), ou seja, está presente no espaço.

Muitas geógrafas levaram a fundo seus questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade e a desigualdade de gênero no mundo. Nos Estados Unidos e Reino Unido, guiadas pela segunda onda do feminismo⁵ durante a década de 60 (que consistiu na luta pelos direitos reprodutivos e das discussões acerca da sexualidade) várias geógrafas questionaram a falta de mulheres dentro do ambiente acadêmico. Estes movimentos frutificaram e ganharam força nas décadas seguintes. Geógrafas como Linda McDowell, Doreen Massey e Gillian Rose, desenvolveram vários trabalhos questionando a produção do conhecimento geográfico além de colaborar para a construção de uma Geografia Feminista no hemisfério Norte. Este movimento da geografia feminista anglo-saxônica contribuiu para a construção do debate em

movimento feminista a partir dos anos de 90.

⁵ O movimento feminista é marcado por três ondas principais, relacionadas ao período e contexto histórico que ocorreram. A primeira é marcada pela luta pelo sufrágio universal no final do século XIX, a segunda pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos durante a década de 1960 e a terceira que traz uma análise intersecional e consubstancial com recorte de classe, raça e sexualidade para questionar a centralidade da mulher-branca no

outros lugares, mas assim como salientam as autoras anteriormente citadas, muitas vezes seus escritos não conseguem abarcar a totalidade da realidade vivida no hemisfério Sul.

Apesar do debate de gênero dentro da geografia anglo-saxônica não ser tão recente, o mesmo não consegue abarcar todas as sutilezas e diferenças existentes no contexto brasileiro, situado no Sul global. Nesse contexto a socióloga Raewyn Connell (*apud* Smith 1999) ao referir-se aos estudos de gênero defende uma "descolonização do método", criticando práticas como a leitura exclusiva de teóricos da metrópole ou a ida até a metrópole para obter reconhecimento.

É necessária assim uma construção teórica brasileira acerca das desigualdades de gênero e da Geografia feminista a fim de abarcar os processos relacionados ao passado colonial do Brasil e que marcaram profundamente a sociedade brasileira, principalmente no que tange ao mito da democracia racial. Sobre esta problematização Veleda da Silva (2016, p.89) aponta que um dos maiores desafios é "criar um esquema teórico metodológico que dê conta da diversidade que nasce em um contexto histórico-geográfico totalmente diferente dos contextos em que foram criados a maioria dos conceitos e teorias feministas que se estão utilizando".

No contexto brasileiro, os estudos de gênero dentro da Geografia datam do início da década de 70, intensificando-se nos últimos 25 anos principalmente com os estudos acadêmicos da pós-graduação. Podemos destacar o trabalho de inúmeras autoras e autores, dentre elas as geógrafas Joseli M. Silva, Sonia A. Calió, Rosa Ester Rossini⁶, Susana M. Veleda da Silva, entre outras mais.

Inicialmente as produções procuravam criticar a forte presença masculina dentro da ciência geográfica, tanto no ambiente institucional acadêmico quanto na forma de produção do conhecimento através da escolha de temas e referenciais teóricos orientados por um pensamento hegemônico patriarcal. O movimento feminista dentro da Geografia brasileira se insere neste momento num contexto mais amplo de lutas feministas situadas no pós-golpe militar de 1964. Nos anos seguintes com a instauração do Ano Internacional da Mulher (1975), "as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana (TELES, 2017, p.25)" aumentando assim publicações relacionadas a esta temática.

⁶ Rosa Ester Rossini foi uma das docentes responsáveis pela fundação em 1985 na Universidade de São Paulo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, a iniciativa visava aprofundar a construção empírica e teórica dos estudos de gênero, etnia, raça e classe no Brasil e na América Latina. Em 1988, com a regulamentação dos núcleos de apoio pela USP, adotou-se a denominação Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de

Ao longo da década de 80 o debate acerca do conceito de gênero e sexualidade ganha destaque nos estudos da Geografia Feminista brasileira. Se na academia o debate de gênero dentro da Geografia começava a emergir, na sociedade temas relacionados à liberdade sexual, descriminalização do aborto, acesso às creches eram as principais pautas do movimento feminista, que ainda enfrentava um período de regime ditatorial.

Com o passar dos anos, a terceira onda do feminismo trouxe para o debate novas indagações e questionamentos sobre os estudos feministas dentro da Geografia, principalmente relacionados à sexualidade e raça, de modo a crescer as publicações e trabalhos relacionados à teoria *queer*, transsexualidades e travestilidades, principalmente com os trabalhos do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Joseli M. Silva.

Esta pesquisa propõe assim, seguir pelo caminho da Geografia Feminista e da Geografia de Gênero, ao se impor como uma crítica ao patriarcado e às opressões de gênero, tanto no bojo das ciências humanas quanto na sociedade. Para tanto, cabe tecer algumas considerações a respeito destas denominações.

A Geografia Feminista está intimamente relacionada ao questionamento dos papéis atribuídos às mulheres nas ciências e na sociedade, criticando também alguns conceitos dentro da ciência geográfica. Por muitos anos questionou-se a produção acadêmica geográfica sob um viés sexista, com a pouca participação de mulheres em ambientes acadêmicos. Ressalta-se que a Geografia Feminista não compreende apenas os estudos de gênero, mas abarca outras temáticas dentro da produção acadêmica, através da defesa de uma postura teórica política comprometida com questionamentos relacionados à participação das mulheres na sociedade.

Deste modo, segundo Susana M. Veleda da Silva, a Geografia Feminista "incorpora as contribuições teóricas do feminismo para explicar e interpretar os fenômenos geográficos" (2016, p.79), considerando outros aspectos para compreender a realidade e criticando determinadas posturas de tal modo que,

a essência dos estudos feministas é demonstrar que a construção e o significado da diferenciação sexual constituem princípios organizadores fundamentais e eixos do poder social, bem como uma parte decisiva da constituição do sujeito e do sentido individual de identidade, como uma pessoa com sexo e gênero (MCDOWELL, 2000, p.21 tradução nossa)

Compreender tais relações é aprofundar-se nas tramas de poder, e conhecer os sujeitos inseridos nesses processos. Com isso,

o propósito específico de uma geografia feminista é investigar e expor o relacionamento entre as divisões de gênero e as divisões espaciais, para descobrir

como eles são mutuamente constituídos, e mostrar os problemas ocultos por trás de sua aparente naturalidade. (MCDOWELL, 2000, p. 27. tradução nossa)

Cabe, portanto à Geografia Feminista investigar e questionar a produção acadêmica orientada por um viés sexista e desigual. Enquanto isso, a Geografia de Gênero incorpora o gênero como categoria de análise - fruto das contribuições da Geografia Feminista - e demostra o quanto essa categoria também determina as relações sociais, para além dos conceitos de classe e raça. Em ambos os casos, tanto a Geografia Feminista quanto a Geografia de Gênero, buscam um novo enfoque para questões já abordadas pela Geografia, considerando para tanto o sujeito mulher.

Portanto, priorizar o estudo do gênero, dentro da análise geográfica,

traz visibilidade às mulheres e permite outras re-leituras dos fenômenos sociais. Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade.... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder (CALIÓ, 1997, p.01).

Sendo assim, essa abordagem é de fundamental importância para a análise e interpretação das relações sociais que ocorrem nos diferentes espaços, uma vez que esses se configuram também como uma relação de poder, de modo que,

os espaços surgem das relações de poder, as relações de poder estabelecem as normas e as normas definem os limites, tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem é excluído (MACDOWELL, 2000, p.15 tradução nossa)

E nessas relações de poder, a categoria gênero aparece como mais uma variável que determina as interações e as formas de produção muitas vezes desiguais dos espaços.

Apesar das inúmeras conceituações que a categoria gênero possa apresentar, a depender das autoras utilizadas, compreende-se para efeito desta pesquisa enquanto apresentado por Heleieth Saffioti (2015) no livro "Gênero, Patriarcado, Violência" no qual, ainda que de limitado consenso, gênero pode ser compreendido como construção social do feminino e masculino, e deste modo segundo Joan Scott apud Silva (1990, p.14) "um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos". Para tanto gênero,

torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.73)

Prevalece aqui a construção cultural e social de gênero. Salientando ser gênero uma categoria que perpassa o espaço urbano, juntamente com outras categorias, produzindo assim diversos espaços e territorialidades.

Somando-se ao conceito de gênero para assim subsidiar a análise geográfica faz-se uso no corpo do trabalho do conceito de patriarcado para auxiliar a compreender as relações de poder que estão inseridas no espaço urbano. Entende-se por patriarcado "como o próprio nome indica, (...) o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015, p.47)", sendo um de seus elementos nucleares o controle da sexualidade feminina (Saffioti, 2015), por meio inclusive da heteronormatividade compulsória como aponta autoras como Adrienne Rich (1993).

Saffioti (2015) esclarece, ou em suas palavras sistematiza e sintetiza o conceito de patriarcado, como uma relação privada mas civil, que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, de modo a configurar um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, bem como possui uma base material e também corporifica-se, representando finalmente uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Veleda da Silva (2016), por sua vez, destaca a relação do patriarcado com a divisão do trabalho a partir da concepção de Iris Young (2016, p.77) a qual afirma que, "o fundamento do patriarcado é o controle do trabalho das mulheres que as exclui do acesso aos recursos produtivos, colocando as relações patriarcais intrínsecas a serviço das relações de produção", estando assim intimamente ligado ao modo de produção capitalista, por ser também um sistema de dominação e opressão.

Compreender, portanto, estes conceitos nos ajuda a entender a estrutura e funcionamento da sociedade atual, além de elucidar questões referentes à desigualdade de gênero, uma vez que o patriarcado representa uma construção de poder baseada na dominação da mulher pelo homem e que impregna todos os espaços, tanto no âmbito público quanto no privado.

E nas sociedades atuais juntamente ao patriarcado, se impõem sobre os corpos das mulheres o modo de produção capitalista, combinando e criando assim uma divisão sexual do trabalho, que perpassa os níveis políticos, ideológicos e econômicos, de modo que,

é a compreensão da totalidade desse sistema de dominação que vai nos permitir analisar a questão da mulher dentro do sistema urbano através de duas variáveis: a exploração econômica do capitalismo e a opressão sexual do patriarcado (CALIÓ, 1997, p.04)

Na sociedade capitalista a divisão do trabalho deixa para as mulheres as tarefas domésticas e os cuidados familiares, enquanto para o homem recai a responsabilidade do trabalho remunerado, de modo que nesta divisão patriarcal as opressões e dominações masculinas se fazem presentes sobre os corpos e vidas das mulheres dificultando inclusive sua independência econômica. Nesta divisão o trabalho remunerado fora de casa é mais valorizado que as comumente chamadas "tarefas" do lar. Por essas e outras questões é de extrema importância compreender a ação do patriarcado dentro deste sistema de produção capitalista, uma vez que "excluindo-se a combinação patriarcado/capitalismo no sistema urbano, exclui-se a real existência da mulher na cidade (CALIÓ, 1997 p.05)".

Nas sociedades capitalistas atuais,

a divisão entre o trabalho reprodutivo como as tarefas domésticas e os cuidados familiares designados para as mulheres e o trabalho produtivo remunerado definido para os homens se fundamenta em uma concepção patriarcal que reforça o status de dominação masculina (SILVA, 2016, p.78 tradução nossa)

Ou seja, como apontam diversas autoras, referindo-se a um dos lemas políticos do feminismo da década de 60 "o pessoal é político" a definição de um lugar privado da mulher e um local público do homem, "mascara ideologicamente a opressão patriarcal que as mulheres sofrem e pode levar a explicações biologizantes para as razões de tal divisão sexual" (RODRIGUES, 2017, p.129).

Portanto, os "estudiosos urbanos que usam conceitos como **segregação, direito à cidade**, **revolução urbana**, (...) em termos de classes sociais e de luta de classes, dificilmente incorporam aí análises de gênero" (CALIÓ, 1997, p.05) ou mesmo do patriarcado e podem ter uma visão muitas vezes redutora dos problemas urbanos. Ao negar ou não enxergar as desigualdades de gênero que existem no plano da cidade, se perde uma categoria de interpretação valiosa que determina as relações estabelecidas e produz seu próprio espaço.

Salienta-se que não intencionamos aqui hierarquizar nenhuma categoria como mais ou menos importante em detrimento da outra, mas destacarmos a necessidade em não se negligenciar gênero na análise socioespacial. Sem um estudo consubstancial que considera outras variantes para além da categoria classe, caímos em exame simplista das relações de poder que permeiam e esquadrinham a cidade, uma vez que esta é permeada de relações de dominação oriundas das diferenças entre gênero, sexualidade e raça.

1.2. A cidade e o Gênero: reflexões sobre as desigualdades de gênero no espaço urbano e a formação de territorialidades

Para compreendermos o espaço urbano e as relações de gênero estabelecidas, necessitamos de alguns questionamentos, tais como: a cidade, a quem pertence. Quem realmente pode estar e usufruir todos os seus espaços e momentos? Este espaço também pertence à mulher? E como é feita esta apropriação do espaço?

Estes questionamentos nos levam a seguir um caminho para compreender as relações que se materializam na cidade, através de inúmeras autoras e autores, teorias e metodologias que nos oriente a encontrar respostas para tais perguntas.

Para elucidar as relações existentes na cidade foram utilizados alguns conceitos e categorias explicitados anteriormente e nas próximas páginas que garantiram suporte à pesquisa, norteando e justificando a mesma. Justifica-se assim mais uma vez o estudo de gênero na cidade, dado que a mesma se projeta como uma construção histórica marcada de espaços feitos para o homem, sob a lógica masculina do habitar e permanecer, expressa desde os planos arquitetônicos e suas racionalidades até os logradouros, ruas e avenidas. A racionalidade cartesiana do espaço concebido, com destaque para o período industrial e pósindustrial, é a racionalidade técnica nitidamente masculina, hegemonicamente planejada e administrada por homens, sobretudo em relação aos espaços públicos. Faz-se necessário compreender estas questões para compreender as tensões que ocorrem neste espaço bem como as territorialidades que nele se formam.

Os estudos de gênero e Geografia contribuem para compreender as relações que se estabelecem no urbano, de modo que possamos entender as tensões existentes nestes espaços de disputa que resultam em um uso muitas vezes restrito de determinados locais para as mulheres. Autoras como Gil Valentine (1989) nos auxiliam neste processo ao abordar questões relacionadas ao modo como as experiências das mulheres mudam o modo como elas se apropriam de determinados lugares, a depender dos horários, dias da semana ou de fatos que ocorreram nesses espaços. São metamorfoses das formas de apropriação do espaço sob determinações de uma sociedade em que impera a desigualdade de gênero, produz e reproduz territorialidades resultantes de resistência que enfrenta normas patriarcais dominantes, violência e luta cotidiana para ser, estar e permanecer como mulher nos espaços da cidade.

Com isso esses determinados espaços passam a ser vivenciados de modo singular a partir do momento em que "as mulheres desenvolvem mapas mentais individuais de lugares

onde temem agressão como um resultado de experiências passadas e informações de terceiros" (VALENTINE, 1989, p.386, tradução nossa), fazendo com que seu espaço percebido e seu cotidiano sejam inteiramente alterados e por consequência sua relação com a cidade e o urbano. Nesse contexto, Alicia Lindón (2009, p.06) explora as intersecções entre "o corpo, as emoções, a cidade e a espacialidade" demostrando o quanto estas questões estão intimamente relacionadas e resultam em distintos sentimentos que envolvem a corporeidade das mulheres no espaço urbano. Estes questionamentos originam-se juntamente com a noção do corpo entendido como espaço imediato do sujeito e trazem para o debate a experiência espacial do medo.

O seguinte trecho da autora feminista e ativista social estadunidense conhecida pelo pseudônimo bell hooks⁷, explicita este temor,

Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens — um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer o escuro um lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passeassem, e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o ethos da esquina — gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas a esquina da rua transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua é vista por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. Nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. (HOOKS *apud* MACHADO E RATTS 2009, p. 143).

À mulher cabe a passagem rápida, o destino final nos horários certos, rumo à casa, na cidade seu território ao ar livre é constantemente vigiado, e sua permanência neste ambiente é oposição, subversão, fortemente marcada pelas tensões que enfrenta ao estar em determinados lugares.

Em vista disso, as tensões que se estabelecem no espaço público decorrem da ação do patriarcado nas experiências vividas por inúmeras mulheres que permanecem e residem na cidade, além do medo da violência constante que espreita estes espaços e promove uma vivência única do urbano uma vez que a cidade projeta-se como espaço engendrado, nas palavras de Teresa de Lauretis (1994) marcado por especificidades de gênero, tanto estruturais como também de formas subjetivas que se manifestam através das relações sociais e de poder ali estabelecidas. A cidade se apresenta assim como uma "tecnologia de gênero" segundo a concepção de Teresa de Lauretis (2014), ao produzir efeitos nos corpos e nas relações sociais,

37

⁷ O pseudônimo da autora Gloria Jean Watkins escreve-se desta forma, com letra minúscula de modo a garantir assim enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa.

além dos gêneros através de tecnologias sociais, que se manifestam nos espaços construídos, prédios, instituições, Estado, adentrando também nos processos, e planejamento urbano.

Deste modo, para que possamos compreender a concepção que estas mulheres possuem da cidade necessitamos conhecer a relação entre o seu cotidiano e o espaço urbano, uma vez que a cidade se apresenta à mulher com poucas formas de hospitalidade, num espaço engendrado e marcado pela diferença de gênero.

Nas diferentes escalas e perspectivas de análise a presença e a forma de apropriação do espaço urbano da cidade pelas mulheres implicam na formação de uma territorialidade indissociável da prática cotidiana de resistência ao patriarcado. Mesmo os espaços públicos da cidade sendo muitas vezes perigosos ou inóspitos às mulheres, elas o adentram e o conquistam constantemente guiadas pela necessidade em cruzar estes espaços para trabalhar, levar seus filhos à escola, buscar emprego, fazer compras, ou outras atividades necessárias para a manutenção e fruição de suas vidas.

Uma forma de averiguar e apreender estas experiências é através das contribuições de Henri Lefebvre (1999) acerca dos níveis do urbano entre a cidade e o cotidiano. As mulheres vivenciam a cidade de maneira única, portanto estabelecem diferentes relações entre seu cotidiano, nível "P" de proximidade com o nível M - "misto, mediador ou intermediário, especificadamente do urbano (...) o nível da 'cidade' na acepção corrente do termo" - (LEFEBVRE, 1999, p.79). Todo dia através das práticas e ações das mulheres pelo espaço urbano, podemos observar os confrontos e tensões entre essas duas esferas, bem como a dificuldade de mobilidade urbana que uma mulher da periferia encontra para dirigir-se até seu trabalho utilizando transporte público. Nessa relação ela possui determinadas experiências cotidianas que a diferem de uma mulher que possui seu próprio carro, por exemplo. Ou seja, à questão de gênero se somam outras determinações como renda, cor e escolaridade, dentre tantas mais.

Para elucidar estas questões e apreender a realidade vivida pelas mulheres através do seu cotidiano urbano, propõe-se a busca destes conteúdos que formam a cidade, de fontes que não são ouvidas ou compreendidas, de mulheres que se fazem presentes no espaço, que lutam diariamente para conquistá-lo, mas que muitas vezes passam despercebidas no acontecer diário. Compreender as dinâmicas da cidade, os pequenos gestos e ações, conhecer a "história de gente sem história" (MATOS, 2002, p.24) é de extrema importância para se questionar como os espaços são produzidos e pode-se averiguar isso através das contribuições oferecidas pelo estudo do cotidiano e da história oral.

Compreender as resistências e transgressões que as mulheres fazem ao estar, ocupar e ressignificar estes lugares, através de suas rotinas, hábitos costumeiros, saídas ao trabalho, lazer e afins é essencial para compreendermos como esta cidade é construída e de que modo as mulheres ressignificam os espaços, produzindo novas formas de apropriação. Em outros termos, conhecer a prática social das mulheres construindo suas próprias territorialidades e a possibilidade de outra cidade e de outro urbano que sinalize caminhos de superação das desigualdades de gênero cristalizadas no espaço.

Ouvir a narrativa oral destas memórias subterrâneas, que estão nos escombros é revirar o entulho e trazer a tona momentos despercebidos e esquecidos, que irão nos trazer um mosaico de experiências para reconstruir a cidade baseado em outras visões e fatos, é buscar o cotidiano, o espontâneo, permeado pela "trivialidade, banalidade prática e prática banal" (LEFEBVRE, 1991:18) em seu movimento diário. Nestas práticas cotidianas, presenciamos o "desenrolar" da vida, através das reproduções, inclusive dos papéis de gênero. E estes mesmos espaços podem também ser catalisadores de mudanças, buscando a superação das desigualdades estabelecidas. Concebemos assim, este espaço e o cotidiano, como espaços de resistência permeados de potencialidades.

Com base nos fundamentos apresentados anteriormente, busca-se compreender as diferentes territorialidades das mulheres no urbano compreendido como fruto de uma urbanização crítica (Damiani, 2000) a partir da percepção e vivência de diferentes mulheres que atuam em diversas áreas e, portanto, relacionam-se de inúmeras formas com o espaço urbano da cidade de Sorocaba uma vez que,

a capacidade de uma mulher para escolher uma estratégia de enfrentamento e, portanto, seu uso e experiência conseqüentes do espaço público é amplamente determinado por sua idade, renda e estilo de vida (VALENTINE, 1989, p.386, tradução nossa)

A concepção de urbanização crítica utilizada aqui segue segundo proposto por Amélia Damiani (2000) como "a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais", de modo que a realidade atual já nos demostra que "não há o urbano para todos (DAMIANI, 2000, p.30)" dado a criticidade do momento da urbanização que existe para alguns ao passo que inexiste para outros.

Os conteúdos da urbanização crítica, onde tem lugar a desigualdade de gênero, relacionam-se a processos maiores ao nível global do próprio patriarcado interligado com o modo capitalista de produção, que assim atuam através da dominação e opressão sobre as

mulheres. Compreender a cidade e o urbano, portanto, é compreender como se consolida historicamente a construção de uma cidade sexista, patriarcal e opressora.

E nesta urbanização crítica, apresentam-se também novas territorialidades, criadas a partir da utilização e apreensão destes espaços por determinados grupos de mulheres em determinados momentos, que recebem novas qualidades e ressignificações a depender da ocasião e do período.

De modo que, para efeito desta dissertação "a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade" (RAFFESTIN apud SAQUET, 2008, p.78), de modo que,

reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p.158)

Ou seja, as territorialidades resultam da ação coletiva dos sujeitos em seu movimento cotidiano. Para Raffestin os sujeitos sociais em suas relações, em sua vida cotidiana e em coletividade constroem sistemas organizados de territorialidades e territórios. Ao referenciarse às contribuições de H. Lefebvre, o autor, destaca a importância das relações de poder e da vida cotidiana para a formação das territorialidades, inerentes às relações socioespaciais, de forma que,

O território, dessa maneira é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. (SAQUET, 2007, p.75)

Nota-se assim como as relações entre sujeitos em seu cotidiano e relacionados com os espaços que ocupam acaba por construir um território e territorialidades próprias, marcados pelas relações sociais e de poder.

Compreende-se portanto a noção de territorialidade vinculada assim às práticas do cotidiano, ao espaço vivido dos habitantes em sua prática socioespacial e as relações simétricas e assimétricas de poder que se estabelecem nestes espaços, o que difere da conceitualização de outros geógrafos como a exemplo de Robert Sack (1980) que relaciona território e territorialidades ao controle por grupos, indivíduos ou atividades de uma área do espaço.

Para a pesquisa aqui estabelecida as territorialidades relacionadas ao espaço vivido e ao uso foram mais assertivas, no que concerne a manifestação das mesmas como reflexo da

produção espacial decorrente da dialética existente entre os espaços de representação e a as representações do espaço.

Cria-se assim através do uso, das relações de poder que ali se estabelecem diferentes territorialidades em diferentes momentos do dia, além de provocar conflitos e tensões pela apropriação deste território. E nestas mediações de relações de poder, criam-se espaços, territórios do uso e identidades. Junto com o a conceitualização anteriormente apresentada somam-se as contribuições elaboradas por Odette Seabra (2004) sobre os territórios do uso, pautados na vida cotidiana e tendo como central a noção de apropriação do espaço para o uso, uma vez que "para permanecer habitante há que ser morador, há que ser aquele que usa, que delimita territórios de uso" (SEABRA, 2004, p.183). Ao apropriarem-se dos espaços por meio das lutas e movimentos as mulheres estabelecem relações com o espaço, produzindo seu território do uso por meio das ações da vida cotidiana.

Podemos mais uma vez, relacionar o contexto acima exposto com a presença da mulher dentro da cidade e as próprias relações de gênero e do patriarcado que se fazem presentes,

Em decorrência, a apropriação, que é fruição de tempo e de espaço sob determinações e imperativos do movimento da propriedade em geral, é coagida, restringida, permitindo às experiências do âmbito de viver, apenas o nível do irrisório, dado ao fato que nada pode substituir aquilo que foi a maior de todas as riquezas: a cidade. (SEABRA, 2004, p.194)

É durante as tensões, processos maiores e aconteceres diários que se formam espaços de resistência no urbano, espaços para as territorialidades se manifestarem, através do uso, através do cotidiano, do viver a cidade diariamente, dos enfrentamentos, políticos e privados, da luta. Pelas frestas dos discursos hegemônicos as mulheres vão conquistando com força seu espaço no urbano, buscando garantir seu próprio direito à cidade.

E desta forma as mulheres, ao passo que se apresentam muitas vezes invizibilizadas nos espaços urbanos da cidade, onde temem determinados lugares e ruas, também se impõem enquanto resistência, como transgressoras, apresentando-se assim este espaço como paradoxal, segundo concepção de Gillian Rose⁸ apud Silva (2007, p.123), no qual,

o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a

-

⁸ Gillian Rose concebe a ideia de espaço paradoxal de modo desconstrucionista (movimento que faz críticas a determinados saberes e ao fazer ciência), criticando a presença hegemônica do conceito de território, arraigado à presença masculina, heterossexual e burguesa.

ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino.

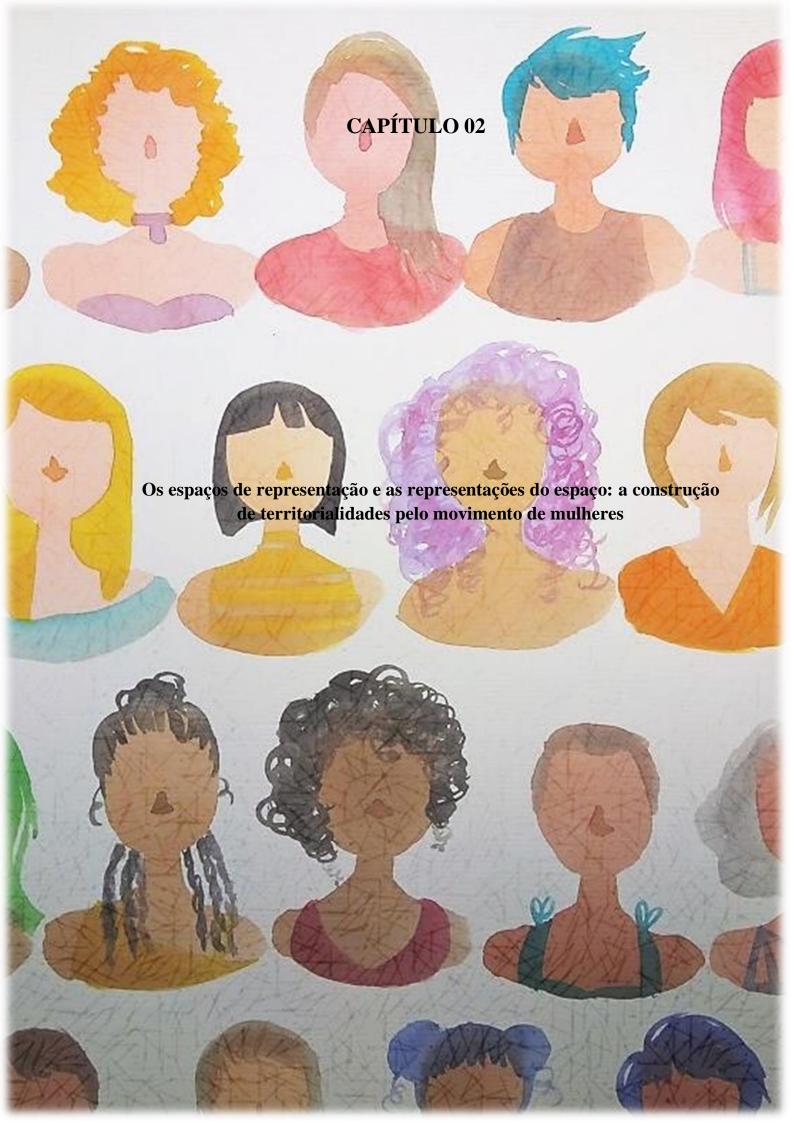
E com isso, "o espaço paradoxal, proposto por Rose (1993), é instituído à medida que elas constituem, simultaneamente, o grupo de pessoas oprimidas e, também, a força na luta pelos direitos cidadãos (SILVA, 2007, p.132)". Ao passo que o urbano, desde os níveis de planejamento, aos canteiros de obra é predominantemente masculino, onde o patriarcado impera, há também a presença das mulheres que transitam e se deslocam por entre estes espaços concretos e subjetivos, de modo que "esse aspecto evidencia que estas mulheres não estão passivas, mas sua ação política é uma realidade que sustenta a vida cotidiana e pode levá-las ao enfraquecimento da condição da dominação masculina" (SILVA, 2007, p.132).

Por isso, na história das mulheres que vivem na cidade, no urbano, a resistência se faz presente, cotidianamente. Sua prática política, além de sua (re)existência, é fundamental para que alcancemos uma igualdade no espaço urbano e nas políticas públicas de planejamento.

Destaca-se a necessidade da urgência do avanço dos estudos relacionados ao gênero e cidade para uma efetiva ocupação da mulher nestes espaços, de modo que,

somente dessa forma [...] - será possível dar verdadeira dimensão ao conceito de "cidadania e democracia", opondo-se à política "tradicional" marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual. (CALIÓ, 1997, p.8)

Ou seja, necessita-se de políticas públicas destinadas às mulheres vinculadas ao planejamento da cidade, além da urgência para que as mulheres ocupem espaços políticos de decisões. Que estejam também em espaços institucionalizados, pautando políticas públicas em defesa dos direitos da mulher, e organizadas através da militância e da luta.



CAPÍTULO 02. Os espaços de representação e as representações do espaço: a construção de territorialidades pelo movimento de mulheres

"Nós mulheres precisamos exercer a sororidade entre nós, deixar as diferenças maiores e menores de lado e nos entrelaçar."

Regina Cardoso da Silva

Para que possamos compreender a cidade e as relações de gênero estabelecidas em toda sua complexidade, necessitamos retomar o fato de que este espaço urbano não é vivenciado e apropriado pelas mulheres da mesma forma como se observa em relação aos homens. O espaço urbano é marcado fortemente pelo gênero, uma vez que a cidade se projeta como uma construção histórica marcada de espaços feitos para o homem permanecer.

Há certa lógica do uso destes espaços, que passam a ser apropriados de inúmeras formas a depender do sujeito que nele se insere de modo que,

Nas cidades, a rua é eminentemente um espaço público que, para muitas pessoas, representa um lugar de passagem e de trânsito cotidiano. Os(as) sujeitos(as) não as percorrem e vivenciam igualmente e livremente. Existem regulamentos sociais explícitos e implícitos que limitam o acesso a esse espaço público e que não permitem, muitas vezes, as pessoas vivenciá-lo. Entre os regulamentos tácitos existentes estão os relacionados às questões de gênero, sexualidade e raça que definem qual corpo pode, ou não, estar em determinada rua e em determinado horário. (MACHADO e RATTS, 2017, p.197)

Os diferentes sujeitos apropriam e usam o espaço da cidade de variadas formas, mas alguns indivíduos são atravessados pela marca do gênero, sexualidade, raça e classe, e para eles a vivência é diferenciada. Alguns regulamentos implícitos e explícitos demarcam o espaço em que estes grupos podem circular e permanecer. Paras as mulheres a má iluminação de uma via ou um terreno abandonado com mato alto podem tornar-se espaços de perigo, não há muros ou placas negando seu acesso a elas, mas os signos e símbolos ocultos que se escondem por detrás da falta de planejamento urbano limitam o acesso a estes lugares. Notase assim a dualidade do espaço urbano de modo que,

As inclusões comportam exclusões: há lugares interditos (sagrados-malditos, heterotopias) por diversas razões, e outros lugares permitidos ou recomendados, o que qualifica dramaticamente as partes e partições do espaço opondo o benéfico e o maléfico, distinguindo-os do neutro. (LEFEBVRE, 2006, p.401)

Há espaços impróprios para as mulheres circularem ou permanecerem, existem lugares interditos. Ressalta-se que ao abordar os lugares interditos, Lefebvre não se ateve às questões de gênero, mas podemos facilmente estabelecer esta conexão, uma vez que muitos espaços

são considerados "impróprios" para as mulheres, sendo que "a maior parte dos interditos é invisível" (LEFEBVRE, 2006, p.434), não há muros ou barreiras separando os espaços, mas signos e símbolos presentes nos locais que dificultam seu acesso total.

Por essas e outras dificuldades que o corpo feminino enfrenta para viver e circular nas cidades, as mulheres devem possuir destinos certos. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Nas ruas das cidades, nas esquinas e na noite a marca do gênero é forte e a mulher a recebe, como um corpo disponível, a serviço de algo.

Estas relações estão presentes em diversos níveis, desde o global (G), ao nível mediador (M) e também no nível próximo (P) da vida privada ⁹. Ao esmiuçar as relações de gênero para assim traçar um paralelo com os níveis G, M e P de Lefebvre percebe-se que tal fenômeno se revela por meio das ações do Estado através dos ditames do modo de produção capitalista e de uma sociedade patriarcal; do Município e empresas privadas que atuam no nível das políticas públicas e de planejamento através do reforço das desigualdades de gênero e da ação do patriarcado e do machismo no cotidiano. Estas assimetrias existentes nas relações de gênero atravessam as relações sociais da família, do trabalho e lazer, reportandose à tríade da vida cotidiana e do cotidiano de Henri Lefebvre, remodelando e transformando o espaço, interferindo no urbano e na produção de territorialidades.

Se em vários níveis há a presença do gênero instituída mediando as relações sociais e a prática social há, portanto, uma produção espacial igualmente marcada pelo gênero, em uma relação em que

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço. (LEFEBVRE, 2006, p.65)

Revelar assim as multiplicidades, tensões e resistências, de tal modo a compreender como este urbano aparece para as mulheres,

Compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, desde a interação do global até o intimamente pequeno, é enxergar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção. (REIS, 2015, p.24)

Onde há opressão, há enfrentamento "[...] as forças fervilham nesse espaço. A racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação." (LEFEBVRE, ano, p.46). Embora este urbano se apresente com todas as suas problemáticas e tensões é nele

-

⁹ Segundo concepção de Henry Lefebvre (1999)

próprio que segundo a concepção "lefebvriana", encontra-se a possibilidade do novo, de superação, de outro urbano. Aí reside o momento utópico a ser percorrido no horizonte do devir.

Através da luta diária para ocupar e se apropriar deste espaço urbano da cidade, as mulheres criam novos rearranjos espaciais, novas territorialidades de tal forma que "através de suas ações de apropriações do espaço urbano, elas constroem novas significações dos lugares (MACHADO e RATTS, 2017, p. 199)", produzem assim o espaço social.

Estes questionamentos nos movem para que possamos compreender os processos de produção do espaço urbano e assim desvelar a problemática de gênero presente, bem como identificar as várias formas, estratégias através das quais as mulheres se organizam e resistem nestes espaços, além de compreender a relação entre os espaços de representação e as representações do espaço e as territorialidades decorrentes.

Para tanto faz-se necessário uma apresentação mais objetiva destes conceitos, para uma reflexão mais prática sobre os processos atuantes na cidade de Sorocaba.

2.1. Os espaços de representação e as representações do espaço

Na cidade de Sorocaba muitos processos atuam na produção dos espaços. Muitos agentes atuam para isso, além de entidades, grupos e Conselhos Municipais que tornam as dinâmicas espaciais mais complexas.

Necessita-se assim de um olhar apurado e atento às contradições para compreender os processos de transformação do urbano e de produção de territorialidades uma vez que a luta pela apropriação dos espaços não é silenciosa, é marcada pela resistência: estar nos espaços e apoderar-se deles não é fácil. A luta de classes produz seu espaço assim como a luta das mulheres também o faz e, de inúmeras maneiras estão imbricados na prática socioespacial. Deste modo, o espaço ao qual nos referimos, não é um palco ou recipiente de algo, muito menos uma construção homogênea, é muito mais complexo, composto por variáveis que se interseccionam.

Este espaço produzido socialmente ao estar inserido no modo de produção capitalista, produz uma espacialidade específica a depender da luta de classe e dos arranjos de poder presentes, de modo que,

cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu (LEFEBVRE, 2006, p.56)

Neste espaço social inserido no modo de produção capitalista há dois níveis que se relacionam, "o da reprodução biológica (a família) - o da reprodução da força de trabalho (classe operária como tal) – o da reprodução das relações sociais de produção" (LEFEBVRE, 2006, p.57) tornando a análise mais complexa. Nota-se que apesar do autor não abordar desta maneira, as relações de gênero estão fortemente inscritas neste espaço social, uma vez que ambos os níveis de reprodução perpassam as diferenças entre ser homem e mulher na sociedade capitalista, tanto no interior da residência, bem como no mercado de trabalho e nas relações constitutivas dessa sociedade. De modo que

As representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, do feminino e do masculino, com ou sem os das idades [gerações], juventude e velhice. Simbolização que dissimula mais do que não mostra, visto que essas relações se dividem em relações frontais, públicas, declaradas e portanto codificadas — e relações veladas, clandestinas, reprimidas e definidoras desde então de transgressões, em particular no que concerne não tanto ao sexo como tal, mas à fruição sexual, com suas condições e consequências (LEFEBVRE, 2006, p.58)

Reconhece-se aqui uma tentativa do autor em salientar as assimetrias nas interações entre o masculino e o feminino, no que se refere às relações de reprodução, destacando ser este um fator que torna a análise mais complexa, apesar de não ser esta a preocupação inicial do mesmo. Reforçando dualidades nestas interações como entre relações veladas e declaradas, públicas e reprimidas, que resultam em transgressões. Pode-se relacionar o mesmo trecho com outras interações como a relação público-privado e as transgressões que as mulheres fazem ao romper esta barreira.

Ao buscar percorrer novos caminhos no estudo da Geografia Urbana há uma tentativa neste trabalho de aproximação da obra de Henry Lefebvre com nossa problemática do espaço das mulheres na cidade, bem como das relações de gênero.

Deste modo, para além dos conceitos do autor já explicitados anteriormente, vamos nos ater à seguinte tríade: prática social, representações do espaço e espaços de representação, que nos auxiliará a compreender os espaços que as mulheres ocupam na cidade, bem como os tensionamentos que surgem nestes lugares. Esta tríade nos auxiliará a conhecer como os

diversos níveis do real¹⁰ (concebido, percebido e vivido) atuam e transformam as relações. Para tanto, é necessário esmiuçar estes conceitos para compreendermos como a prática ocorre.

A prática social engloba os aspectos da produção e reprodução da vida, já as representações do espaço abarcam as relações de produção do sistema vigente, bem como aspectos relacionados ao planejamento urbano, as normas e a ordem. Contrapondo-se a esta última há ainda os espaços de representação, que iremos nos ater neste momento. Espaços estes "ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social" (LEFEBVRE, 2006, p.59), às inúmeras expressões artísticas, aos atos de resistência, são nestes espaços que procuramos encontrar as respostas para muitos de nossos questionamentos.

Na cidade de Sorocaba, o poder público do município projeta-se no nível do concebido¹¹ das políticas públicas na condição do planejamento urbano que divide e recorta a cidade em seus planos, "aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas "retalhadores" e "agenciadores" (LEFEBVRE, 2006, p.66) sem se ater às práticas sociais que nela ocorrem. Em contrapartida, a atuação, a prática, o cotidiano das mulheres se insere em outro nível: o modo como vivem e transformam o espaço à sua volta demostra claramente qual lugar é produzido, qual territorialidade se forma. Seus signos e símbolos vislumbram um espaço dos "habitantes" e "usuários", criam assim "espaços de representação" segundo Lefebvre (2006, p.66). Espaços estes que se contrapõem aos espaços institucionalizados e criam novas redes de solidariedade, em que estas mulheres se reúnem, buscam soluções e alternativas, procuram formas de resistir e enfrentar as dificuldades do espaço urbano. Elas criam essas formas de resistência e apropriação através das demandas do próprio cotidiano, como no caso do combate à violência.

A ação cotidiana, a luta coletiva a partir das demandas próprias do dia a dia, cria espaços de representação, através de sua militância e atuação pela cidade, estes exprimem-se pelas territorialidades que se formam a partir do movimento de mulheres, a partir do "vivido". Pode-se observar tais construções a partir do desenvolvimento dos próximos capítulos, principalmente no Capítulo 4 ao serem exploradas principalmente estes espaços das lideranças femininas da cidade, a partir de seu cotidiano.

48

¹⁰ Conceito elaborado por H. Lefebvre referente aos níveis do real, presente na obra "A produção do espaço" e nas contribuições de Odete Seabra na obra "O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia" Boletim Paulista de Geografia, nº74, São Paulo – SP, 1996.

¹¹ Conceito presente na obra "A produção do espaço" – Henry Lefebvre.

2.2. Os caminhos percorridos para compreender os espaços das mulheres na cidade de Sorocaba

O município de Sorocaba (figura 01) está localizado no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 100 km da capital paulista. A complexidade de seu espaço urbano pode ser observada em relação à diversidade de conteúdos socioespaciais, oportunidades de inserção no mundo do trabalho, instituições de ensino e pesquisa dentre outros e também do acirramento de conflitos sociais, a exemplo do aumento do número de feminicídios já citado anteriormente. Ademais, a cidade se tornou a sede da denominada Região Metropolitana de Sorocaba, institucionalizada em 2014 pela Lei Complementar Estadual nº 1.241.



Figura 01. Localização do município de Sorocaba no Estado de São Paulo

Fonte: IBGE. https://www.ibge.gov.br Acessado em 03/12/2018.

A cidade é marcada pela presença de inúmeros grupos e entidades que atuam na causa da mulher, com destaque para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e toda rede de apoio, prevenção e combate à violência além do Projeto Promotoras Legais Populares (PLPs) mantido pela ONG PLENU - Instituto Plena Cidadania, que capacita mulheres para a atuação em suas comunidades em defesa dos direitos humanos das mulheres e garantia dos caminhos de acesso à justiça.

O CMDM existe há 32 anos na cidade e tem por finalidade,

garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural. (SOROCABA, disponível em:< http://cidadania.sorocaba.sp.gov.br/cm dm/a-funcao-do-conselho/>. Acesso em 30 de maio 2019)

De modo a intermediar as relações entre sociedade e poder público, através da fiscalização e avaliação das políticas públicas voltadas à mulher, tendo o poder também de propor pautas para a discussão após a mudança da legislação tornando-o deliberativo.

Para compreendermos o espaço que as mulheres ocupam na cidade de Sorocaba, bem como as tensões existentes e a força de resistência, necessitamos entender como este espaço urbano se apresenta. Para tanto, participamos de inúmeras atividades com a temática relacionada à mulher na cidade, frequentando espaços, reuniões e eventos destinados ao combate à violência contra a mulher e ao "empoderamento" feminino, no contexto dos dois principais movimentos de mulheres, um primeiro articulado em torno do CMDM e um segundo relacionado às manifestações artísticas e culturais.

Cabe aqui uma observação acerca da palavra empoderamento. Embora o termo tenha sido difundido e adotado amplamente pelos movimentos sociais relacionados às questões das mulheres, faz-se necessário um esclarecimento sobre a vinculação do mesmo aos discursos e ações no âmbito do neoliberalismo. Tem-se como exemplo o caso da ONU Mulher, que apresenta a importância do empoderamento das mulheres, bem como os princípios do empoderamento e suas definições. Segundo consta no portal:

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

Ciente do papel das empresas para o crescimento das economias e para o desenvolvimento humano, a ONU Mulheres e o Pacto Global criaram os Princípios de Empoderamento das Mulheres. Os Princípios são um conjunto de considerações que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visem à equidade de gênero e ao empoderamento de mulheres.

Empoderar confere aqui um sentido empresarial neoliberal sendo necessário para o "impulsionamento dos negócios" e "fortalecimento das economias". A seguir, apresenta-se a definição de cada um dos princípios do empoderamento seguido de uma figura publicada no referido portal:

_

¹² ONU Mulher. Disponível em:< http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>. Acessado em:30 de maio 2019.

- 1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- 2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- 3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
- 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero. 13

PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Figura 02



Observam-se na figura sete princípios de empoderamento relacionados fortemente com o mundo corporativo e empresarial, com ações baseadas na promoção de direitos e igualdade salarial, para assim poder se alcançar a igualdade de gênero.

Fonte: ONU Mulher. 14

-

¹³ Idem

¹⁴ Disponível em:< http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>. Acesso em: 30 de maio 2019.

Embora alguns dos fundamentos apontem para a emancipação social e política das mulheres, observa-se que o conjunto dos princípios de empoderamento das mulheres estão permeados pelo discurso do empreendedorismo, pela lógica empresarial no contexto do neoliberalismo. Portanto, o termo será usado com essa ressalva, uma vez que o mesmo está presente tanto nos materiais de divulgação do movimento de mulheres, quanto nos depoimentos das entrevistadas, como será abordado com mais ênfase no Capítulo 3.

Para a observação participante dos processos atuantes na produção espacial da cidade foram realizados alguns trabalhos de campo, para reconhecer as principais lideranças além de compreender a organização política do movimento de mulheres.

O primeiro contato realizou-se durante a eleição da nova gestão do CMDM (Foto 01), realizada no dia 15 de janeiro de 2018, na Secretaria de Igualdade Social, localizada na rua Santa Cruz, 116 - no centro da cidade. Aproximadamente 200 mulheres lotaram o auditório e participaram da votação aberta que culminou na eleição da advogada Emanuela Barros como presidente do Conselho. Neste momento participou-se da votação aberta, juntamente com as outras mulheres no recinto.



Foto 01 – Composição do CMDM (2018-2020)

Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher eleito a partir de votação histórica realizada no dia 15 de janeiro de 2018 no prédio da Secretaria de Igualdade Social, contou com a participação de mais de 200 mulheres no recinto, que puderam a partir da mudança da legislação, escolher sua presidência. Fonte: Página do Facebook do CMDM ¹⁵

A eleição da gestão atual do Conselho da Mulher foi resultado da luta de inúmeras mulheres para que o Conselho se tornasse mais autônomo e eficaz. Composto por 20 membros (10 representando o poder público e 10 a sociedade civil) o CMDM atua para a

52

¹⁵ Disponível em:< https://www.facebook.com/CMDMSorocaba/photos/a.5423464 96146411/732173477163 711/?type=3&theater>. Acesso em: 01 de ago. 2018.

promoção de políticas públicas voltadas à mulher através do trabalho das câmaras técnicas criadas para facilitar e organizar as ações das conselheiras em diversas áreas juntamente com a sociedade civil. Foram criadas assim as seguintes câmaras técnicas ou grupos de trabalho: saúde, educação, cultura, violência de gênero, protagonismo da mulher e trabalho, visando organizar a luta e facilitar a atuação na cidade. A secretária-geral do CMDM Regina Cardoso explicita a importância desta divisão do Conselho:

a gente criou algumas câmeras técnicas no conselho para poder articular e melhor discutir as políticas públicas além de fazer propostas para o município, eu faço parte também da câmara técnica de saúde e de violência contra mulher (...) uma das áreas em relação às políticas públicas da mulher que eu vejo como importante cada vez mais.(REGINA entrevistada em 18 de set. 2018)

A importância da formação deste novo conselho da mulher é demostrada em várias falas durante as entrevistas, uma vez que todas as mulheres entrevistadas integram essa luta pela constituição de um conselho deliberativo e autônomo. A advogada e presidenta (como ela própria se denomina) do CMDM, Emanuela Barros, destaca a importância desta instituição para a cidade de Sorocaba, bem como de tantas outras:

o Conselho da Mulher é algo muito importante em Sorocaba, é o primeiro Conselho da Mulher do interior do Estado de São Paulo, ele existe desde 1987. Nós temos a primeira delegacia do interior do Estado de São Paulo que é a DDM, nós temos o primeiro juizado de violência doméstica do interior do Estado de São Paulo, a gente tem a coordenadoria da mulher como muitas cidades ainda no Brasil não tem. (EMANUELA entrevistada em 05 de jul. 2018)

A também conselheira Drika Martim, por sua vez, relembra como foi histórica a votação que culminou com a eleição da atual gestão,

[...] nessa última gestão o movimento negro me indicou, por entender a importância de ter uma mulher negra, coisa que é histórico nessa gestão do Conselho. A gente sempre teve um número muito baixo de mulheres negras dentro do CMDM, nosso Conselho é o mais velho do Brasil e nós nunca tivemos uma quantidade significativa de mulheres negras. É histórico e é histórico também se ter uma liderança da quebrada, ter uma ativista da quebrada. Inclusive estávamos recordando ontem, a gente fez um ano dessa gestão do Conselho e foi uma eleição histórica, nós colocamos dentro da Secretaria de Assistência Social mais de 200 mulheres. Isso veio de uma luta muito árdua porque a presidência era indicada pelo poder público o que automaticamente não contemplava e não trabalhava direito com as nossas demandas e dificuldades e depois de muita articulação e muita conversa a gente conseguiu com que a sociedade indicasse a sua presidência, hoje com muito prazer temos a Doutora Emanuela Barros à frente da presidência do Conselho, mas foi um processo muito difícil, porque era uma situação que estava enraizada. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Pelo fato também de se ter uma grande diversidade pela representatividade de mulheres negras e da primeira mulher trans, a ativista Thara Wells, como aponta Emanuela Barros:

Outra questão importante é que, na construção da nova legislação do Conselho da Mulher e na inclusão de uma pluralidade, de uma diversidade a gente teve vitórias muito acentuadas por exemplo a inclusão de uma primeira mulher trans no CMDM que é a Thara Wells, isso é uma coisa fantástica, de uma emancipação muito importante, muito potente. (EMANUELA entrevistada em 05 de jul. 2018)

A eleição desta gestão do Conselho da Mulher aparece assim como uma das primeiras conquistas do movimento de mulheres na cidade.

A partir deste primeiro contato pode-se conhecer algumas das principais articuladoras dos vários segmentos dos movimentos de mulheres. A partir de uma indicação prévia, foi estabelecido contato com a primeira entrevistada, a advogada Emanuela Barros, que indicou outros nomes para a pesquisa, dentre os nomes listados alguns foram selecionados o que resultou no total de quatro entrevistadas. As mulheres selecionadas atuam como lideranças femininas da cidade, em diversas frentes como saúde, direito, educação, entre outras. Com as entrevistas procurou-se compreender um pouco como elas se organizam no próprio movimento de mulheres e como suas práticas resultam na formação de territorialidades onde sua presença protagonista se faz presente. Destaca-se que apesar da presença central, que possui inclusive dentro do Conselho, a Emanuela Barros não é vista como única liderança, o movimento organizado possui uma diversidade de mulheres vistas como lideranças nas mais diversas áreas, apresentando-se com mais horizontalidade.

O momento de encontro com essas mulheres foi marcante durante a realização da pesquisa, pois correspondeu a uma incursão no território da vida e na escuta das histórias e memórias das entrevistadas. Após a primeira entrevista, ocorreram algumas indicações que levaram a outros nomes, e assim por diante, correspondendo ao sentido de uma rede de articulação entre essas mulheres e sua militância.

Ou seja, pediu-se que fossem indicados nomes para as entrevistas seguintes, a fim de que formar uma rede de indicações. O perfil era de mulheres que atuassem na cidade, mas que fossem de diferentes frentes, na faixa de 30 – 60 anos, essa metodologia funcionou muito bem neste momento. Conseguiu-se assim, encontrar as primeiras mulheres para as entrevistas e levantamentos preliminares, chegando às quatro entrevistadas, como pode ser observado na tabela 1. A mesma foi construída com base em questionário aplicado a cada entrevistada (APÊNDICE A), para traçar um perfil dessas mulheres que ocupam lugar de liderança nos

movimentos articulados. Além das informações presentes na tabela, outras que aparecem no questionário referem-se à renda, estado civil e endereço de trabalho e residência. Intencionouse assim traçar um perfil das lideranças da cidade. Destaca-se que todas indicaram grau de escolaridade com ensino superior.

Tabela 1: Perfil das mulheres lideranças entrevistadas

Nome:	Faixa etária:	Escolaridade:	Número de filhos:	Cor/Raça:	Profissão:
Emanuela Barros	41 - 50 anos	Superior completo	2	Branca	Advogada
Regina Cardoso	+ de 60 anos	Superior completo	2	Negra	Enfermeira/Professora
Adriana Martim	31 - 40 anos	Superior incompleto	Nenhum	Negra	Assessora parlamentar
Claudinéia Mira	41 - 50 anos	Superior completo	2	Negra	Estagiária

Elaboração: NUNES, Renata (2019). Fonte: Entrevistas realizadas durante trabalho de campo (2018-2019)

Após responderem o questionário, iniciaram-se as entrevistas a partir de um roteiro preestabelecido (APÊNDICE B) com questões associadas à atuação profissional e política das mulheres, além de questionamentos relacionados aos espaços físicos e simbólicos existentes na cidade de Sorocaba. Em algumas entrevistas outras questões foram feitas, baseadas em algumas falas das entrevistadas.

Ressalta-se o comprometimento com as narrativas orais feitas pelas mulheres de modo a assegurar que elas tenham "autoridade sobre o registro de suas lembranças e consciência de sua obra" (BOSI, 1994, p.37), uma vez que estão cientes sobre a sua participação na pesquisa e que podem desistir da mesma a qualquer momento.

Deste modo, as próprias mulheres escolheram o local das entrevistas de acordo com as facilidades encontradas para realizá-las, fato este que pode ser observado na tabela 2.

Neste primeiro momento, foi apenas realizado um encontro, com exceção da entrevista realizada com a Claudinéia Mira que precisou ser feita em dois momentos, sendo que no primeiro dia foi realizado na então sede da entidade PLENU, onde ocorriam os cursos de formação das PLPs, e no segundo feita na Biblioteca Infantil Municipal, localizada na Rua da Penha no centro da cidade, próxima ao PLENU, uma vez que a entidade estava sem local fixo.

No segundo encontro, essas mulheres tiveram acesso às suas entrevistas, conforme será apresentado nos Capítulos 3 e 4.

Tabela 2: Local de realização das entrevistas

Nome:	Local das entrevistas		
Emanuela Barros	Residência/escritório próprio		
Regina Cardoso	Núcleo ETC. UFSCar		
Adriana Martim	CEU das Artes Laranjeiras		
Claudinéia Mira	Instituto PLENU/Biblioteca Infanti Municipal		

Elaboração: NUNES, Renata (2019). Fonte: Entrevistas realizadas durante trabalho de campo (2017-2019)

Ao passo que as entrevistas aconteciam, outras atividades da pesquisa eram também realizadas, atividades nas quais muitas dessas mulheres também se faziam presentes. Com a participação, observação de campo e anotação em uma caderneta própria dos aconteceres destas atividades, pôde-se conhecer melhor o cotidiano de luta dessas mulheres, bem como acompanhar a produção de formas diversas de apropriação do espaço.

Ao longo dos trabalhos de campo, participação em eventos, atividades, conversas e entrevistas realizadas buscou-se estabelecer um diálogo, uma interação entre as partes de modo que essas mulheres "são convocadas a serem 'sujeitos das pesquisas de que antes eram o 'objeto' de estudo" (BRANDÃO *apud* SILVA e SOUZA, 2014, p.530). Destaca-se para tanto as atividades realizadas durante esse período da pesquisa.

Como resultado deste primeiro ano do Conselho eleito, a nova gestão realizou a campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, com início em 25 de novembro com o cine debate do filme "No tempo das borboletas" - destaca-se que a atividade realizou-se no CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) das Artes do Laranjeiras, bairro periférico da cidade, de modo a atrair para o debate as mulheres da região, que muitas vezes não estão presentes em outros espaços, por inúmeras dificuldades que encontram - a data escolhida marca o Dia Internacional da não violência contra a mulher, instituído pela ONU. O filme é uma homenagem às irmãs Mirabal, assassinadas pela ditadura da República Dominicana.

Durante 16 dias o Conselho desenvolveu inúmeras atividades na cidade de Sorocaba além do cine debate, com uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Sorocaba, panfletagem (Figura 03) e roda de conversa na região central da cidade e nos shoppings populares (Foto 02), além de um ato em prol da Delegacia de Defesa da Mulher (Foto 03).

VIOLENTÔMETRO

CHEGA DE VIOLÊNCI.

Apretalo a manha
Liveri 150

Li

Foto 02 – Distribuição de panfletos à população

Distribuição de panfletos sobre a rede de atendimento para vítimas de violência e conversa com a população local realizada em um shopping popular da região central da cidade de Sorocaba. No banner ao fundo intitulado "violentômetro" destacam-se os tipos de violência existentes. Fonte: Página do Facebook do CMDM¹⁶



Foto 03 – Ato em prol da DDM

Ao final dos 16 dias de ativismo foi realizado um ato para que as mulheres "abraçassem" a DDM. Participaram mulheres de vários grupos e entidades. O ato intencionava também destacar a necessidade do funcionamento 24 horas da delegacia. A foto foi uma sugestão da entrevistada Emanuela Barros, que considera o ato simbólico, prova da luta e da resistência das mulheres em Sorocaba. Fonte: Página do Facebook do CMDM¹⁷

¹⁶Disponível em:< https://www.facebook.com/CMDMSorocaba/photos/a.542346496146411/70884107616 3618/?type=3&theater>. Acesso em: 28 de mar. 2019.

¹⁷Disponível em:< https://www.facebook.com/CMDMSorocaba/photos/a.542346496146411/73588754679 2304/?type=3&theater>. Acesso em: 30 de junho 2019.

Figura 03. Panfleto entregue à população durante campanha do CMDM



Modelo do panfleto distribuído para a população durante os atos realizados no centro e nos shoppings da cidade. À esquerda (frente) há uma definição do que é violência doméstica e explicação sobre os tipos de violência existentes, enquanto à direita (verso) há números de telefone da rede de apoio para que as mulheres busquem ajuda, dentre estes números destacam-se os da Delegacia de Defesa da Mulher de Sorocaba (15)32321417 e do CEREM (15) 32356770. Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2018.

Todas as atividades procuravam conscientizar a população acerca da violência contra a mulher e levar ao conhecimento público o funcionamento da rede de apoio que conta com a Delegacia de Defesa da Mulher, Centro de Referência da Mulher (CEREM), Casa Abrigo (CIM Mulher) além de outros serviços como o Centro Especializado de Reabilitação do Autor de Violência Doméstica (CERAV). Desse modo, cria-se um espaço de luta e resistência a partir de uma problemática, infelizmente tão presente em nossa sociedade patriarcal como a violência doméstica, através do auxílio às mulheres que porventura estejam vivendo esta realidade.

Outras atividades desenvolvidas pelo Conselho da Mulher foram ainda uma marcha e Audiência Pública (Foto 04) em comemoração ao dia 08 de março em que é celebrado o dia Internacional da Mulher, com as falas da presidenta do Conselho Emanuela Barros e da socióloga Carolina Filho do coletivo feminista de Campinas, Rosa Lilás. Além de um evento

que ocorreu no dia 30 de março de 2019 (Foto 05) e encerrou as comemorações do Mês da Mulher, com diversas atividades de recreação, saúde e lazer na região central da cidade.

Foto 04 – Audiência Pública em comemoração ao Dia Internacional de Luta das Mulheres



Mulheres representando o CMDM e a sociedade civil ao final da Audiência Pública realizada no dia 08 de março de 2019 na Câmara dos Vereadores de Sorocaba. A audiência contou com a participação de diversas mulheres e representantes de outros Conselhos Municipais que destacaram a urgência por políticas públicas voltadas às mulheres Fonte: Página do Facebook do CMDM. 18

Durante esse período de pesquisa, buscou-se participar de alguns eventos e atividades de relevância, sempre relacionadas à causa da mulher, acompanhou-se um pouco da atuação do Conselho Municipal e de algumas de suas principais lideranças. É possível identificar um movimento organizado de mulheres em torno da criação e atuação do Conselho Municipal de Mulheres. Da mesma forma, foi possível identificar um segundo movimento, sendo esse articulado em torno das práticas de arte e cultura protagonizado por mulheres. Ambos seguimentos (por assim dizer) se relacionam na constituição de uma cidade mais acolhedora para as mulheres.

-

Disponível em:< https://www.facebook.com/CMDMSorocaba/photos/a.542346496146411/708841076163618/?type= 3&theater>. Aceso em: 10 de mar. 2019.

Foto 05 – Evento finalizando o Mês da Mulher



O evento realizado na praça central da cidade marcou o fim das comemorações do Mês da Mulher, e contou com a participação de vários movimentos e grupos com inúmeras atividades ligas à saúde, educação e cultura. Com apresentações artísticas, dança e música além de exposições. Fonte: Página do Facebook do CMDM.¹⁹

Relacionados à arte e cultura, analisou-se a IV Mostra de Arte das Mulheres de Sorocaba brevemente apresentado a partir das Fotos 06, 07 e 08. A referida mostra foi realizada entre os dias 30 e 31 de Março de 2019 no coletivo Supernova, próximo à região central da cidade e possibilitou a integração e visibilidade de inúmeras artistas da região, tanto da música, dança, artes plásticas, literatura e afins, num espaço criado pelas e para as mulheres, definindo-se como um espaço de luta e resistência. A feira possibilitou também que as mulheres comercializassem seus produtos e divulgassem seu trabalho, gerando assim uma renda extra para as mesmas. As imagens que se seguem apresentam um pouco do trabalho das artistas da região.

Disponível em:< https://www.facebook.com/divademim/photos/a.963846787155261/963851507154789/?type=3&theater>. Acesso em: 03 de abr. 2019.

Foto 06 – Espaço destinado às apresentações



Espaço no coletivo Supernova destinado as apresentações e shows. No momento em questão houve as apresentações artísticas da cantora e militante pelos direitos das travestis e mulheres trans Teodora Régia e o projeto dança teatro "Despedida" com Beatriz Duarte e Priscila Pires. Autora: NUNES, Renata, 31 de mar. de 2019.



Foto 07 – Espaço destinado as artistas locais

Exposição do trabalho da designer e artista plástica sorocabana Jéssica Machado. Jéssica costuma vender seu trabalho em eventos como este e a Feira do Beco do Inferno, vindo principalmente dessas atividades seu rendimento mensal. Seu trabalho pode ser conferido pelo site http://www.jesga.com/store/?item=00010. Autora: NUNES, Renata, 31 de mar. de 2019.

A POESIA CARNAL DA MULHER

A POESIA CARNAL DA MULHER

A POESIA CARNAL DA CARNAL DA CARNAL DA CARNAL DA CARNAL DA CARNAL DA MULHER

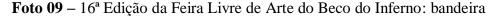
A POESIA CARNAL DA MULHER DA MULHER DA MULHER

Foto 08 – Livro de poemas exposto durante o evento

Exposição do livro de poemas intitulado "A poesia carnal da mulher" da autora Rafaela Chor (@arte.chor), disponível para venda pelo e-mail: rafaelachor@outlook.com e durante o evento, o livro que traz ilustrações da própria autora apresenta por meio de poesia as várias faces e dificuldades do ser mulher na sociedade atual. O evento possibilitou a divulgação de vários trabalhos de mulheres da região. Autora: NUNES Renata, 30 de mar. de 2019.

Ainda no tocante da cena artística e cultural da cidade de Sorocaba, destaca-se a Feira Livre de Arte Beco do Inferno (Fotos 09 e 10) como outro espaço criado por mulheres, com destaque para a artista plástica Flávia Aguilera, uma das organizadoras, que se propõe a dar visibilidade para as produções artísticas da região. Localizada na região central da cidade na Praça Frei Baraúna, a Feira que antes localizava-se na Rua Leite Penteado popularmente conhecida como "Beco do Inferno", acabou crescendo de modo que o "beco" não comportava todas as exposições e manifestações artísticas. Inicialmente concebido como espaço de exposição da arte de mulheres, mas também para o público em geral, a Feira do Beco é hoje um dos eventos mais democráticos da cidade. Além de apresentar performances artísticas a Feira conta com a exposição e venda de desenhos, roupas, acessórios e outros materiais de artistas da região, muitas delas que inclusive participaram da Mostra de Arte das Mulheres.

Para garantir um espaço dentro da Feira é necessário fazer uma inscrição prévia com o portfólio da(o) artista antes do evento, pois há um número limitado de expositores. Dado o tamanho da concorrência as vagas costumam acabar no segundo dia de inscrição.





Evento realizado no dia 21 de abril de 2019 na Praça Frei Baraúna. A Feira reúne diversos artistas que expõem sua arte, além de contar com a presença de shows, apresentações e performances. Em destaque observa-se a bandeira da Feira Fonte: NUNES Renata, 21 de abril de 2019.

Foto 10 – 16ª Edição da Feira Livre de Arte do Beco do Inferno e a Grande Otelo



Nota-se ao fundo o espaço do antigo fórum da cidade que abrigou por muitos anos a Oficina Cultural Grande Otelo, espaço destinada à arte e cultura na cidade, o prédio atualmente segue fechado e abandonado, mesmo após a Prefeitura solicitar ao governo estadual a concessão do imóvel. A presença da Feira na praça Frei Baraúna também chama atenção para a defesa deste espaço de cultura na cidade. Fonte: NUNES Renata, 21 de abril de 2019.

Após a participação em algumas destas atividades foi elaborado um mapa (MAPA 01) que destacou os principais pontos de encontro das mulheres ao longo dos meses desse estudo, sinalizadores de territorialidades das mulheres em Sorocaba.

Pode-se observar, conforme representação cartográfica 01 que na cidade de Sorocaba, existem muitos espaços onde ocorrem eventos e atividades ligados à causa da mulher. Dentre eles, destaca-se o Sindicato dos Metalúrgicos que já sediou o festival Ladies Rock Camp²⁰, reuniões das Promotoras Legais Populares, reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entre outras atividades e o Sesc Sorocaba que conta com programação destinada às mulheres e ao público LGBT+ através das apresentações do NÓS DIVERSOS em parceria com o Núcleo de Estudo de Gênero e Diversidade Sexual (NEGDS/UFSCar). Os outros espaços aparecem com eventos esporádicos ou foram citados nas entrevistas como espaço de possibilidade de encontros.

Ao olhar mais de perto, nota-se que os marcadores concentram-se predominantemente na região central da cidade de Sorocaba, muito próximos, com somente dois pontos se destacando dos demais (os pontos 06 e 08 conforme a legenda).

Os dois pontos que aparecem mais distantes são: em azul escuro a Câmara Municipal da Cidade de Sorocaba, local onde ocorreram as Audiências Públicas, bem como a formatura do curso de PLPs; e em amarelo o CEU das Artes do Laranjeiras, bairro periférico da cidade de Sorocaba, onde ocorreu a atividade do cine debate e também no dia 05 de Abril o evento: "Feminismo Negro - Ativismo e Protagonismo: Lugares de fala da mulher negra" que contou com uma mesa redonda sobre o tema além de apresentações culturais.

Há, portanto, uma presença muito clara de espaços centrais destinados as atividades das mulheres. Aqui cabe a noção de urbano periférico (BURGOS, 2018), pois as atividades dos movimentos de mulheres se situam, estrategicamente, na área do centro antigo da cidade, onde circulam as camadas populares e trabalhadores da cidade, nas proximidades dos terminais de ônibus. Contudo, deve-se ressaltar a escassez dessas mesmas atividades nas "periferias propriamente ditas" (BURGOS, 2018) e afastadas do centro da cidade, conforme defende a conselheira e militante do movimento negro, Drika Martim:

Shyl1YjyB9VYRVAoNnVeHTgbfR7VTUW96W4fYQ>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

64

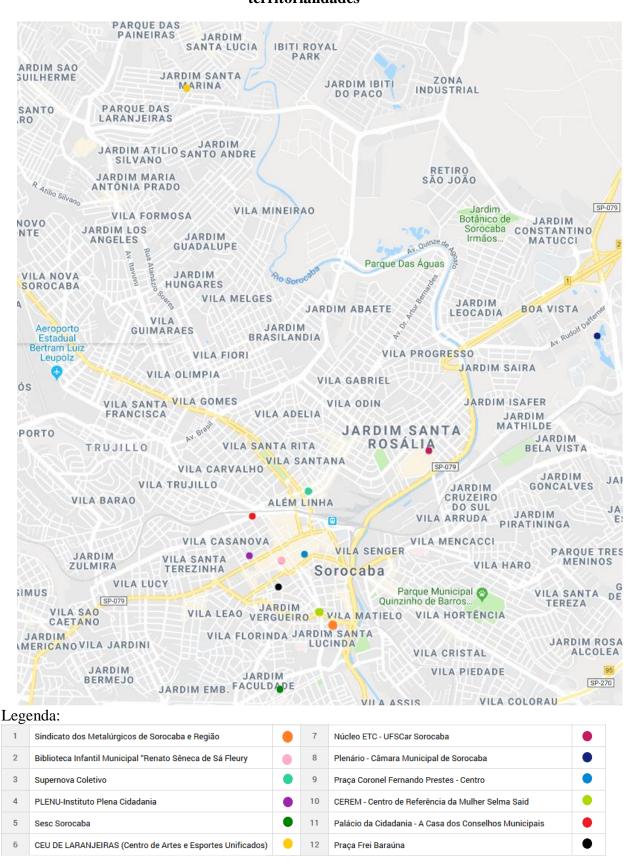
²⁰ Definido segundo o próprio site como "uma organização comunitária da sociedade civil, sem fins lucrativos, baseada no trabalho voluntário e doações, que tem por objetivo promover o empoderamento de meninas e mulheres através da música". Com duração de uma semana, o acampamento "ladies" oferece uma oportunidade para as mulheres acima de 21 viverem a experiência empoderadora em se ter uma banda de rock. Disponível em:<

https://www.girlsrockcampbrasil.org/ladies-rock-camp-brasil?fbclid=IwAR2pluMJ_v0TZwj1cDIS4

Trabalhamos com pessoas em situação de vulnerabilidade social, então dificilmente alguém vai ter hoje 10 reais para estar se deslocando até o centro ou qualquer outro local para participar de uma atividade cultural, de uma roda de conversas, então bato muito pé nisso, precisamos conversar, precisamos fazer atividades aqui. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. de 2019)

A vulnerabilidade social dificulta assim a participação dos moradores da periferia de muitas vezes participar de atividades localizadas em outras áreas da cidade. Nota-se neste momento ainda a predominância de atividades na região central da cidade e somente com uma análise documental não seria possível averiguar essa situação, mas a elaboração do mapa fez "gritar" esta disparidade no uso e apropriação do espaço urbano da cidade de Sorocaba pelos movimentos de mulheres.

MAPA 01 – Lugares de encontro de mulheres na cidade de Sorocaba: tecendo territorialidades



Elaborado por: NUNES, Renata (2019). Fonte: Google My Maps e Trabalho de Campo

2.3. Análise dos espaços de representação e das representações do espaço, das mulheres na cidade de Sorocaba.

Sem a participação nessas atividades centradas em torno do CMDM seria muito difícil acompanhar os processos de produção dos espaços e a construção de territorialidades – o sentido da apropriação e do pertencimento – uma vez que o plano cartesiano dos eixos "x e y" não consegue abarcar toda a complexidade do urbano, do cotidiano, da vida, dos acontecimentos. Para tanto, é necessário compreender este espaço tal qual Henry Lefebvre apresenta em "A Produção do Espaço", através de uma teoria unitária, que considere o espaço mental, físico e social de tal modo que a prática social se torne indissociável do espaço, para além do espaço abstrato (LEFEBVRE, 2006).

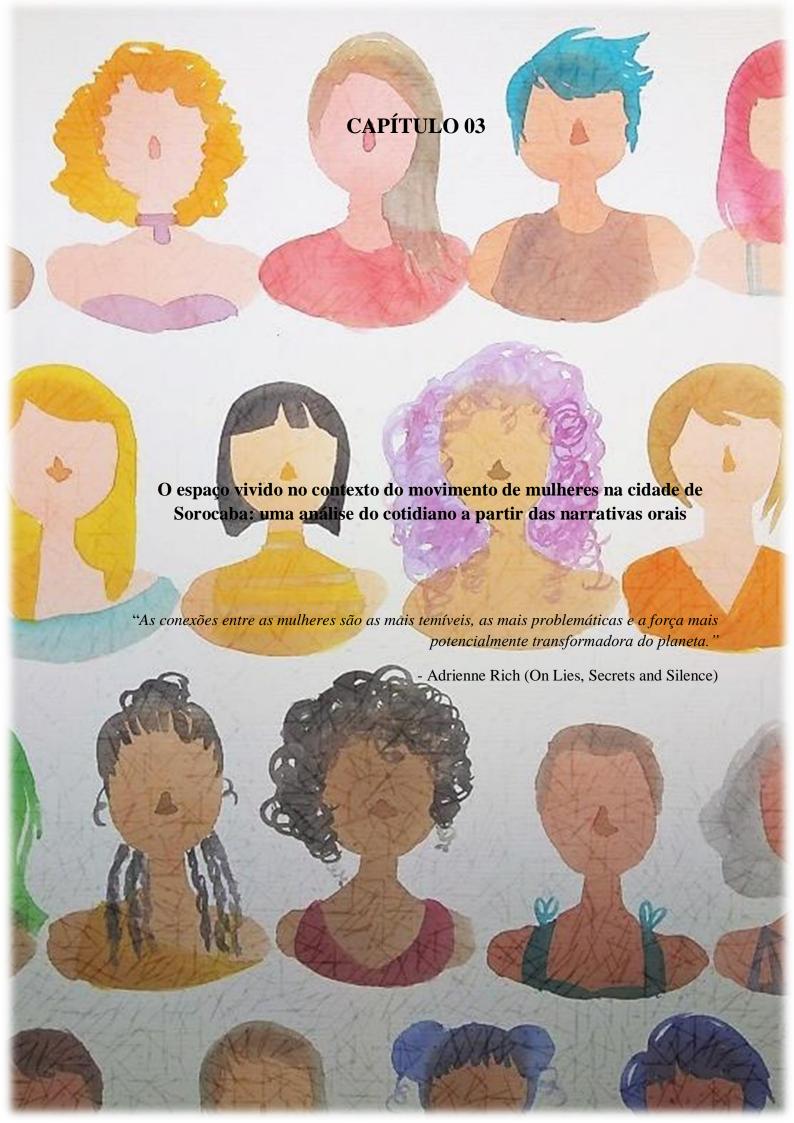
Ao acompanhar e participar dessas inúmeras atividades do CMDM pode-se ver na prática as tensões e contradições. Pode-se conhecer as dificuldades enfrentadas bem como os embates existentes com o poder público local.

Na cidade de Sorocaba, um destes espaços que se constitui como representação é a atuação do novo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), eleito em janeiro de 2018 para o biênio 2018-2020, que após muitos anos passou a ser um órgão deliberativo e, portanto, passou a ter mais poder nas decisões das políticas públicas do município. O espaço do Conselho da Mulher é um espaço institucionalizado que rege segundo sua própria legislação. O movimento de mulheres se organizou de modo a tornar o Conselho uma ferramenta para auxiliar as mesmas no processo de conquista de direitos. Este espaço também é visto por elas como um local de poder a ser conquistado.

Ao conquistar um espaço dentro do município, através de muitos enfrentamentos, principalmente com relação ao poder público municipal, o CMDM fortalece o movimento de mulheres. A organização das mulheres cria espaços de representação, de apropriação e luta, espaços repletos de signos e códigos que estruturam territorialidades. O espaço das mulheres não está apenas no concreto, no material, mas também no simbólico, no subjetivo, tensionado e questionado a todo o momento. Faz-se necessário assim ampliar essas relações e lutas para as mulheres que ainda possuem dificuldade em acessar tais lugares, estender estes espaços de representação às periferias urbanas, às áreas rurais, à câmara dos vereadores, aos espaços de disputa e contestação, para assim buscar outra forma de produção do espaço urbano, que possibilite outras experiências, uma vez que "as forças produtivas (natureza, trabalho e

organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço" (LEFEBVRE, 2006, p.76).

As mulheres entrevistadas acreditam na ocupação destes espaços como uma estratégia de luta e enfrentamento principalmente nas questões relacionadas à violência doméstica e ao feminicídio.



CAPÍTULO 3 – O espaço vivido no contexto do movimento de mulheres na cidade de Sorocaba: uma análise do cotidiano a partir das narrativas orais

"Se antigamente a palavra era empoderamento, passou por emancipação, hoje a palavra da vez é resistência."

Emanuela Barros

Com o propósito de abordar a temática da formação de territorialidades produzidas por mulheres no contexto do movimento de mulheres na cidade de Sorocaba, realizou-se entrevistas com lideranças femininas da cidade. Ou seja, além das técnicas de pesquisa de campo baseadas na observação participante, o estudo também buscou referência teórica e metodológica para realizar entrevistas que valorizassem as histórias de vida. Como já assinalado anteriormente, as entrevistadas são mulheres que atuam em diversas frentes com destaque para a saúde, direito e educação, às vezes simultaneamente. Assim, buscou-se compreender não somente suas formas de organização nas *representações do* espaço, observadas na análise do movimento de mulheres, mas também seus e*spaços de representação*, no contexto da vida cotidiana onde se desenrola a tríade dos tempos do trabalho-família-lazer. Ou seja, como suas práticas cotidianas formam territorialidades.

Assim, nesse capítulo são abordados aspectos referentes ao espaço vivido das mulheres que ocupam lugar de liderança no movimento de mulheres na cidade de Sorocaba. Tal abordagem se realizou a partir da análise dos depoimentos obtidos acerca das histórias de vida e militância das entrevistadas. De modo geral, destacou-se a presença de práticas em comum na vida cotidiana dessas mulheres, as quais são apresentadas nesse Capítulo em tópicos específicos, sendo eles: a) as diversas jornadas de trabalho das mulheres; b) empoderamento e sororidade; c) a importância da luta coletiva; d) raça, gênero e classe e e)a prática socioespacial.

Cada um dos tópicos apresentados foi elaborado com base em trechos oriundos das narrativas transcritas das entrevistas realizadas. As referidas entrevistas se pautaram num roteiro preestabelecido, a partir do qual as mulheres foram narrando fatos de sua vida cotidiana e da militância.

A pesquisa aqui empreendida não utiliza, portanto, a história oral como método, ou seja, como espinha dorsal do trabalho, ou o "nervo da pesquisa" segundo os termos de José Carlos Meihy (2002). Mas se baseia em alguns pareceres e convenções desse método, relacionados ao tratamento dado às narrativas orais, tais como o cuidado estabelecido na

elaboração dos questionários e roteiros e na transcrição das entrevistas. Além disso, tomou-se como referência a preocupação com o tratamento e análise das narrativas, de modo a seguir as etapas da história oral através da elaboração do roteiro, gravação, confecção do documento escrito e análise (de acordo com Meihy em Manual da História Oral, de 2002).

Compreende-se a história oral para efeito deste como "um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana" (FREITAS, 2006, p.18) utilizada aqui como forma de colocar no papel relatos e memórias da vida cotidiana das mulheres lideranças nos movimentos de mulheres de Sorocaba.

Neste contexto, optou-se por realizar uma transcrição literal das entrevistas (as quais serão expostas de modo integral no Capítulo 4), com a devida permissão das entrevistadas para a divulgação de seus depoimentos, suprimindo quando necessário variações do português falado.

Antes de ser apresentado cada um dos tópicos que trazem depoimentos das entrevistadas, será feita uma breve apresentação de cada uma delas.

A primeira entrevista realizou-se com a advogada, Emanuela Oliveira de Almeida Barros, mais conhecida por Manu Barros em sua residência localizada no bairro Trujillo no dia 05 de julho de 2018, a entrevista durou 35 minutos.

Formada em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba e mestranda em educação pela UFSCar – Sorocaba, ela atua há mais de 20 anos na área de direito da família e no combate à violência contra a mulher. Atualmente leciona Direito na UNIESP – São Roque e é presidente do CMDM pelo biênio 2018/2020.

Destaca-se que a primeira entrevista foi realizada durante o período eleitoral conturbado que acabou com a vitória do candidato conservador Jair Messias Bolsonaro. Em um segundo encontro Manu destaca essa esperança que tinha quando foi realizada a entrevista em contraponto ao momento atual, conforme sua própria fala:

A gente vir de uma construção para tornar o Conselho deliberativo, também foi muito importante, a possibilidade de se pautar políticas públicas relacionadas às mulheres foi um motivo de muita esperança e agora vem esse governo que é um retrocesso à direitos, que têm tirado possibilidades. Por exemplo, a primeira coisa que ele fez foi querer tirar direitos do Conselho, hoje nós não temos a Coordenadoria da Mulher, não temos uma secretaria pública nacional que pensa sobre políticas públicas para as mulheres, nós temos a frente da nossa principal representação uma ministra que tem criticado o feminismo e a liberdade das mulheres quererem lutar por direitos, inclusive já declarou que lugar de mulher é dentro de casa. É um retrocesso gigantesco do ponto de vista político, do ponto de vista legal nós temos hoje no Congresso Nacional muitos projetos de leis que vão retroagir direitos que foram conquistados ao longo de muitos anos e muita luta, isso também nos preocupa demais, nós vivemos hoje um momento de desilusão e

A segunda entrevista foi com a enfermeira aposentada pela Prefeitura de Sorocaba, Regina Cardoso da Silva, em 18 de setembro de 2018 com duração aproximada de 23 minutos. A entrevista foi realizada no núcleo ETC da UFSCar que também abriga o Instituto Federal de Sorocaba. Num segundo encontro, Regina recordou alguns momentos de sua fala e destacou a presença da marca da raça em sua trajetória de vida, sua entrevista também ocorreu durante o período eleitoral.

Atualmente Regina exerce a função de Secretária-Geral pelo CMDM e ministra aulas no curso de Enfermagem no Instituto de Ciências da Saúde da UNIP (Universidade Paulista). Regina sempre atuou na área de saúde coletiva e saúde da mulher e esteve ligada com a militância para a construção do SUS na década de 80, também atuava no departamento feminino do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Hoje Regina é filiada ao Partido dos Trabalhadores.

Já a terceira entrevista foi realizada com a ativista Adriana Martim de Souza Costa, conhecida como Drika Martim no CEU das Artes localizado no Bairro Laranjeiras, bairro onde a entrevistada reside. Drika é auditora de qualidade por formação, mas trabalha como Assessora Parlamentar na Câmara dos Vereadores de Sorocaba. Militante e ativista dentro da *quebrada*, como chama seu bairro, na periferia urbana da cidade de Sorocaba, Drika também participa do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher como representante do movimento de mulheres negras, além de integrar outros conselhos como o Conselho do Negro e entidades como o Centro Cultural Quilombinho e o Clube 28 de Setembro, este último como diretora. Em sua fala, defende a realização de eventos na quebrada como forma de chamar o próprio povo para debater sobre suas necessidades. Além disso, Drika destacou a luta por direitos e reconhecimento e as dificuldades que enfrentou por ser mulher, negra e periférica. A entrevista aconteceu no dia 17 de Janeiro e com duração aproximada 40 minutos.

Por fim a quarta entrevistada foi Claudinéia Aparecida de Almeida Mira, conhecida como Néia Mira coordenadora do curso PLP oferecido pelo Instituto PLENU e pedagoga recém-formada pela faculdade Anhanguera. A entrevista aconteceu em dois momentos, um na sede do PLENU e outro na Biblioteca Infantil Municipal com um total de 2 horas de duração nos dias 30 de Novembro de 2018 e 31 de Janeiro de 2019 respectivamente. Em sua fala há um destaque para as dificuldades da infância, o ciclo de violência que conviveu dentro do lar, a importância do curso de PLP em sua vida e sua retomada aos estudos. Moradora de um

bairro na periferia da cidade, Néia atua no combate à violência contra a mulher, dentro do CMDM, representado a entidade PLENU, no Conselho do Negro e também na Comissão de Saúde em seu bairro. A entrevista realizou-se durante uma campanha do Conselho da Mulher para a abertura da Delegacia da Mulher - DDM por 24 horas.

Embora cada liderança tenha sua trajetória de vida específica, bem como diferentes origens e formação, inserção social e formas diversificadas de atuação nos movimentos de mulheres, observa-se, com base nos tópicos que serão apresentados a seguir, que todas também apresentam aspectos em comum, seja em relação às diversas jornadas de trabalho, às experiências e opiniões sobre os temas do empoderamento e a sororidade, a importância da luta coletiva e a compreensão sobre a prática socioespacial.

3.1. As diversas jornadas de trabalho das mulheres

A vida cotidiana, segundo a concepção de Henri Lefebvre, cindida entre os tempos do trabalho, da família e do lazer (Seabra, 1996) se torna conflitivo na conjunção da simultaneidade dos mesmos para uma mulher que se insere no contexto dos movimentos sociais sem deixar suas outras frentes de atuação junto ao trabalho e à família.

Um dos principais aspectos que se destacaram com a análise das entrevistas, sobretudo quando relacionados à militância, são as dificuldades de atuação das mulheres nas atividades dos movimentos. Dentre as dificuldades listadas, enfatiza-se as diversas jornadas de trabalho. Com a análise das entrevistas foi possível perceber essa condição que perpassa a vida cotidiana.

Ou seja, é necessário que as mulheres participem das atividades do CMDM; que as mulheres se engajem nos movimentos; que atuem em diferentes frentes para uma verdadeira construção coletiva... mas como dedicar-se a esta vida pública e política ao passo que se sustenta uma casa, que se trabalha horas e horas a fio, e gasta uma parte de seu tempo livre em transportes públicos para percorrer distâncias significativas numa cidade que não prioriza a qualidade do mesmo?

A prática cotidiana das lideranças dos movimentos de mulheres é perpassada pelas dificuldades da participação dessas mulheres em eventos e atividades que envolvem a militância, o trabalho e os cuidados com a família e a casa. Possuem mais do que a denominada "dupla jornada de trabalho", situação que é agravada quando se tem em consideração a condição econômica, pois muitas vezes sustentam suas casas sozinhas.

A respeito disso, observe-se passagens das entrevistas de duas mulheres que atuam na liderança dos movimentos de mulheres, Regina (Secretária-Geral do CMDM) e Drika (integrante do CMDM como representante do movimento de mulheres negras):

A gente também tem uma dificuldade de divulgar esses espaços de atuação para as mulheres, isso que eu estava falando no começo, da dupla jornada, das várias obrigações que a mulher, a própria condição de mulher na nossa sociedade, ela também dificulta isso, para que possamos ter uma parte do nosso tempo muito mais voltada ao empoderamento e ao conhecimento até sobre os direitos que já foram conquistados, a gente sabe, por exemplo, que poucas mulheres ainda conhecem na questão da violência a rede de atendimento como um todo e como ela funciona, com quem ela conta se efetivamente ela fizer a denúncia do companheiro, na medida que ela desconhece e no primeiro serviço ela for hostilizada ela pode deixar isso de lado. (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

É muito difícil você ser atuante, militar e ainda lidar com suas limitações, a nossa maior dificuldade hoje na militância é a situação econômica mesmo, o que é muito "trash", pesa, é muito difícil você ter outra atividade e estar na militância porque tem que conciliar e tem gasto, então é muito amor mesmo. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Observa-se na dinâmica da vida das mulheres ligadas ao movimento uma clara divisão dos tempos relacionados às práticas cotidianas e a tríade estabelecida por Henri Lefebvre com relação aos tempos da família, trabalho e lazer. Compreender esses tempos na vida dessas mulheres é essencial para entender suas práticas cotidianas e sua luta. Deste modo muitas vezes esses tempo se confluem dentro de suas vidas, a militância permeia todos, não há como separá-la. A seguir, observa-se esses tensionamentos nas falas de lideranças que possuem diferentes contextos cotidianos, mas com experiências comuns decorrentes das muitas jornadas.

Outra questão importante é sobre a escolaridade e capacitação profissional que viabiliza maior ou menor oportunidade de inserção social, o que por sua vez implica nas jornadas de trabalho. Uma mulher com menor escolaridade e autonomia financeira muitas vezes fica restrita aos cuidados com a casa e a família submetida inclusive à violência doméstica. A também conselheira do CMDM Néia Mira destaca a dificuldade das várias jornadas de trabalho ao recordar os momentos de sua infância e adolescência e a necessidade de se trabalhar desde nova para auxiliar no sustento da casa:

Chegou o momento de sair para trabalhar para ajudar em casa. Eu já não ajudava só dentro de casa cuidando deles como eu tive que sair trabalhar muito cedo, o que uma menina de 13 anos vai fazer? É difícil, não arruma emprego, eu fui trabalhar de empregada doméstica com essa idade e fiquei até os 14 anos em uma casa, foi muito sofrido também porque a pessoa era muito madame mesmo, que humilha o

tempo todo. Você tinha que fazer coisas que iam além das suas forças para não perder o emprego, para poder ajudar sua mãe, para poder ajudar os seus irmãos e eu acabei me sujeitando e tentando segurar o máximo possível para ficar nesse lugar. Depois não deu mais eu saí e continuei trabalhando como diarista, com o tempo eu consegui pessoas melhores, do coração. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

Relacionado a isso, Néia destaca a importância do curso de PLP para muitas mulheres que vivem nessa situação, uma vez que o curso trabalha com diversas questões relacionadas à autonomia e emancipação das mesmas, incentivando também que elas retomem seus estudos para garantir assim sua independência financeira:

Apesar de o curso trabalhar diversas áreas, essa questão da violência ainda é muito grande, é o que mais pega porque ela sofre violência na casa, às vezes sofre no trabalho um assédio e ela tem que trabalhar, ela tem que ajudar em casa, às vezes nem tem o bendito do marido ou tem um que não dá para nada, é só mais um para ela sustentar. Tem essa questão delas saírem sozinhas, de ter que se virar, de ter essa autonomia, eu acho muito importante o curso por causa disso porque ele cria essa força para que elas tenham autonomia para que se sintam sujeitas de direitos. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

O Projeto Promotoras Legais Populares, como dito em outros momentos atua na garantia de direitos e combate à violência contra a mulher a partir da formação de mulheres através de noções básicas de direito e cidadania. O Projeto PLPs foi criado a partir da iniciativa da União de Mulheres do Município de São Paulo, com o apoio da organização THEMIS - Gênero e Justiça (RS), do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), e do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). Em Sorocaba o curso é ofertado através do Instituto Plena Cidadania (PLENU), uma ONG. O projeto,

[...] existe desde 2003 aqui em Sorocaba só que ele não tinha uma entidade nem um espaço próprio para poder fazer alguns projetos e até para o próprio curso ter uma coordenação precisava criar uma entidade, em 2005 eles fizeram isso aqui em Sorocaba, naquele momento a Iara Bernardi era deputada, o curso na verdade veio depois do mandato dela quando alguns assessores dela descobriram esse projeto no Rio Grande do Sul [...] e trouxeram o curso para Sorocaba ai então foi criado o PLENU em 2005, para poder dar suporte. O PLENU foi para Rua Manoel José da Fonseca 387 apesar de agora esse ano a gente não estar mais com a sede, mas o PLENU existe e vai continuar porque eles sabem da sua importância, porque através dele que a gente conseguiu inserir as mulheres dentro de alguns conselhos da cidade. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

Inclusive a entrevistada Néia, destaca a importância do projeto PLP em sua própria vida, através do curso ela pôde compreender melhor o ciclo de violência que estava inserida e auxiliar as mulheres na mesma situação, além de retomar seus estudos:

[...] eu não era assim, eu falo que eu vou levar o PLP para o resto da minha vida porque eu não era assim, eu só consegui ter essa força mesmo com o PLP. Entender que eu tenho direito, que não preciso ser briguenta, eu não preciso fazer escândalo, eu tive essa visão com ele [PLP] porque antes eu não tinha, eu queria fazer algo só não sabia como, eu queria tirar minha mãe do ciclo de violência só não sabia como, eu queria tirar minhas cunhadas e não sabia como. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

Eu tinha isso que eu não podia, que eu não tinha esse direito [de estudar], porque eu não consegui ser mais forte do que minha mãe, convencê-la de que eu tinha que estudar, que eu não queria aquela vida, eu não queria aquilo para mim pelo menos tentar não ter aquela vida. Depois de muitos anos que eu consegui voltar a estudar, eu já estava com 38 anos quando eu fiz o segundo Enem e consegui uma boa pontuação. Eu consegui uma bolsa para fazer pedagogia. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

Além da coordenadora do projeto "Promotoras Legais Populares" pelo PLEUNU Néia Mira, observa-se ainda a fala da conselheira e militante do movimento das mulheres negras, Drika Martim (entrevistada em 17 de jan. 2019), "É tudo muito corrido para a mulher, a mulher é geralmente dona de casa, tem suas limitações, tem filho, tem luta, tem trabalho então é tudo mais difícil", a respeito das várias jornadas de trabalho da mulher, que atua dentro e fora de casa mesmo com suas limitações e dificuldades.

A maternidade também aparece nos depoimentos e não deixa de caracterizar atividades que se somam às diversas jornadas de trabalho das mulheres entrevistadas. Ainda que exista referência às dificuldades encontradas para cumprir as diversas demandas, há em todas as falas expressão de consciência e realização pessoal com a militância, "sou mãe, sou professora, dona de casa como toda mulher tenho dupla jornada de trabalho" (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018).

Um destaque merece ser feito à expressão "dona de casa como toda mulher" presente na citação anterior. Não deveria ser uma condição naturalizada, mas a entrevistada faz essa referência tão comum na vida de todas a mulheres, não sendo diferente para aquelas que militam no movimento. A condição de ser mãe também aparece como um elemento a mais na luta por determinados serviços públicos — a exemplo da luta por creches — que impactam diretamente nas condições de vida das mulheres, seja para que consigam conciliar o cuidado com os filhos e a jornada de trabalho, seja como condição até mesmo para a militância:

[...] fazíamos um trabalho de desenvolvimento das mulheres, de luta por creche, de luta contra a carestia que era o mote dos movimentos de mulheres daquele período. Eu tinha na verdade dois ramos de ação, eu tinha um lugar do trabalho técnico que do meu ponto de vista a gente não separa do trabalho político e eu tinha também um outro viés de trabalho que era o trabalho político-partidário e dentro desse partido eu fazia a minha atuação principalmente na questão das mulheres, e foi assim que as ações foram se delineando. (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

Se, por um lado, as muitas jornadas se caracterizam como dificuldades enfrentadas por essas mulheres lideranças, por outro, essas mesmas dificuldades fortalecem o sentido da sororidade (e mesmo do empoderamento – termo que será problematizado) como veremos a seguir.

3.2. Empoderamento e Sororidade

Em diversos momentos durante as entrevistas, algumas palavras se destacaram. Palavras estas que se fazem presentes não só nos discursos das mulheres, mas em suas ações e em suas vidas.

Apesar do viés ideológico que a palavra Empoderamento possa carregar, associada ao discurso promovido pelo Banco Mundial e suas ações (como visto anteriormente), sendo questionável o emprego do termo em mídias e textos, a palavra e seu sentido mais íntimo é utilizada por essas mulheres e outras dentro dos diversos grupos do movimento de mulheres. Manteve-se assim a escolha por utilizar a palavra empoderar dada a importância na mesma na história dessas mulheres, que utilizam a palavra com um significado mais amplo relacionado a garantia de poder efetivo para as mulheres, principalmente aquelas que por questões relacionadas à raça, dificuldade econômica entre outras não estão presentes em muitos espaços da cidade.

O termo pode ser problematizado em relação a sua criação, mas nos movimentos de mulheres o termo é apropriado, não apenas nos discursos, mas também na prática política e do cotidiano. Drika relembra como o pai costumava incentivá-la em sua infância, utilizando para tanto a palavra empoderar:

Meu pai era aquele pai que trabalhou muito pelo meu empoderamento dentro de casa, assim todo sábado a gente ia ao salão, ele cortava o cabelo fazia uma hidratação no cabelo, então devo muito isso ao meu pai não tenho complexo nenhum por conta da minha cor, meu cabelo, meus traços. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

A prática do empoderamento está presente em várias passagens da vida dessas mulheres, ligadas às práticas cotidianas aparentemente banais e também associadas a sua luta e militância.

Ainda sobre a utilização da palavra e seu significado dentro da atuação e cotidiano dessas mulheres Manu destaca a popularidade do termo e questiona se de fato há este empoderamento na vida das mulheres,

[...] Empoderar, esse termo [...] foi o termo da moda né em 2015 foi a palavra mais acessada no Google, mas será que estamos empoderando mesmo outras mulheres? Será que empoderamos as nossas filhas? Será que a gente empodera as nossas companheiras? (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018)

Outro termo que ganha destaque na fala e nas ações destas mulheres é a Sororidade, entendida como a união ou irmandade entre mulheres que possuem empatia umas pelas outras, como forma de superar a competição feminina. Sororidade também pode ser entendida pela "união e a aliança entre mulheres baseadas na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum" (SOUZA, 2016, p. 10) a partir de uma leitura mais popular do termo, atrelada a palavra empoderamento.

Ao fazer uma breve busca sobre o termo na internet, o que mais se vê são blogs e revistas voltadas para adolescentes e mulheres falando da importância da sororidade e do companheirismo entre as mesmas, porém sem muito aprofundar na questão. A respeito do termo Suely Costa (2009, p. 14) pensa que o mesmo,

Sugere muito das práticas e das sociabilidades femininas sem nada enunciar das dissensões entre mulheres, tão frequentes, ocultando seu antônimo: a pluralidade de relações de poder e dominação também presentes nas formas de convivência de mulheres com mulheres.

Ou seja, muitas vezes a palavra sororidade, mascara relações assimétricas que possam existir entre as mulheres através de um movimento onde "conformam-se a homogeneização e a ocultação das diferenças e desigualdades entre as mulheres" (COSTA, 2004, p.25). A autora ainda prossegue justificando que, "problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, longe estão de ser equacionados" (COSTA, 2004, p.25) nessa relação.

Outros termos existem para expressar essa relação de empatia entre as mulheres, como o próprio conceito de *continuum lésbico*²¹, de Adrienne Rich, que possui um teor mais crítico e profundo que o expressado pelo termo sororidade, ao sugerir a ampliação das experiências

_

²¹ Adrienne Rich entende que o "termo *continuum lésbico* possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher. Se nós ampliamos isso a fim de abarcar muito mais formas de intensidade primária entre mulheres, inclusive o compartilhamento de uma vida interior mais rica, um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político, [...] nós começaremos a compreender a abrangência da história e da psicologia feminina que permaneceu fora de alcance como consequência de definições mais limitadas, na maioria clínicas, de lesbianismo" (RICH, 1993, p.35)

de identificação entre as mulheres, para formas mais fortes e organizadas de vínculo a partir da construção de uma rede de solidariedade contra a opressão masculina.

Apesar das ressalvas feitas a respeito dos termos, as mulheres utilizam não só em sua militância, mas também em suas vidas, de certo modo tentando ressignificar as palavras empoderamento e sororidade. Elas por inúmeras vezes destacam a importância de empoderar diversas mulheres em prol da sororidade, acreditam na necessidade de união para garantir fortalecimento e assim conquistar espaços e direitos, em suas falas nota-se um verdadeiro esforço para a promoção da empatia e companheirismo entre as mulheres, porém destacam as dificuldades que surgem nesse processo:

Muito do movimento de mulheres não avança hoje porque ele se autoboicota e isso é muito de vaidade, muito ego. [...]E isso é um grande desafio que eu tenho trabalhado comigo mesma, com meu ego com a minha vaidade eu sou grande, uma mulher espaçosa então você precisa respeitar as outras e se enxergar também dentro de uma coletividade, esse é um grande desafio. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018)

(...) eu gostaria que a gente pudesse trabalhar mais esse conceito tão bonito que falamos tanto, mas que ainda está tão insipiente que é a questão da sororidade, a gente precisa começar a ser mais unida de verdade em todos os sentidos não só na luta, em todos os sentidos. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018)

Mediante as dificuldades da luta há a necessidade de união por meio da sororidade. Regina destaca em sua fala a necessidade de exercer a sororidade de fato, de modo a "(...) não esquecer jamais da sororidade né, nós mulheres precisamos exercer a sororidade entre nós, deixar as diferenças maiores e menores de lado, e nos entrelaçar através daquilo que nos torna iguais que é a desigualdade social" (entrevistada em 18 de set. 2018).

Há um esforço dessas lideranças em criar uma rede de acolhimento real para auxiliar as mulheres na cidade de Sorocaba. Suas atuações buscam a divulgação da rede de atendimento para mulheres vítimas da violência, além de ações de conscientização, palestras, debates entre outros eventos que levam a promoção de direitos, empoderamento e sororidade. Manu destaca esse viés de prevenção em sua atuação "eu tenho atuado muito nisso, eu tenho dedicado grande parte do meu tempo para fazer palestras motivacionais de empoderamento feminino, de violência contra mulher" (entrevistada em 05 de jul. 2018) sendo esta parte de seu trabalho algo que ela já realiza a muitos anos, "(...) fui trabalhar no CEREM em 2008/2009 e ai eu fiquei responsável para fazer as palestras voltadas ao empoderamento da mulher, feminismo e questão da violência contra a mulher." (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018).

No movimento de mulheres há esta preocupação relacionada a união e participação efetiva das mulheres nos eventos e atividades para garantir um empoderamento efetivo das mesmas, principalmente no momento político atual, como destaca Regina:

A gente vive um momento de retrocesso, onde apesar dos direitos conquistados pelas mulheres há uma luta para se colocar nos espaços públicos de poder e essa é uma questão que eu julgo de fundamental importância para que possamos continuar empoderando as mulheres (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

Do emprego dos termos empoderamento e sororidade e sua utilização nas práticas cotidianas e políticas surgem a defesa por uma luta integrada, por um movimento de mulheres unido pela pauta do ser mulher. Uma luta que só pode ser coletiva para a garantia real de direitos dessas mulheres.

Destaca-se que após um segundo encontro com essas mulheres, quando entraram em contato com suas entrevistas transcritas, houve a reflexão acerca da palavra empoderamento, que como aponta Manu (entrevistada em 27 de maio 2019) carrega o sentido de um "feminismo liberal" em que prevalece o indivíduo perante a luta coletiva. Dentro deste movimento de mulheres específico, centrado nas ações no CMDM há um esforço para repensar a utilização dessas palavras e o sentido que carregam atualmente. Manu destaca o conceito de emancipação feminina segundo contribuições de Paulo Freire, como uma ideia a ser trabalhada dentro do movimento, que representa melhor as mulheres e sua luta coletiva.

A gente fala muito do empoderamento da mulher, usou muito esse termo só que eu acho que houve uma apropriação equivocada que se distanciou daquele sentido, que principalmente as feministas americanas compraram que era uma ideia inclusive do Paulo Freire que é a emancipação da mulher. Então essa questão de emancipação ela não tá ligada a uma questão unitária, individual, uma questão até que o feminismo liberal prega. [...] Eu acho que a questão do termo empoderamento da mulher hoje está muito relacionado à meritocracia, com aquela mulher que conseguiu vencer as dificuldades sozinha e chegou a alcançar o seu lugar ao sol, não é esse significado que o feminino quis dar ao termo empoderamento da mulher. Acredito que empoderamento é um conceito coletivo e eu tenho trocado esse termo hoje por emancipação feminina que é muito mais amplo e dá muito mais a ideia de coletividade que eu acho que tem que ter. Esta ligada a uma emancipação que tem que se dar coletivamente. \dot{E} o direito da mulher de poder existir em sociedade e não se pode ter esse direito individualmente. [...] Eu acredito que teve a necessidade da questão do empoderamento existir, mas precisamos avançar também nesse conceito e pensar no conceito de emancipação feminina é o que eu tenho trabalhado muito dentro do conselho e da minha vida pessoal também. (EMANUELA, entrevistada em 27 de maio 2019)

A respeito do termo empoderamento Heleieth Saffioti destaca semelhante caráter individual do conceito, que segundo a própria:

(...) acaba transformando as empoderadas em mulheres álibi, o que joga água no moinho do neoliberalismo: se a maioria não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é sua, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil. (SAFFIOTI, 2009, p.18)

Ou seja, empoderar nesse sentido é relacionado a uma ação individual de cada mulher para garantir assim seus direitos. Suas ações individuais são usadas para justificar conquistas da luta coletiva de todas.

Durante a primeira entrevista Manu utiliza a palavra empoderamento, mas no segundo encontro questiona o uso do termo e apresenta outro conceito, baseado nos ideias de Paulo Freire, que é o da emancipação feminina. Porém manteve-se a palavra empoderamento em seu texto porque a mesma pediu que não fosse alterado, somente complementado com sua fala atual, para que assim pudesse ser visto a mudança do pensamento da entrevistada e seus avanços.

Dando sequência aos termos e palavras-chave que apareceram durante as entrevistas, a importância da luta coletiva foi outra questão muito enfatizada pelas entrevistadas. Nas falas anteriormente citadas já aparece essa questão, para tanto vamos enfatizá-la no próximo parágrafo.

3.3. A importância da luta coletiva

Em muitas falas durante as entrevistas, as mulheres destacaram a necessidade de união entre os movimentos para o fortalecimento da luta. Salientaram que não há luta ou militância individual, mas que elas precisam estar e atuar em diversos espaços, estar engajadas em diversas lutas e criar relações, se entrelaçar.

Dada as dificuldades existentes dentro da militância e ação política dentro do movimento de mulheres, principalmente por conta da questão econômica, que dificulta a inserção das mesmas em determinados espaços de luta, existe a necessidade de uma união para o fortalecimento destes movimentos, de modo que:

A luta é coletiva, (...) não existe luta solitária não existe: "eu milito", "eu sou militante feminista comigo mesma" porque eu tenho que poder transitar em todos os feminismos. Hoje a gente fala em **feminismos** não só em **feminismo** e [é preciso] transitar em todas as bandeiras porque a luta ela só é forte, ela só vai crescer e realmente ter um resultado com a união de todo mundo inclusive de homens. A gente não consegue lutar contra o racismo se não for mulheres negras e mulheres brancas, a gente não consegue lutar contra a LGBTfobia só com pessoas LGBT a

gente precisa ter o apoio de todo mundo e isso é uma construção que ainda dá muita discussão. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018, grifo nosso)

Destaca-se na fala da Manu a importância da luta coletiva e o trânsito em diversas frentes de atuação dos vários feminismos, da integração das lutas e bandeiras, de um movimento de caráter interseccional, ou como nos apresenta Angela Davis (2016), consubstancial.

A necessidade de união aparece em diversos momentos como uma manifestação prática da sororidade. Essas mulheres encontram na integração dos movimentos potencialidades de encontro e realização, bem como formas de conquistar direitos e espaço dentro da sociedade patriarcal, mas neste movimento há dificuldades que surgem como barreiras para a implementação da sororidade na prática. Manu destaca a questão das vaidades e da noção de "rivalidade feminina" como fatores que dificultam o processo de integração,

(...) a gente ainda tem no movimento de mulheres aquele ranço de que mulher é rival, aquela ideia (...) que é pré-construída. Se você ver nos estereótipos femininos a mulher é a malvada a mulher é a madrasta, MÁdrasta, a mulher é a vilã. Todos os arquétipos femininos representam essa rivalidade da mulher, a mulher que não é amiga da outra mulher, a mulher que trai a amiga e isso acaba sendo colocado num consciente coletivo e algumas mulheres compram essa ideia então desconstruir isso dentro do movimento de mulheres é muito importante. Até onde eu posso ir? Qual é meu lugar de fala? Como eu posso contribuir? E assim eu tenho feito... tentado. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018)

As dificuldades que se estabelecem no movimento de mulheres vão além das dificuldades econômicas de ir aos encontros e permanecer nos espaços. A noção da rivalidade feminina aparece como fator que dificulta esta integração, por estar presente muitas vezes no inconsciente coletivo da sociedade. A partir dessas dificuldades há a defesa da necessidade de uma construção coletiva do movimento, como salienta Manu, um momento para a construção de pontes:

[...] pode parecer assim o maior clichê do mundo, mas eu acho que dentro do movimento de mulheres, dentro do feminismo, dentro dessa construção de direitos e deveres também, eu acho que a gente precisa aprender a construir pontes [...], a gente tá muito tempo construindo muros. A nossa militância tá muito assim, "eu sou lgbt, milito aqui", "eu sou do feminismo negro eu milito aqui", "eu sou do feminismo radical" a gente não se conversa, da mesma forma que a comunidade está distante da universidade, a universidade tá distante do movimento social. Nós mulheres trabalhadoras, nós mulheres mães, nós mulheres professoras, nós mulheres militantes, nós mulheres negras, nós mulheres indígenas, nós mulheres de terreiro, nós mulheres LGBT, NÓS mulheres, sempre o nós vem antes de mulher e talvez o que eu gostaria é que nesse momento que a gente superasse o individualismo porque eu só acredito no feminismo coletivo eu acho que toda a luta é coletiva então se eu pudesse hoje deixar alguma impressão, algum legado é isso. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018, grifo nosso)

Pelas falas das entrevistadas há uma necessidade de integração dos movimentos, de modo a implantar o que elas entendem por sororidade, como defende Manu "o 'nós' vem antes de mulher". Apesar das inúmeras pautas e dos feminismos no plural, há uma ênfase nas falas e entrevistas para uma luta coletiva, não pormenorizando as desigualdades relacionadas a raça, sexualidade, gênero, mas compreendendo como todos estes pesam sobre as mulheres. Regina acredita que a pauta da desigualdade econômica e social, contraditoriamente, pode ser um fator de integração para as mulheres:

(...) não dá para se isolar, acho que é preciso que as mulheres se integrem e se entrelacem, estejam juntas nas coisas que são maiores e que fazem parte da dinâmica e dos problemas de todas as mulheres que é a questão da desigualdade que tá aí firme e forte e se colocando. (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

No que se refere a esta problemática relacionada à integração entre as mulheres, Drika enfatiza que sua militância procura justamente criar pontes entre os movimentos de modo a criar laços de fortalecimento, por ser uma ativista que atua em diversas frentes entende que:

[...] a militância, a luta não tem sigla o que facilita muito meu acesso. Hoje eu sou uma ativista que circulo em vários locais, converso com muitas pessoas, exatamente por entender que a militância não tem sigla, eu preciso ser uma facilitadora eu preciso fazer com que as coisas aconteçam e para isso eu preciso estar livre de algumas situações e eu acho que a linha política vem exatamente daí pela necessidade de ser uma articuladora, de ser uma facilitadora. Eu costumo dizer muito que eu sou uma facilitadora de algumas ações e esse é um dos trabalhos dos ativistas e dos militantes, facilitar, fazer com quê as coisas aconteçam. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Drika acredita que seu trabalho é ser uma facilitadora das ações, uma articuladora e assim sendo precisa atuar em diversos locais, para garantir integração entre as pessoas e os movimentos. Mas apesar disso, a luta é marcada por frustrações e dificuldades, que podem ser amenizadas a partir da união, como também acrescenta Drika:

Já tentei sair várias vezes dessa área, mas acho que é algo predestinado mesmo [...] porque é uma luta repleta de frustrações, é muito difícil, então precisamos muito de verdade das pessoas, dos irmãos de luta com a gente porque tem determinados momentos que a gente fraqueja, é muito difícil e tudo vai contra ao que lutamos. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Mesmo com as dificuldades e frustrações provenientes da militância tanto Drika Martim como as outras mulheres entrevistadas, destacam a necessidade de integração e união para o fortalecimento e crescimento da luta. Utilizando de frases que ganharam novos

contornos após a última eleição para presidência, que foi marcada por um discurso ultraconservador e misógino do atual presidente Jair Bolsonaro, como "ninguém solta mão de ninguém"²², essas mulheres fazem um apelo para a união e fortalecimento do movimento de mulheres, "Eu acho que é andar juntas mesmo, não soltar a mão de nenhuma de nós, [...] uma sobe e puxa a outra, é força e fortalecimento mesmo que precisamos" (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019) e:

Nos locais que não estamos acho que precisamos nos fortalecer e ser a base uma da outra, para estar e dar suporte, ser o alicerce das que estão à frente dos locais que a gente ainda não tem um maior número de acesso das mulheres. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

E assim elas seguem defendendo ser este "[...] talvez o momento de a gente tentar construir pontes em vez de fazer aqueles muros enormes" (EMANUELA, 05 de jul. 2018), para assim fortalecer o movimento. Para tanto faz-se necessário também a criação de novas lideranças que deem continuidade às ações do movimento de mulheres e assim,

[...] preparar os novos que estão por vir no diálogo. O resgate da nossa juventude é muito importante para isso, porque eles precisam dar continuidade e isso é muito bom porque a gente consegue ter esse contato muito direto dentro da quebrada, dentro das escolas, dentro de espaços assim como esse, é um trabalho um pouco mais fácil para gente né. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. de 2019)

Drika destaca a facilidade que possui para adentrar em alguns espaços dado o fato de ser uma facilitadora e articuladora de ações como ela mesma define, portanto, consegue ter o contato mais fácil com a juventude, tanto nas escolas quanto na quebrada, o que é necessário para a criação e fortalecimento das novas lideranças.

Nota-se, portanto nas falas a importância da luta coletiva para essas mulheres como forma de garantir o fortalecimento do movimento, incentivando para tanto o surgimento de novas lideranças. O fortalecimento do movimento é muito defendido pelas mulheres que destacam em vários trechos das entrevistas as dificuldades provenientes da militância, somadas também as questões relacionadas ao gênero, classe e raça.

No próximo tópico destaca-se como a intersecção entre gênero, raça e classe, incide e pesa sobre essas mulheres tanto em sua militância como também em suas vidas.

84

²² A frase tem sua origem atrelada à resistência estudantil durante a ditadura militar brasileira. Quando apagavam as luzes e invadiam o prédio do Curso de Ciências Sociais da USP os alunos davam as mãos e se seguravam em alguma pilastra aos gritos de "ninguém solta a mão de ninguém", após a saída dos militares faziam a contagem de quem estava presente. Durante a confirmação da eleição de Jair Bolsonaro a frase foi utilizada junto com um desenho elaborado pela tatuadora e artista Thereza Nardelli que se inspirou em uma frase dita por sua mãe, sem saber do contexto da ditadura militar. Fez o desenho como forma de acolhimento, um "alento para esse momento" em suas palavras. O desenho pode ser observado no anexo B.

3.4. Gênero, Raça e Classe

Durante as entrevistas outra questão que apareceu corresponde a intersecção gênero, raça e classe. Ao relembrar momentos de suas vidas as mulheres negras destacaram as dificuldades que enfrentaram por ser mulher, negra e da periferia, com histórias de racismo e preconceito. Ao analisar as histórias dessas mulheres não poderia se ignorar a intersecção que permeia suas vidas, elas não enfrentaram desafios apenas por serem mulheres, mas também pela raça e situação econômica, uma vez que,

O gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas condições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam de forma imbrincada, cada uma das contradições mencionadas. (SAFFIOTI, 2015 p.83).

Como defende Saffioti tal intersecção gênero, raça e classe, merece um tratamento especial. Não basta apenas compreender como cada opressão age separadamente, mas entender sua relação de maneira consubstanciada, a partir do nó que formam para usar as palavras de H. Saffioti. Deste modo essas relações não se encontram hierarquizadas, atuando em maior ou menor grau nos sujeitos, mas interpenetram resultando em outras formas de opressão, "não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão" (SAFFIOTI, 2015, p. 122). Uma vez que a mulher brasileira "sofre diariamente sua condição de corpo sexualizado (orientação sexual), generificado (gênero) e racializado (cor da pele) que criam diferentes intersecções a partir de sua condição de classe" (SILVA, 2016, p.89 tradução nossa).

Angela Davis em sua obra intitulada "Mulheres, Raça e Classe" (2016) demonstra a partir de um estudo consubstancial a relação existente entre esses termos a partir da história das negras e negros dos Estados Unidos desde os tempos da escravidão. Ao passo que desenvolve seu texto a autora faz demonstrações sobre a necessidade de se analisar as opressões de modo integrado, utilizando para tanto as experiências de inúmeras mulheres.

Dentro do próprio movimento de mulheres há o esforço para também considerar as diversas opressões sobre as mulheres, neste ponto a advogada Emanuela B. destaca que:

Tem essa questão da consubstancialidade, de você ver toda a nossa diversidade porque nós somos diversas e dá um olhar da luta da classe, da luta de gênero e da luta de raça. Não dá para pensarmos nesse empoderamento que eu hoje chamo de emancipação feminina sem o recorte raça, classe e gênero e tentar afastar o máximo possível dessa observação colonialista de que o empoderamento da mulher está ligado a meritocracia. (Emanuela, entrevistada em 27 de maio 2019)

Ao retomar a questão da emancipação feminina Manu, evidencia a necessidade do recorte de raça, classe e gênero para pensar em um movimento cada vez mais diverso de mulheres.

Durante a análise das entrevistas esse cuidado também foi tomado, de não hierarquizar as opressões ou mesmo ignorá-las. Foi necessário assim criar este tópico para estes questionamentos.

Ao longo da vida das mulheres entrevistadas algumas dificuldades surgiram. Suas narrativas orais²³ mostram um pouco do que elas passaram. Das quatro entrevistadas, três são negras que nasceram e cresceram na periferia, e durante suas falas, algumas de suas lembranças sobre esses momentos apareceram:

Os desafios em relação à profissão vieram mais nesse sentido de você efetivamente se posicionar e também por ser uma mulher negra se tem outro desafio que é o racismo. Eu acho que eu tenho comigo as duas questões, a questão de gênero e a questão racial, ambos os desafios para a igualdade de direitos.

O primeiro desafio foi o econômico, eu sou de uma família de três irmãos e eu sou a única que chegou à universidade e cheguei ao nível universitário por que consegui estudar na universidade pública, porque naquele momento eu não poderia ter pago uma faculdade de maneira nenhuma, então acho que eu fui das pessoas que naquele momento tive a possibilidade. Nenhuma coisa de meritocracia como às vezes as pessoas falam, "os outros não fizeram porque não quiseram", não é bem assim, penso que seja uma questão de espaço de direito e acho que a própria correlação, de uma família de três irmãos você consegue um que acessa o nível universitário, dá para entender que não é uma questão de meritocracia. A minha mãe foi uma mulher lutadora, que lutou bastante meu pai também lutou, morreu no trabalho e nem por isso todos os filhos tiveram acesso ao nível universitário, então eu acredito que os desafios vieram mais nesse sentido. (REGINA entrevistada em 18 de set. 2018)

Regina destaca que as dificuldades em sua profissão foram principalmente relacionadas ao fato de ser uma mulher negra e não ser submissa em seu ambiente de trabalho. Ela também salienta as dificuldades econômicas pelas quais passou, e sua chegada ao nível universitário, que não foi alcançado por meritocracia, mas por questões relacionadas à possibilidade de ingresso em uma universidade pública. Drika também destaca em sua vida momentos de dificuldade que enfrentou por ser uma mulher negra, principalmente em seu ambiente de trabalho na Câmara dos Vereadores:

Sofremos isso diariamente, a gente tem o quesito raça que é muito difícil, é muito louco, a gente luta muito contra isso e as pessoas acham que realmente não existe, mas é uma realidade nossa. A nossa dificuldade maior é a situação econômica, que

-

²³ Os relatos das histórias de vida das mulheres podem ser conferidos no capítulo 04.

limita muitas pessoas, trabalhar, atuar e a gente que é mulher negra é muito mais complicado. As pessoas não acreditam em você, você tem que trabalhar e mostrar muito para que comecem a te respeitar e isso em qualquer lugar que você esteja. Tive muita dificuldade inclusive dentro dos locais que eu trabalhei exatamente porque as pessoas me olhavam e não entendiam que eu ocupava um cargo que talvez para eles não batia com as características.

Quando entrei para assessorar o vereador na Câmara Municipal eu me assustei, quando assumi a assessoria e cheguei na Câmara Municipal, percebi que não tinha negros dentro da Câmara, "gente, será?". Comecei a observar e aí eu percebi que por mais que eu fosse uma pessoa, talvez conhecida de muita gente, muita gente também não me conhecia e aí, acho que foi na primeira semana no café da manhã, pô emprego novo, fazer amizade caramba, você chega no refeitório e dá bom dia as pessoas te olham diferente, "deve ser coisa da minha cabeça né, vamos tocando", segundo, terceiro dia e eram exatamente as pessoas que já eram funcionários da casa a algum tempo. Foi muito doido porque eu percebi que as pessoas não me reconheciam naquele espaço. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Novamente, somam-se as questões de gênero e raça às dificuldades econômicas, que interferem também na militância política, uma vez que essas mulheres devem trabalhar e conciliar suas múltiplas jornadas. Além das questões econômicas, Drika ainda destaca o fato de não ser reconhecida em muitos espaços que frequenta, passando inclusive por situações de constrangimento e racismo em seu local de trabalho e outros espaços.

Em muitas falas das entrevistadas nota-se esse estranhamento que as mulheres negras sentem ao estar em determinados espaços, Drika, expõe o fato de não ser reconhecida nos lugares que frequenta, Regina destaca que sempre teve que estudar muito para garantir o seu lugar de fala, já Néia salienta que sente dificuldade em ocupar determinados locais pela falta de pertencimento que sente ao se manifestar em espaços com pessoas que, segundo a mesma define, são "mais estudadas" que ela.

Antes até sentar numa roda de conversa para resolver a vida do PLENU que fosse eu já me sentia como se eu estivesse num lugar que não era meu, porque eu me sentia impedida para qualquer coisa, eu cresci sabendo que eu ia ser uma doméstica não ia ter outra coisa para fazer na vida porque eu não tinha estudos, eu não me sentia capaz. (NÉIA, entrevistada em 31 de jan. 2019)

Ela relatou essa dificuldade em se expressar, principalmente para um grande público, mas também destacou em outros momentos que está tentando mudar isso e que 2018 foi o ano que ela tomou iniciativa para vencer seus medos.

Relacionado aos desafios enfrentadas por essas mulheres Néia por sua vez destaca as dificuldades econômicas que se fizeram presentes em sua vida desde muito nova. Ela relembra que teve que começar a trabalhar muito cedo para auxiliar nas despesas de casa e por essas e outras dificuldades teve que parar os estudos por um tempo:

Só que chegou o momento de sair para trabalhar para ajudar em casa. Eu já não ajudava só dentro de casa cuidando deles como eu tive que sair trabalhar muito cedo, o que uma menina de 13 anos vai fazer? É difícil, não arruma emprego, eu fui trabalhar de empregada doméstica com essa idade e fiquei até os 14 anos em uma casa, foi muito sofrido também porque a pessoa era muito madame mesmo, que humilha o tempo todo. Você tinha que fazer coisas que iam além das suas forças para não perder o emprego, para poder ajudar sua mãe, para poder ajudar os seus irmãos e eu acabei me sujeitando e tentando segurar o máximo possível para ficar nesse lugar. (NÉIA, entrevistada em 31 de jan. 2019)

O trabalho como doméstica para ela apareceu muito cedo, como uma forma de auxiliar sua mãe.

A única coisa que eu sabia fazer era ajudar minha mãe a cuidar dos meus irmãos porque naquele período pelo menos, apesar de muitas famílias ainda continuarem assim, quando se nascia mulher você já tinha aquele cargo desde cedo de que você tinha que ajudar em casa desde pequena, então eu tinha esse compromisso porque minha mãe tinha que trabalhar, meu pai não tinha juízo, ela tinha que comprar alimento e por muitas vezes a minha mãe teve até que pedir ajuda porque não tinha o que dar para os filhos dela comer. Meu pai até arrumava emprego, mas ele não parava, ele ficava pouco tempo trabalhando, de repente já era demitido ou pedia a conta para poder beber, o dinheiro dele era assim, todo em bebida. (NÉIA, entrevistada em 31 de jan. 2019)

Mesmo não sendo a mais velha dentre os irmãos, Néia logo assumiu as responsabilidades pelo cuidado da casa junto com sua mãe, como a mesma disse um "cargo" que ela recebeu desde pequena. Observa-se como a presença do patriarcado incide na vida das mulheres logo na infância, dando às meninas responsabilidades com o cuidado da limpeza e sustento do lar.

Neste tocante Drika também destaca que,

As pessoas ainda acham que as mulheres que moram na quebrada não tem instrução, que não tem força, que não conseguem conversar e caminhar é muito complicado. Dentro das quebradas as mulheres tem uma atuação muito mais forte que os homens, quem sustenta a quebrada é a mulher, quem sustenta a casa, grande parte das vezes é a mulher, na saúde a gente vê muito mais mulheres do que homens. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Nas periferias urbanas, ou *quebradas* como inclusive Drika defende, as mulheres possuem diversas jornadas, muitas vezes desde a infância para auxiliar no sustento da casa, o patriarcado impera sobre suas vidas, somado a ele a opressão capitalista e racial. Nestes espaços como em tantos outros a mulher está no público e no privado, sai para trabalhar, leva os filhos e o marido aos hospitais, cuida da casa entre outras tantas funções acumuladas. Assim como disse Drika, "quem sustenta a quebrada é a mulher".

Somadas a estas questões a presença do patriarcado ainda se faz presente, muitas vezes atuando através da violência. Néia lembra de sua infância convivendo com as agressões

sofridas pela mãe e desejando ajudá-la, mas sem saber como. Após casada Néia, que não tem um marido agressor, conta como foi difícil conquistar o seu espaço para fora da casa e do cuidado dos filhos, além da retomada dos estudos, por conta principalmente do pensamento machista do esposo:

Acabei fazendo esse curso que é o Projeto Promotoras Legais Populares, onde as mulheres aprendem mais sobre cidadania e seus direitos com o foco maior na questão da violência doméstica, dentro dos temas também tinha palestras sobre drogas e saúde. Claro, não foi fácil falar vou fazer esse curso e sair fazendo porque eu tinha que trabalhar também e apesar de eu ter um marido que não é e nunca foi violento, ele é chato, mas não me proíbe de fazer as coisas, naquele momento ele tentou proibir mas eu pensei "eu não quero essa vida para mim, de tudo ter que ficar pedindo, ele não deixou eu não vou, porque o marido falou não é não" então resolvi conversar, não precisei brigar com ele, mas eu falei que eu ia fazer. (NÉIA, entrevistada em 31 de jan. 2019)

Néia enfrentou dificuldades para conseguir seu espaço, mas pouco a pouco ela conseguiu ir atrás de seus sonhos, de possuir uma formação, mas salienta que nem todas as mulheres conseguem estabelecer esse diálogo com os maridos e que algumas para conquistar o que almejam devem abandoná-los.

As mulheres entrevistadas enfrentaram dificuldades financeiras, racismo, opressão do patriarcado em vários momentos de suas vidas, por isso todas defendem a união e fortalecimento. Em suas falas elas não demostram que passaram por tudo sozinhas, mas sim tiveram apoio de tantas outras que estavam lá antes delas, que as ensinaram a lutar pelos direitos, buscar informação e ajuda, e nunca se calar para situações de opressão. Observa-se assim o verdadeiro espírito de sororidade, através de suas práticas cotidianas e comuns.

3.5. A prática socioespacial

Observou-se também nas narrativas aspectos relacionados aos lugares das práticas socioespaciais das entrevistadas, bem como as dificuldades encontradas pelo próprio movimento de mulheres para desenvolver suas atividades em locais na cidade de Sorocaba.

Questionadas sobre os espaços existentes na cidade, tanto físicos como simbólicos, as entrevistadas destacam a presença de inúmeros locais de luta, encontro e fortalecimento do movimento de mulheres. Espaços que possibilitam o encontro para a promoção de inúmeras atividades, uma vez que cada mulher entrevistada mora em bairro diferente da cidade, conforme tabela 3:

Tabela 3: Relação dos bairros que moram e trabalham as mulheres entrevistadas.

Entrevistada:	Bairro onde mora:	Bairro onde trabalha/atua:
Emanuela B.	Trujillo	Santa Rosália
Regina C. S.	Vila Carvalho	Éden
Drika Martim	Parque Laranjeiras	Parque Laranjeiras
Néia Mira	Jardim Nova Esperança	Wannel Ville/Centro

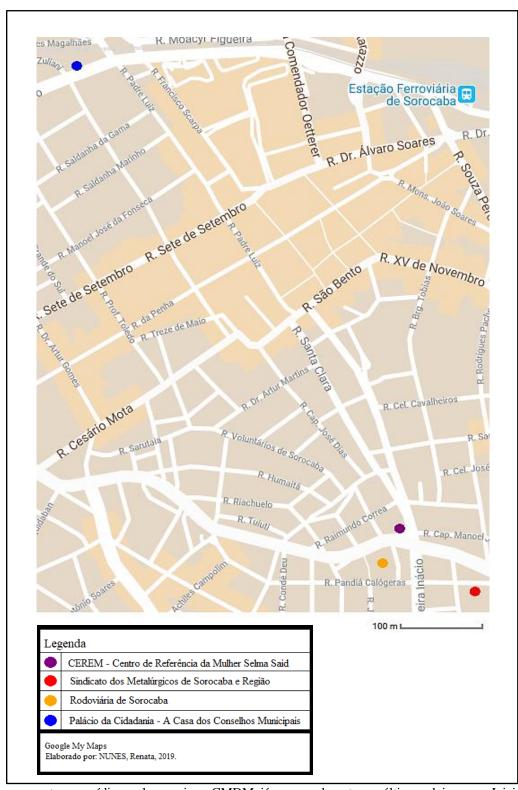
Fonte: Elaboração: NUNES, Renata (2019). Fonte: Entrevistas realizadas durante trabalho de campo (2018-2019)

Um desses locais é o CEREM (Centro de Referência da Mulher de Sorocaba), situado na Avenida Juscelino Kubitschek em frente à praça da Mãe Preta e da Rodoviária da cidade. O local é destacado como um dos destinados à causa da mulher. Por um tempo sediou as reuniões do CMDM, Manu destaca a importância desse espaço:

Eu tento sempre achar que o grande espaço hoje de união é o CEREM, primeiro porque é a sede do Conselho da Mulher, segundo pela construção histórica do local, foi o primeiro prédio público destinado aos direitos da mulher em Sorocaba, mas claro que tem problemas, por exemplo, tem uma questão séria que é a acessibilidade. Para chegar à sala do conselho tem escada e não tem elevador então se eu penso hoje no movimento plural de todas as mulheres eu deixo de incluir as mulheres PCD as mulheres com deficiência e isso me incomoda porque às vezes quando eu quero fazer uma reunião que eu preciso ter uma pluralidade eu tenho que buscar alternativas, mas hoje eu ainda vejo com todas as limitações esse simbolismo no prédio do CEREM. (EMANUELA, entrevistada em 05 de julho de 2018).

Quando a entrevista com a Manu aconteceu, a sede do Conselho ainda era no prédio do CEREM. Logo depois, pela dificuldade relatada em relação à acessibilidade, as reuniões aconteciam no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, localizado na rua Júlio Hanser, 140 - Jardim Faculdade, próximo ao CEREM, que dispõe de elevador. Atualmente as reuniões do Conselho acontecem no Palácio da Cidadania — A Casa dos Conselhos Municipais na rua Av. Dr. Afonso Vergueiro, 1238 na região central da cidade. As mulheres entrevistadas destacaram em conversas após as gravações a falta de recursos nesse novo prédio destinado às reuniões dos Conselhos Municipais. Essa mudança na sede do CMDM pode ser observada a partir do mapa 2.

MAPA 02: Mudanças na sede do CMDM



O mapa representa os prédios pelos quais o CMDM já passou durante os últimos dois anos. Inicialmente localizava-se no CEREM (em roxo), próximo à rodoviária, na região central da cidade, ficou um tempo no Sindicato dos Metalúrgicos (vermelho), que atualmente abriga o PLENU e o projeto PLP e finalmente mudou-se para sua sede atual no Palácio da Cidadania (azul), localizado na Av. Dr. Afonso Vergueiro, 1238 – Centro, uma das principais avenidas da cidade. Apesar de se distanciar do prédio do CEREM e da Rodoviária, a sede atual do Conselho localiza-se num local de fácil acesso, próximo à um terminal da cidade.

Apesar da importância dada ao CEREM pelas entrevistadas, as mesmas também destacam as dificuldades relacionadas a divulgação deste espaço:

Eu penso que os espaços físicos para as mulheres hoje em Sorocaba existem, mas eles não estão claramente colocados (...), a gente tem o Cerem por exemplo. O Cerem é para ser um local das mulheres, ontem mesmo a gente teve uma reunião da câmara técnica de violência e estávamos discutindo isso, nós temos o Cerem em Sorocaba, mas ele é um espaço que as mulheres pouco conhecem ele é um espaço próximo da rodoviária, próximo do centro, longe das necessidades das mulheres, pouco divulgado. (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

Como questiona Regina, há esta dificuldade em divulgar os espaços das mulheres na cidade. Mesmo tendo uma localização facilitada, próximo à rodoviária e aos terminais de ônibus, isso não garante que as mulheres conheçam e utilizem o espaço. Muitas ainda desconhecem a rede de atendimento ou mesmo a finalidade do CEREM.

Relacionado à divulgação dos espaços como o CEREM, Néia Mira assinala a importância de apresentar os locais e telefones de contato para as mulheres, pelo menos em um panfleto ou folder, distribuído em delegacias e hospitais.

Teve um momento nesses encontros que fala sobre a mulher o Conselho, da qual eu faço parte, que nós estávamos conversando sobre como conseguir divulgar para a população os contatos, como a primeira vez que eu fui no atendimento não vi nada que indicasse qualquer rede de atendimento à mulher, não vi nada, eu falei nessa reunião que seria importante ter um folder, alguma coisa que apontasse onde fica o serviço, onde fica o CEREM, onde eu posso conversar sobre abrigos, eu sei que o abrigo não pode mostrar o endereço, mas onde eu posso buscar essa ajuda, não tem isso, e as vezes chega lá e a pessoa não é atendida e volta embora sem nenhum contato. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

A divulgação do espaço e o acesso ao mesmo dificulta a participação das mulheres a ele, há assim, por parte das mulheres ligadas aos movimentos, um questionamento do porquê o espaço é pouco conhecido, mesmo localizando-se em uma área central da cidade. Uma das causas do problema pode ser a dificuldade da mulher periférica para se locomover até o local, ou mesmo o desconhecimento daquele espaço. A respeito disso há um questionamento das mulheres, a respeito do distanciamento das atividades da quebrada, da periferia urbana,

[...] Como dar visibilidade aos lugares das mulheres? Os lugares das mulheres nas periferias, por exemplo, além do espaço interno da casa no espaço público qual é o território da mulher nos bairros da periferia? Poderia ser o Centro de Integração Social, pode ser o CRAS, porque ela vai lá em busca dos serviços que lá existem. (REGINA, entrevistada em 18 de set. 2018)

A gente tem uma dificuldade muito grande aqui porque todas as atividades, reuniões e planejamentos não acontecem na quebrada, acontecem longe, eu sou até chata nos locais que eu faço parte porque acredito que a gente tenha que dialogar as necessidades do nosso povo sim, mas é aqui, não é no centro, não é num local afastado temos que parar de falar para gente, temos que falar para o povo, então

precisamos descentralizar essas atividades e ações e trazer para cá. Estamos trabalhando com pessoas em situação de vulnerabilidade social, então dificilmente alguém vai ter hoje 10 reais para estar se deslocando até o centro ou qualquer outro local para participar de uma atividade cultural, de uma roda de conversas então bato muito pé nisso, a gente precisa conversar e fazer atividades aqui. No começo foi um pouco difícil exatamente pelos militantes não terem essa consciência então eu sempre falo assim "é muito fácil você militar embaixo do ar condicionado e com um copo de água na mão, agora vir para a quebrada para entender a realidade como funciona são poucos", e infelizmente são poucos, respeito, cada um tem o seu perfil de ativismo, mas a gente luta exatamente com os nossos para fazer com que eles entendam que é aqui que a gente precisa estar não é distante do povo, precisamos estar aqui e conversando, muitas vezes acompanhando dentro de casa a situação. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Destaca-se assim a necessidade da descentralização das atividades para que estas cheguem em locais mais distantes, como as periferias urbanas. O fato de muitas atividades relacionadas ao combate à violência ainda serem concentradas na região central pode ser também uma estratégia de luta, uma vez que as entrevistadas vivem em diferentes regiões da cidade (o que pode ser observado na tabela 3), assim como outras mulheres do movimento.

Desse modo, o encontro no centro da cidade para a luta, e também para comemorações das conquistas, cria uma territorialidade com potencialidades, para assim fortalecer o movimento e alcançar os bairros mais distantes.

Durante o período de realização dessa pesquisa, observou-se a estratégia de concentrar os encontros das atividades dos movimentos de mulheres nas áreas centrais, otimizando suas potencialidades para posteriormente expandir a rede de solidariedade para outras áreas da cidade. Mesmo assim, destaca-se a necessidade da presença dessas atividades também nas periferias, dada a condição social e econômica que muitas mulheres possuem e que dificulta a participação das mesmas nas atividades que ocorrem no centro, distante dos seus bairros de moradia.

Questionadas sobre os espaços que as mulheres ocupam e não ocupam na cidade, a Câmara Municipal apareceu nas falas da advogada Manu Barros e da ativista Drika Martim como algo que tem muito ainda a melhorar:

[...] uma coisa que eu fico muito triste e eu acho que temos que mudar isso é a Câmara Municipal. Nós temos uma cidade de 621 mil habitantes, temos 20 cadeiras e só duas mulheres ocupando, nós somos segundo dados do IBGE a maioria do eleitorado então era para ter no mínimo metade, eu acredito que lá poderia também ser simbolicamente ocupado por mulheres. Eu acho que o fórum deve ser um lugar mais ocupado por mulheres. (EMANUELA, 05 de jul. 2018)

[...] falando de Câmara Municipal a gente teve quatro vereadoras na história desses anos todos da Câmara, hoje de 20 nós temos duas, na última gestão nós não tivemos nenhuma e é um local extremamente machista, que se eles não encontrarem

uma Drika, uma Manu, uma Regina Cardoso a gente não tem nem poder de fala ali dentro. [...] A gente precisa estar nesses espaços, a gente precisa ser ouvida só que a gente não precisa lutar tanto, não precisa ser tão doloroso para a gente estar precisamos nos fortalecer e fazer um projeto de mulher para que a gente consiga ocupar esses espaços. (DRIKA, entrevistada em 17 de jan. 2019)

Atualmente temos duas vereadoras na Câmara, como apontado nas falas, Iara Bernardi pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernanda Garcia pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) também atuam na defesa dos direitos da mulher sendo parceiras da gestão atual do CMDM. Manu aponta como um problema resultante dessa falta de vereadoras na Câmara, a questão das políticas públicas serem efetivamente voltadas ao combate da violência contra a mulher, que a cada mês aumenta na cidade, como já fora apresentado.

Eu acho que tem algumas questões complicadas, por exemplo, a violência em Sorocaba é muito gritante, e eu acho que é pelo fato da mulher em Sorocaba não ocupar os espaços de poder, nos temos poucas vereadoras, nós nunca tivemos uma prefeita a não ser a vice, nos cargos de visibilidade então é difícil um homem pensar numa cidade ocupada por mulheres então temos essa dificuldade precisamos mudar isso. (EMANUELA, entrevistada em 05 de jul. 2018)

A falta de mulheres nesses espaços institucionais afeta assim a criação de políticas públicas relacionadas às mulheres. As entrevistadas destacam a importância de ocupar também esses espaços, como uma estratégia da luta por direitos, "[...] penso que todos os espaços institucionais precisam ser espaços públicos para as mulheres" (REGINA, 18 de set. 2018).

Relacionado aos espaços simbólicos, há um destaque para o CMDM como um local institucionalizado, que também necessita da participação de várias mulheres. Através dele pode se pautar políticas públicas que beneficiem a todas,

[...] as mulheres precisam ocupar os espaços, esses espaços onde eu estou hoje, de luta das mulheres, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que a gente buscou mudar a cara dele, transforma-lo em deliberativo e a gente sabe que de verdade ele não é tão deliberativo assim, as câmaras técnicas que a gente criou no conselho com a ideia de ampliar a participação de mulheres. A gente não quer ter um conselho formado só pelas representantes do movimento social e representantes do poder público, queremos trazer mais mulheres para estar dentro desse espaço de luta, de conquista, de definição de políticas públicas voltadas para as mulheres. (REGINA, 18 de set. 2018)

Levar assim a população a participar do Conselho da Mulher, trazer suas pautas e debatê-las através das câmaras técnicas para pautar ações junto ao poder público.

Já a coordenadora do PLENU e pedagoga Néia Mira, a partir de sua militância junto às mulheres na periferia, em situação de violência, donas de casa e PLPs traz para a reflexão a

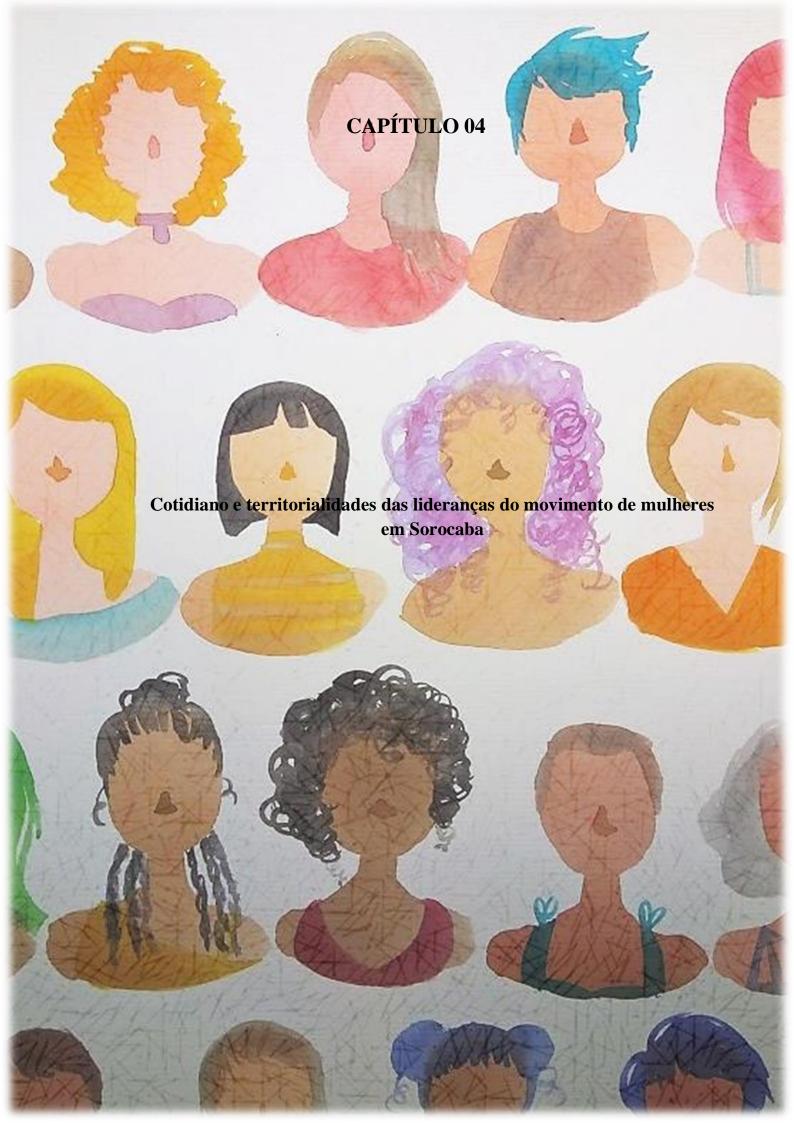
falta de espaços físicos e simbólicos destinados à formação e capacitação das mulheres, para garantir assim sua autonomia financeira.

Precisamos às vezes dar mais qualificação para essas mulheres, mais cursos para que elas possam enfrentar, porque por elas não terem às vezes esse conhecimento, domínio em certos assuntos elas não vão e elas têm esse direito também. [...]

Falta isso aqui na nossa cidade [...] e elas precisam disso porque às vezes estão em casa a muito tempo cuidando dos filhos, algumas já estão sem marido mas não trabalhou antes ficam sem ter uma direção, uma guia do que fazer [...], porque é difícil para elas enfrentarem o mesmo lugar onde era do homem. (NÉIA, entrevistada em 30 de janeiro de 2019)

É necessário assim garantir uma formação continuada para essas mulheres, para que possam ter liberdade e autonomia financeira, fator este que também restringe sua emancipação. As falas das entrevistadas destacam, portanto que "a mulher precisa estar, ela precisa ocupar, não tem legitimidade sem a mulher em muitos espaços" (DRIKA entrevistada em 17 de jan. 2019), mas que para tanto, precisam se fortalecer, ser a base uma da outra e dar as mãos.

Ao observar a rotina e o cotidiano das mulheres entrevistadas, pode-se notar a diferenciação dos tempos que possuem, relacionados à tríade *lefebvriana* do tempo da família-lazer-trabalho. Seus caminhos pela cidade são percorridos seguindo essa tríade. Há lugares destinados ao tempo com a família, em suas casas e em outros locais, há o tempo do lazer com a família e amigos e o tempo do trabalho, em múltiplas jornadas. Elas destacam que não há como separar a atuação política dentro de suas vidas, a militância perpassa seus cotidianos e movimentos pela cidade. Dentro do seu cotidiano elas passam por uma verdadeira articulação de espaços e criam assim territorialidades em diversos pontos da cidade.



Capítulo 04 – Cotidiano e territorialidades das lideranças do movimento de

mulheres em Sorocaba.

"Conte a sua história, porque a sua história pode ajudar outras pessoas."

Claudinéia Mira

Apresenta-se nesse Capítulo aspectos da história de vida e da prática cotidiana das mulheres entrevistadas, no sentido de expor a formação de suas territorialidades articuladas aos movimentos de mulheres dos quais fazem parte. As histórias que se seguem são expostas a partir das entrevistas realizadas. Procurou-se adaptar as falas obtidas para facilitar a leitura, deste modo foi feita uma síntese da entrevista destacando aspectos das narrativas orais. Essa síntese foi elaborada a partir das entrevistas transcritas na íntegra e optou-se pela utilização do português padrão para facilitar a leitura. A síntese mantém o conteúdo apresentado pelas mulheres, alterando apenas a ordem de algumas falas para auxiliar na compreensão de suas histórias.

Após este trabalho, foi realizado um segundo encontro com as mulheres, tanto para garantir a elas um retorno do andamento da pesquisa, quanto para que pudessem entrar em contato com as entrevistas realizadas. Elas fizeram a leitura de suas histórias e alteraram palavras ou expressões que achavam convenientes, algumas escolheram um título para suas próprias narrativas, enquanto outras preferiram que a pesquisadora o fizesse. Este capítulo apresenta quem são essas mulheres que atuam e estão à frente de muitos movimentos na cidade de Sorocaba, a partir se suas próprias narrativas.

Assim, procura-se conhecer um pouco de suas vidas e compreender a relação existente entre seu cotidiano, sua luta e a criação de espaços de representação a partir de demandas de seu dia-a-dia.

Justifica-se a preferência por trazer a história dessas mulheres através de suas próprias vozes como uma forma de garantir a narração de suas vidas por elas mesmas. Para tanto, ao se tratar dessas memórias, não é apenas,

(...) dar voz àqueles e àquelas que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as "verdadeiras" e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (PELÚCIO, 2012, p. 399)

97

Valorizando estes relatos e permitindo-se ouvir as histórias dos próprios indivíduos, das próprias mulheres, pode-se compreender muito mais que sua relação com a cidade, mas também suas vidas e histórias a partir de um caminho que nos leve a questionar a produção do saber hegemônico atual que, também produz o espaço. Neste processo questiona-se, portanto, a ação do narrador, que deve preocupar-se em transmitir as memórias de modo a deixar claro seu lugar de fala, uma vez que,

(...) significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que esta forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. (PELÚCIO, 2012, p. 399)

Para tanto, a construção deste capítulo baseia-se no estudo da memória e também da história oral, partindo de "reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas" (FREITAS, 2006, p.15) como forma de compreender assim suas vidas e a importância de suas ações e atuação política para a construção das territorialidades existentes na cidade.

Destaca-se ainda que a inserção de seus depoimentos no corpo do texto, e não como um Apêndice, tem um duplo significado: uma opção metodológica com base nos fundamentos da história oral e como forma de valorização da voz – tantas vezes silenciadas – de cada uma dessas mulheres que integram essa pesquisa e que de muitas formas representam as múltiplas vozes femininas.

4.1. Manu - Uma advogada militante feminista de direitos humanos

Assim como já citado no capítulo anterior, a primeira entrevista foi com a advogada e presidenta do CMDM Emanuela Barros em sua residência no bairro Trujillo no dia 05 de julho de 2018, a entrevista durou 35 minutos. A seguir segue seu depoimento:

Meu nome é Emanuela Barros, eu gosto de dizer que eu nasci feminista porque eu sou de uma família em que a minha mãe foi a provedora, minha mãe me criou praticamente sozinha. Fui criada pela minha mãe e pelos meus avós paternos e isso dá uma dimensão da importância da mulher já desde pequenininha, mas eu comecei mesmo a ter contato com o feminismo, com o movimento de mulheres e a importância da luta, de lutar por mim e por outras mulheres em movimentos estudantis no final da década de 80 e início de 90. Eu

comecei a participar do movimento estudantil com o grêmio estudantil e também através da música, naquela época da década de 90 começou a ter as bandas de meninas Riot Girl²⁴ e isso me trouxe para o feminismo, e foi assim até eu entrar na faculdade.

A minha formação foi em Direito, eu me formei pela Faculdade de Direito de Sorocaba em 1999 depois fiz duas pós-graduações, uma em Direito Constitucional e a outra em Prevenção à Violência, hoje sou mestranda em Educação pela UFSCar. Sou uma advogada militante, gosto até de brincar que eu sou uma advogada militante feminista de direitos humanos. Isso hoje é muito legal porque o feminismo se popularizou e hoje tem o seu valor, mas quando eu falava que era uma advogada feminista era muito pouco aceito dentro do grupo. Eu fico muito feliz hoje que muitas mulheres que fazem direito ou assim que se formam vem me procurar para falar que querem atuar na área, eu vejo como é importante, como a gente está se transformando, como as mulheres têm começado a ter consciência do papel delas na sociedade e isso é importantíssimo.

Eu já tinha essa visão do feminismo logo que eu comecei a faculdade e aí eu fui trabalhar no primeiro ano, em Abril de 1995, na antiga Procuradoria do Estado, que hoje é a Defensoria Pública, fui atuar no núcleo de assistência judiciária da qual eu atendia predominantemente mulheres que sofriam violência doméstica, que o marido não pagava os alimentos, na Vara de Família e daí eu comecei a ter dimensão desse problema da violência contra mulher.

Toda minha época da graduação já foi voltada nessa questão, a minha militância no feminismo foi muito ligada a minha prática. Logo que eu saí da faculdade eu fui trabalhar no Conselho da Mulher, na época o Conselho da Mulher em Sorocaba fazia um papel que hoje, por exemplo, o Centro de Referência da Mulher (CEREM) faz, que é dar atendimento e orientação à mulher. Não tínhamos esses equipamentos públicos na época, só tinha esse serviço voluntário do qual eu me candidatei, fui ser advogada lá e dar orientação para essas mulheres. Você tinha de tudo lá, apareciam todos os casos possíveis e imagináveis, de estupro, de violência, de racismo, de opressão, a mulher que perdia a guarda do filho e isso foi me dando essa base.

Já formada minha advocacia sempre foi voltada para o direito família sempre gostei muito dessa área e eu sempre gostei de atuar em prol da mulher. Posteriormente quando a gente começou a estruturar o movimento de mulheres e os equipamentos públicos nós tivemos uma Coordenadoria da Mulher e aí o advento do CEREM.

Como eu já era advogada do CREAS²⁵ em Sorocaba através de um programa chamado Projeto Sentinela, eu atendia as famílias, principalmente crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual na grande maioria mulheres. Por essa questão de trabalhar com a violência eu depois de formada fui fazer pós em Direito

-

²⁴ Ou Riot Grrrl é um movimento punk feminista que teve início na década de 90, abrangendo fanzines, festivais e bandas punk rock com o intuito de combater o machismo e lutar pelos direitos das mulheres.

²⁵ Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

Constitucional e já militava na questão de direitos humanos. Fiz uma pós em prevenção à violência na área de Psicologia, mas uma pós voltada para essa área e fui chamada para trabalhar no Centro de Referência da Mulher, fui a primeira e única advogada do Centro de Referência da Mulher de Sorocaba.

O CEREM tinha uma concepção que vinha do Ministério de Políticas Públicas paras as Mulheres de dar atendimento sistemático para a mulher na área da psicologia, assistência social e direito. Era muito bacana porque a gente começou a fazer um trabalho legal inclusive de mediação familiar e foi bem no advento da lei Maria da Penha, que é de 2006. Fui trabalhar no CEREM entre 2009/2010 e fiquei responsável para fazer as palestras voltadas ao empoderamento da mulher, feminismo e a questão da violência contra a mulher, inclusive no PLP, que já estou há 10 anos. Esse respaldo do CEREM me deu essa bagagem e então mais ainda eu pude dizer que eu era uma militante feminista especializada na área da violência contra a mulher.

Eu tenho duas frentes de atuação. Eu gosto de falar que embora a minha militância seja muito prática, por conta até do trabalho, por ser uma advogada especializada nessa área do direito família que atua diretamente na questão da violência contra à mulher, atuo também na questão da violência contra a criança e eu acho isso importante, tenho percebido que a gente precisa ter uma atuação preventiva, eu fiquei muito tempo na ponta. Então onde que eu atuo? Na repressão, quando essa mulher já foi violentada, quando essa mulher já foi estuprada, quando essa mulher já sofreu todo tipo de abuso e quando essa mulher muitas vezes já morreu, isso me dava uma angústia muito grande porque eu tinha a sensação de estar enxugando gelo e hoje eu tenho atuado numa outra frente, dá qual tem me dado muito prazer e eu tenho aprendido demais que são as palestras. Eu tenho atuado muito nisso, eu tenho dedicado grande parte do meu tempo para fazer palestras motivacionais de empoderamento feminino, violência contra à mulher, contra a cultura do estupro, contra a cultura da violência. E o momento hoje é dessa minha luta que eu estou e tenho gostando muito que é na questão da prevenção porque por tantos anos militando lá na ponta no pós fato eu tenho gostado muito de trabalhar com isso e é nesse lugar que tá a educação aí onde entra o lugar da universidade da pesquisa, do estudo, dos grupos.

Há quatro anos eu leciono Direito numa faculdade e eu tenho trabalhado esses temas lá também. Uma das disciplinas que eu leciono é "Ética, Cidadania e Inclusão Social" e eu coloquei na grade em uma das matérias a questão de gênero. É muito importante discutir isso na graduação, porque a educação é a única que muda os conceitos pré-determinados que a gente construiu no patriarcado com a questão desse machismo estruturante. Seja a educação que você passa para os filhos, seja a educação da escola, mesmo porque não adianta às vezes você ter uma estrutura bacana, uma relação igualitária dentro da casa se o primeiro espaço social que é a escola

você acaba desconstruindo tudo isso e eu tenho militado muito, a minha militância hoje é muito coletiva.

Recentemente, depois de uma luta grande que nós tivemos conseguimos reestruturar o Conselho da Mulher, hoje ele é consultivo e deliberativo, nós elegemos a nossa presidente, com uma honra muito grande fui eleita com mais de 170 votos para representar esse biênio de 2018/2020, mas ainda há muito a ser feito nessa luta que começou a bastante tempo, já faz mais de 20 anos que eu estou nessa caminhada e percebo que ainda tenho muito a percorrer. Eu tenho muito orgulho de estar à frente do Conselho da Mulher, é um desafio muito grande.

A luta é coletiva, uma das grandes alegrias e também uma tristeza que eu tenho percebido a frente do Conselho é essa questão da militância, não existe luta solitária não existe "eu milito", "eu sou militante feminista comigo mesma", eu tenho que poder transitar em todos os feminismos. Hoje a gente fala em feminismos não só em feminismo e transitar em todas as bandeiras é importante, porque a luta ela só é forte, só vai crescer e realmente ter um resultado com a união de todo mundo inclusive de homens. A gente não consegue lutar contra o racismo se não for mulheres negras e mulheres brancas juntas, a gente não consegue lutar contra LGBTfobia só com pessoas LGBT, a gente precisa ter o apoio de todo mundo e isso é uma construção que ainda dá muita discussão, eu mesmo militante a muitos anos toda vez que eu vou militar dentro do movimento do feminismo negro eu fico sem saber como colocar e fica aquela dúvida, qual é o meu lugar de fala? Ou, eu não tenho lugar de fala? Então é algo que a gente precisa avançar.

A gente tem críticas de pessoas que não interagem que não se propõem a ajudar. Muito do movimento de mulheres não avança hoje porque ele se auto boicota e isso é muito de vaidade, muito ego. Por exemplo, uma das coisas que eu preciso trabalhar é a questão da continuidade, eu sempre quero estar, mas eu não preciso estar à frente sempre, então precisamos trabalhar novas lideranças, ter uma gestão mais democrática. E isso é um grande desafio que eu tenho trabalhado comigo mesma, com meu ego com a minha vaidade eu sou grande, uma mulher espaçosa então você precisa respeitar as outras e se enxergar também dentro de uma coletividade, esse é um grande desafio.

Agora esta muito na moda falar "precisa empoderar a mulher para ela não sofrer um relacionamento abusivo" como se tivesse uma bula, uma receita médica, aqueles dez passos para você não cair numa situação dessas, cada relacionamento é único, cada situação é única e a mulher pode tanto ser abusiva também, então é uma questão muito de autoestima é uma questão muito do momento que ela esta vivendo. Em vez de você criticar porque não acolher e trabalhar, empoderar. Esse termo empoderar foi o termo da moda em 2015, foi a palavra mais acessada no Google, mas será que a gente esta empoderando mesmo outras mulheres? Será que a gente empodera as nossas filhas? Será que a gente empodera as nossas companheiras?

Pode parecer assim o maior clichê do mundo, mas eu acho que dentro do movimento de mulheres, dentro do feminismo, dentro dessa construção de direitos e deveres também, eu acho que a gente precisa aprender a construir pontes, a gente esta muito tempo construindo muros, a nossa militância esta muito assim, "eu sou LGBT milito aqui", "eu sou do feminismo negro eu milito aqui", "eu sou do feminismo radical" e a gente não se conversa, da mesma forma que a comunidade esta distante da universidade a universidade esta distante do movimento social.

Nós mulheres trabalhadoras, nós mulheres mães, nós mulheres professoras, nós mulheres militantes, nós mulheres negras, nós mulheres indígenas, nós mulheres de terreiro, nós mulheres LGBT, NÓS mulheres, sempre o nós vem antes de mulher e talvez o que eu gostaria é nesse momento que a gente superasse o individualismo porque eu só acredito no feminismo coletivo, eu acho que toda a luta é coletiva então se eu pudesse hoje deixar alguma impressão, algum legado é isso, que eu gostaria que a gente pudesse trabalhar mais esse conceito tão bonito que a gente fala tanto, mas que ainda esta tão insipiente que é a questão da sororidade, a gente precisa começar a ser mais unida de verdade em todos os sentidos não só na luta.

Eu acho que talvez o momento seja da gente tentar construir pontes em vez de fazer aqueles muros enormes, às vezes eu me sinto muito fechada.

4.2. Regina – Trajetórias de uma mulher negra

A segunda entrevista foi realizada com a professora e secretária-geral do Conselho da Mulher, Regina Cardoso da Silva em 18 de setembro de 2018 com duração aproximada de 23 minutos. A entrevista foi realizada no núcleo ETC da UFSCar que também abriga o Instituto Federal de Sorocaba. Apresenta-se a seguir o depoimento dela:

Meu nome é Regina, não sou de Sorocaba, eu nasci em São Paulo, mas já estou em Sorocaba há 38 anos, estou aqui desde 1980. Nasci em São Paulo e estudei lá, fiz o curso de enfermagem na Escola Paulista hoje Unifesp e quando eu terminei o curso queria trabalhar em saúde coletiva no interior então vim para Sorocaba.

Vim trabalhar no primeiro ano de formada após fazer o processo seletivo e entrar na prefeitura de Sorocaba, já havia trabalhado em São Paulo. Em Sorocaba trabalhei na saúde coletiva tanto na rede de serviços de saúde municipais como no nível central, primeiro na coordenação da equipe de enfermeiros, como chefe de divisão e depois diretora de área nas áreas assistenciais e de planejamento.

A partir de 2005 comecei a lecionar na UNIP, no instituto de Ciências da Saúde e desde então eu ministro aulas no curso de Enfermagem. Ministrei aulas nos cursos de Farmácia e Nutrição, sempre

trabalhando a questão da epidemiologia, políticas públicas de saúde e educação em saúde.

Já sou aposentada da Prefeitura sendo minha ocupação a atividade docente e a minha militância. Eu sempre fui militante desde que eu vim para Sorocaba, eu já era filiada a um partido em São Paulo e continuei trabalhando aqui no departamento feminino deste partido, que na época era o PMDB. No departamento feminino a minha principal área de ação foi nos movimentos de saúde e nos movimentos de mulheres. Hoje eu faço parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sou secretária-geral do Conselho e filiada ao Partido dos Trabalhadores.

Depois de tomada a posse e inicio dos trabalhos do Conselho criamos algumas câmaras técnicas para poder articular e melhor discutir as políticas públicas além de fazer propostas para o município. Eu faço parte da câmara técnica de saúde e de violência contra mulher. Em relação às políticas públicas da mulher a câmara da violência é uma das que eu vejo como importante cada vez mais, porque a gente vive um momento de retrocesso onde apesar dos direitos conquistados pelas mulheres há uma luta para se colocar nos espaços públicos de poder e essa é uma questão que eu julgo de fundamental importância para que possamos continuar empoderando as mulheres.

Quando eu fui para a saúde coletiva foi onde eu me achei dentro da enfermagem. Ainda em formação eu fui pra Araraquara pra fazer um estágio e lá a gente fez um trabalho de desenvolvimento com a comunidade de criação de sociedade de amigos do bairro e isso me atraiu bastante, fez com que eu delineasse qual seria a minha trajetória como profissional da saúde. Por ter feito essa opção eu acabei vindo para cá assim que me formei e na Prefeitura Municipal de Sorocaba, junto com outras enfermeiras iniciamos esse trabalho, porque não existia esse profissional até então na Prefeitura. A gente fez um trabalho de formação, foi para os bairros e iniciou novas unidades básicas de saúde, razão pela qual eu comecei a participar ativamente da militância para a construção do SUS na década de 80. Tive uma participação efetiva nisso e aqui especificamente em Sorocaba em relação às mulheres o lugar de ação política que eu que eu escolhi foi nessa questão.

Dentro do departamento feminino do partido que na época tinha várias mulheres, quem iniciou na verdade esse trabalho foi a exvereadora Diva Prestes de Barros que era do partido na época, junto com ela e com a Elisa Gomes, que foi a primeira presidente do primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fazíamos um trabalho de desenvolvimento das mulheres, de luta por creche, de luta contra a carestia que era o mote dos movimentos de mulheres daquele período. Eu tinha na verdade, dois ramos de ação, eu tinha um lugar do trabalho técnico, que do meu ponto de vista a gente não separa do trabalho político e eu tinha também um outro viés de trabalho que era o político-partidário e ai dentro desse partido eu fazia a minha atuação principalmente na questão das mulheres, e foi assim que as ações foram se delineando.

Na verdade quando você volta no processo histórico das mulheres, as eleições de 82 foram um momento importante para o movimento de mulheres porque as mulheres estavam numa luta desde a década de 70 e elas participaram ativamente dos movimentos de reforma sanitária e na sequência foram adquirindo espaços nos partidos, nos movimentos sociais e eu meio que fui me encaminhando por ai junto com essas mulheres e estamos aí na luta até hoje.

Sou mãe, professora e dona de casa e como toda mulher, tenho dupla jornada de trabalho. A minha profissão é considerada uma profissão essencialmente feminina então até os dias de hoje você tem muito mais enfermeiras do que enfermeiros, se bem que ao longo do tempo isso foi mudando, tem muitos homens hoje na profissão, mas essa profissão é considerada essencialmente feminina por todas suas características, nessa perspectiva alguns desafios eu enfrentei por conta de que eu nunca fui enquadrada nas características que nasce com a profissão de enfermeiro que é a submissão e obediência. Eu nunca fui uma pessoa submissa, não é minha característica, então eu posso dizer que eu faço parte na categoria de enfermeira, daqueles que ousaram como profissionais e não aceitaram ser considerados pelos médicos como o profissional de segunda categoria ou auxiliares de médicos ou coisas desse tipo, então eu penso que o desafio que até hoje a categoria tem é em relação a isso, mas hoje o avanço é inconteste, temos muitos enfermeiros no Ministério da Saúde, temos enfermeiros em lugar de destaque, temos o sindicato da categoria, nosso conselho é efetivo, já teve muitos problemas, mas as últimas diretorias levaram o conselho para o patamar que ele tem hoje. Tem o desafio na questão dos espaços de poder para a mulher em qualquer área, na enfermagem, na medicina, na educação, parece que lugares de poder não são para os enfermeiros, é muito mais para os médicos do que para outras pessoas, então tem esses desafios, de você precisar estudar muito, estudar mais para você conseguir ter o seu lugar, ter o seu espaço, ter o seu lugar de fala e tudo mais. Os desafios em relação à profissão vieram mais nesse sentido de você efetivamente se posicionar e também por ser uma mulher negra se tem outro desafio que é o racismo. Eu acho que eu tenho comigo as duas questões, a questão de gênero e a questão racial, ambos desafios para a igualdade de direitos.

O primeiro desafio foi o econômico, eu sou de uma família de três irmãos e eu sou a única que chegou à universidade e cheguei ao nível universitário por que consegui estudar na universidade pública, porque naquele momento eu não poderia ter pago uma faculdade de maneira nenhuma, então acho que eu fui das pessoas que naquele momento tive a possibilidade. Nenhuma coisa de meritocracia como às vezes as pessoas falam, "os outros não fizeram porque não quiseram", não é bem assim, penso que seja uma questão de espaço de direito e acho que a própria correlação, de uma família de três irmãos você consegue um que acessa o nível universitário, dá para entender que não é uma questão de meritocracia. A minha mãe foi uma mulher lutadora, que lutou bastante meu pai também lutou, morreu no trabalho e nem por isso todos os filhos tiveram acesso ao

nível universitário, então eu acredito que os desafios vieram mais nesse sentido.

Eu penso que todos os espaços institucionais precisam ser espaços públicos para as mulheres também, mas isso ainda não é bastante claro. Eu acredito que as mulheres avançaram muito, mas ainda tem aquela coisa que "o espaço público da mulher é onde ela quiser", mas por enquanto esse espaço público, esse espaço de ela estar onde ela quiser depende muito da luta individualizada para ter o seu lugar garantido. Ela tem o espaço de trabalho, nas indústrias, nas empresas ela têm o seu lugar de trabalho lá, nas unidades básicas de saúde você vai é um território de mulheres, porque são as mulheres que cuidam dos filhos, das famílias, dos pais, então é um território onde você vai encontrar sempre muitas mulheres, nas escolas também porque a professora é uma outra categoria bastante feminina um dos primeiros lugares onde as mulheres vão trabalhar, então penso que tem essa delimitação e mesmo nestes locais há dificuldade para ocupar espaços de poder. Há mulheres nos espaços de poder, mas foi conquistado com muita luta, dentro dos partidos, dentro das instituições públicas o espaço da mulher ainda esta em um processo de conquista bastante grande e que depende de muita luta para não ser tão difícil, rolar mais leve.

Em relação a essa questão dos espaços acho que tem algo importante também, as mulheres precisam ocupar os espaços, esses espaços onde eu estou hoje, de luta das mulheres, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que a gente buscou mudar a cara dele, transforma-lo em deliberativo e a gente sabe que de verdade ele não é tão deliberativo assim, as câmaras técnicas que a gente criou no conselho com a ideia de ampliar a participação de mulheres. A gente não quer ter um conselho formado só pelas representantes do movimento social e representantes do poder público, queremos trazer mais mulheres para estar dentro desse espaço de luta, de conquista, de definição de políticas públicas voltadas para as mulheres, mas a gente também tem uma dificuldade de divulgar esses espaços de atuação para as mulheres, essa coisa que eu estava falando no começo da dupla jornada, das várias obrigações que a mulher tem, de certa forma essa condição de mulher na nossa sociedade ela também dificulta isso, para que a gente possa ter uma parte do nosso tempo muito mais voltada ao empoderamento, ao conhecimento de outras mulheres e até sobre os direitos que já foram conquistados. A gente sabe, por exemplo, que poucas mulheres ainda conhecem na questão da violência a rede de atendimento como um todo e como ela funciona, com quem ela conta se efetivamente ela fizer a denúncia do companheiro, então na medida que ela desconhece no primeiro serviço em que ela for hostilizada ela pode deixar isso de lado. E ela é muitas vezes culpabilizada, "gosta de apanhar por isso que não denuncia o marido" coisas desse tipo, então eu penso que é importante que pessoas estejam preocupadas em usar o espaço institucional da universidade, o trabalho acadêmico para trabalhar essa questão que é uma questão primordial.

A questão da mulher na nossa sociedade precisa ser entendida como uma questão primordial e essencial e que ocupe os espaços da academia porque às vezes a temos muitas dissertações, muitas teses, mas não necessariamente eles tratam de trabalhar com a realidade que a gente esta vivendo e que precisa ser modificada, é um espaço de poder importante a universidade. Penso que as novas gerações de mulheres precisam de muita tenacidade mesmo, usar a nosso favor o conhecimento. A gente tem aí segundo censos do IBGE e as últimas pesquisas do IPEA que as mulheres hoje estudam mais, elas têm acesso, mas elas têm dificuldade de chegar aos espaços de poder, mas não dá para se isolar, é preciso que as mulheres se integrem e se entrelacem, estejam juntas nas coisas que são maiores e que fazem parte da dinâmica dos problemas de todas as mulheres que é a questão da desigualdade que tá firme e forte se colocando.

Precisamos divulgar para as mulheres, ampliar e ter, não esquecer jamais da sororidade. Nós mulheres precisamos exercer a sororidade entre nós, deixar as diferenças maiores e menores de lado e nos entrelaçar através daquilo que nos torna iguais que a é desigualdade social.

4.3. Drika – A articuladora da quebrada

A terceira entrevista ocorreu com a Drika Martin no CEU das Artes no bairro Laranjeiras, onde reside. Drika destacou a luta por direitos e reconhecimento e as dificuldades que enfrentou por ser mulher, negra e periférica. A entrevista aconteceu no dia 17 de Janeiro com duração aproximada de 40 minutos. Dentre suas falas há um destaque para as dificuldades existentes na *quebrada*.

Eu sou Adriana Martim mais conhecida como Drica Martim. Sou natural de São Paulo, nasci no Campo Limpo Zona Sul, com família mineira e paulistana. Moro em Sorocaba há 17 anos, migrei para cá porque meu pai foi transferido pela empresa que ele trabalhava. Comecei na militância aos 14 anos de idade pela necessidade. Campo Limpo sempre foi um dos bairros mais perigosos de São Paulo, então a militância para a gente começa realmente muito cedo, até por uma situação de sobrevivência. A militância para mim começou muito cedo, aos 14 anos já comecei a tomar frente de alguns movimentos fazer algumas articulações dentro da quebrada e dentro da escola como presidente do grêmio estudantil.

Vim para Sorocaba com a família, hoje meu pai é falecido, minha mãe voltou para São Paulo, tenho um irmão, uma irmã que mora aqui ainda e em Sorocaba eu continuei a militância. Eu acredito que a militância é uma missão, as coisas vão acontecendo, as pessoas vão se encontrando e se encaixando e aí quando você vê você já esta novamente à frente de alguma atividade e aqui em Sorocaba começou

exatamente assim, vim para cá e comecei a conhecer pessoas à frente de movimentos e comecei a minha trajetória de militante ativista aqui na cidade.

Aqui em Sorocaba morei algum tempo na Vila Helena, mas acabei voltando para o Laranjeiras, moro sozinha desde os 19 anos e o Laranjeiras foi o bairro que escolhi para viver. A gente que mora na quebrada, na comunidade sabe que as nossas demandas são diárias aqui e aí acabou que eu comecei a estar à frente de muitas demandas do bairro desde "ah eu estou precisando de uma cesta básica" até "eu preciso de um passe para fazer um exame".

Sempre trabalhei na área Industrial, sou auditora de qualidade de formação, trabalhei em algumas empresas aqui na cidade, mas a militância foi ficando maior, foi tomando uma proporção maior e fui convidada para fazer parte do Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba, que é o MOMUNES fui vice-presidente por duas gestões, coordenei a Casa de Passagem do MOMUNES e fui também uma das diretoras do Centro Cultural Quilombinho, hoje também estou nessa gestão, sou uma apoiadora das ações do Quilombinho. Hoje o Quilombinho se encontra aqui na Zona Norte no bairro Maria Eugênia, um lugar que a gente esta sempre tentando facilitar as ações para manter a resistência, tanto da história quanto do trabalho desenvolvido e assim eu fui participando das reuniões dos movimentos.

Dentro do Quilombinho fui convidada para compor a diretoria, tenho uma gratidão enorme pela saudosa Rosângela Alves que foi uma pessoa que me ajudou muito nesse processo porque não é fácil, é muito difícil você ser atuante, militar e ainda lidar com suas limitações. A nossa maior dificuldade hoje na militância é a situação econômica que é muito "trash", pesa, então é muito difícil você ter uma outra atividade e estar na militância porque tem que conciliar, tem gasto então é muito amor mesmo. Ela me fez o convite pra compor não só a direção, mas para estar trabalhando dentro do Quilombinho também, e a passagem pelo MOMUNES também foi muito importante, a partir daí eu falei "acho que é isso".

Estou na terceira gestão do Conselho do Negro, sou diretora também do Clube 28 de Setembro, as pessoas da luta vão se encontrando e automaticamente vamos somando, vai dando respaldo um para o outro e onde tem necessidade da gente estar e atuar a gente atua, e aqui no bairro é exatamente isso, as pessoas tem você como uma liderança mesmo, procuram, pedem conselhos, se precisam de algum encaminhamento a gente encaminha. O ano passado nós fizemos 73 anos de Clube, com uma história maravilhosa de resistência, ali é o reduto dos negros na cidade, então estar com essa Velha Guarda ajuda muito para que possamos seguir. O convite para estar na diretoria do 28 foi muito especial porque estar à frente de um Clube com tantos anos, tão importante para a história do povo preto da cidade e receber o convite pela Velha Guarda para estar à frente de uma entidade como essa, foi maravilhoso para mim, porque ouvi-los é uma experiência muito boa, um aprendizado maravilhoso que a gente leva.

Dentro da minha atuação eu também apoiei a candidatura de um vereador do bairro, onde tive a minha primeira experiência como assessora parlamentar. Conseguimos eleger o candidato do bairro, o que facilitou alguns encaminhamentos nossos, porque não há como você militar sem a política, então automaticamente isso anda muito junto e foi uma experiência bem bacana e que ajudou muito no crescimento profissional também, fora isso a gente é também parceiro do mandato de uma deputada aqui no interior de São Paulo então a gente sempre que pode esta encaminhando algumas demandas.

Já fui coordenadora da casa feminina do GRASA²⁶, que é uma clínica para dependentes químicas mulheres, que foi uma experiência fortíssima, muito dolorosa também que me preparou muito para ser quem sou hoje. Porque você viver na quebrada e lutar pela quebrada é muito difícil, cada dia é uma situação nova, cada dia você precisa passar por cima das suas limitações para que você consiga caminhar e ajudar, então isso foi uma bagagem muito importante para mim, onde eu trabalhei diretamente com mulheres de todas as idades com um problema tão grave que é a dependência química, tive relatos assustadores e eu acho que foi o que me deixou muito mais forte para lutar por elas e pelas nossas.

As coisas começaram acontecer, foram acontecendo e quando eu vi já estava e hoje eu estou à frente de alguns conselhos e não dá pra você parar, não tem como parar, a gente tenta dar uma estacionada, mas não tem como, você acaba se entregando, por isso que eu falo que é uma missão, porque quando você vê já encaminhou, já desenrolou a demanda e já vem outra. E a atuação política veio desse trabalho que eu sempre desenvolvi, nunca desenvolvi pensando futuramente em tirar algum proveito disso muito pelo contrário, aqui a gente não tem tempo para isso ou você toma frente e faz as coisas acontecerem ou a situação fica muito pior do que esta hoje.

Já tentei sair várias vezes dessa área, mas acho que é algo predestinado mesmo porque é uma luta repleta de frustrações, é muito difícil, precisamos muito dos irmãos de luta com a gente porque tem determinados momentos que a gente fraqueja, porque é muito difícil, tudo vai contra ao que lutamos. De lá para cá as coisas foram acontecendo, na verdade as coisas acontecem e você acaba nem percebendo, fui ver e já estava desenvolvendo várias atividades tanto na militância quanto na cultura também.

A gente acaba tendo que desenvolver um trabalho cultural também dentro da quebrada, tem uma dificuldade muito grande aqui porque todas as atividades, reuniões e planejamentos não acontecem na quebrada, acontecem longe então eu sou até chata nos locais onde eu faço parte porque acredito que a gente tenha que dialogar as necessidades do nosso povo aqui, não é no centro não é em um local afastado. Temos que parar de falar para a gente, temos que falar para o povo, precisa descentralizar essas atividades, essas ações e trazer para cá. Trabalhamos com pessoas em situação de vulnerabilidade social, então dificilmente alguém vai ter hoje 10 reais para estar se

²⁶ Grupo de Apoio e Combate a Droga e Álcool Santo Antônio.

deslocando até o centro ou qualquer outro local para participar de uma atividade cultural, de uma roda de conversas, então bato muito pé nisso, precisamos conversar, precisamos fazer atividades aqui. No começo foi um pouco difícil exatamente pelos militantes não terem essa consciência, eu sempre falo assim "é muito fácil você militar embaixo do ar condicionado e com um copo de água na mão, agora vim para a quebrada para entender a realidade como funciona são poucos que vem", infelizmente são poucos, respeito cada um, cada um tem o seu perfil de ativismo, mas a gente luta exatamente com os nossos para fazer com que eles entendam que é aqui que a gente precisa estar, não é distante do povo, a gente precisa estar aqui conversando, estar presente e muitas vezes acompanhando dentro de casa a situação.

Não existe luta e militância sem política, eu acho que isso é um reflexo do histórico da luta, da atuação dentro da quebrada e dentro dos movimentos, você acaba se destacando em alguns momentos.

Sempre atuei no direito da mulher indiretamente, não tem como você fugir disso, sempre fui uma parceira das outras gestões do Conselho da Mulher e nessa última gestão o movimento negro me indicou, por entender a importância de ter uma mulher negra, coisa que é histórico nessa gestão do Conselho. A gente sempre teve um número muito baixo de mulheres negras dentro do CMDM, nosso Conselho é o mais velho do Brasil e nós nunca tivemos uma quantidade significativa de mulheres negras. É histórico e é histórico também se ter uma liderança da quebrada, ter uma ativista da quebrada. Inclusive estávamos recordando ontem, a gente fez um ano dessa gestão do Conselho e foi uma eleição histórica, nós colocamos dentro da Secretaria de Assistência Social mais de 200 mulheres. Isso veio de uma luta muito árdua porque a presidência era indicada pelo poder público o que automaticamente não contemplava e não trabalhava direito com as nossas demandas e dificuldades e depois de muita articulação e muita conversa a gente conseguiu com que a sociedade indicasse a sua presidência, hoje com muito prazer temos a Doutora Emanuela Barros à frente da presidência do Conselho, mas foi um processo muito difícil, porque era uma situação que estava enraizada mas acabou dando certo. Eu estou muito contente por estar aprendendo muito com as meninas diariamente e isso acabou facilitando muito para gente aqui porque precisamos de força aqui também, então as meninas são os meus braços direitos no dia-a-dia, eu digo braço direito porque às vezes eu estou em casa 3, 2, 4 horas da manhã e tenho que sair porque a gente precisa ajudar alguma mulher. Semana passada mesmo 2:30 da manhã tive que ligar para a Manu porque estava com um caso de violência doméstica na nossa delegacia aqui na Zona Norte e aí é a hora que a gente tem que atuar, estar presente.

Eu sou uma militante de muito confronto, eu sou aquela que vai, quero saber por que, vamos conversar, acho que isso é por entender que a militância, a luta não tem sigla o que facilita muito meu acesso hoje. Eu sou uma ativista que circulo em vários locais e em vários lugares, converso com muitas pessoas, exatamente por entender que a

militância não tem sigla. Eu preciso ser uma facilitadora, preciso fazer com que as coisas aconteçam e para isso eu preciso estar livre de algumas situações e a linha política vem exatamente daí pela necessidade de ser uma articuladora, eu costumo dizer muito que eu sou uma facilitadora de algumas ações e esse é um dos trabalhos dos ativistas e dos militantes, facilitar, fazer com quê as coisas aconteçam e preparar os novos que estão por vir através do diálogo e o resgate da nossa juventude. Isso é muito importante porque eles precisam dar continuidade e é bom porque conseguimos ter esse contato direto, dentro da quebrada, dentro das escolas, é um trabalho um pouco mais fácil para nós.

Hoje as pessoas me conhecem um pouco mais, como eu disse sou uma militante de confronto, algumas pessoas me respeitam mais do quê gostam de mim, isso acaba diminuindo um pouco dessas frustrações que a gente tem ao longo da caminhada de não ser reconhecida por ser mulher, de não ser reconhecida por ser negra de não ser reconhecida por ser periférica. As pessoas ainda acham que as mulheres que moram na quebrada não tem instrução, que não tem força, que não conseguem conversar e caminhar é muito complicado. Dentro das quebradas as mulheres tem uma atuação muito mais forte que os homens, quem sustenta a quebrada é a mulher, quem sustenta a casa, grande parte das vezes é a mulher, na saúde a gente vê muito mais mulheres do que homens o que deixa a gente um pouco mais tranquila, mas eu acho que precisamos estar e ser ouvidas, precisamos ser reconhecidas e legitimadas.

Hoje acho que estou em um caminho mais confortável do que antes, mas teve muita luta. A gente ainda encontra um ou outro, mas não dói tanto, acho que é o que impulsiona, eu tenho voz hoje, eu consigo falar, eu consigo questionar, eu consigo articular, mas 95% das mulheres negras não tem, então é a hora que a gente precisa ter discernimento porque muitas vezes precisamos ser a voz delas, e nessa hora que você tem que deixar passar algumas coisas porque você precisa continuar.

Sofremos isso diariamente, a gente tem o quesito raça que é muito difícil, é muito louco, a gente luta muito contra isso e as pessoas acham que realmente não existe, mas é uma realidade nossa. A nossa dificuldade maior é a situação econômica, que limita muitas pessoas, trabalhar, atuar e a gente que é mulher negra é muito mais complicado. As pessoas não acreditam em você, você tem que trabalhar e mostrar muito para que comecem a te respeitar e isso em qualquer lugar que você esteja. Tive muita dificuldade inclusive dentro dos locais que eu trabalhei exatamente por que as pessoas me olhavam e não entendiam que eu ocupava um cargo que talvez para eles não batia com as características.

Quando entrei para assessorar o vereador na Câmara Municipal eu me assustei, quando assumi a assessoria e cheguei na Câmara Municipal, percebi que não tinha negros dentro da Câmara, "gente, será?". Comecei a observar e aí eu percebi que por mais que eu fosse uma pessoa, talvez conhecida de muita gente, muita gente também não me conhecia e aí, acho que foi na primeira semana no café da

manhã, pô emprego novo, fazer amizade caramba, você chega no refeitório e dá bom dia as pessoas te olham diferente, "deve ser coisa da minha cabeça né, vamos tocando", segundo, terceiro dia e eram exatamente as pessoas que já eram funcionários da casa a algum tempo. Foi muito doido porque eu percebi que as pessoas não me reconheciam naquele espaço, fui conversar com o vereador:

- Ah, mas você não pode entrar aqui.

Eu falei:

- Como assim não posso entrar aqui?
- É que aqui é pra funcionários.
- Eu fui nomeada, sou assessora de um vereador.
- Ah, mas qual vereador?

Eles foram me reconhecer no espaço ali depois de umas três semanas, que eu estava. Eu sinto muito que as pessoas te olham e não te reconhecem no cargo que você ocupa por ser mulher, por ser negra, alguns dificultam, outros não querem nem te atender porque te olham e não imaginam que você esta ali representando alguém e mesmo se não tivesse, sou uma cidadã e eu sei dos meus direitos e eu estou ali pra reivindicar.

Lembro-me de uma situação muito constrangedora, uma senhora em estado paliativo de câncer estava há quatro dias aqui na UPH da Zona Norte e precisava ser transferida para o Leonor. Resumindo a história consegui uma transferência para o Regional para passar do Regional para o Leonor e a senhora foi transferida de madrugada, chegou lá não tinha leito e eles queriam voltar com a senhora para o UPH. Fui para lá 4 horas da manhã e tentei conversar, era uma família branca,

- Quem que você é? Você é empregada deles?
- Não, não sou empregada deles estou acompanhando o caso.

Acabei chamando a polícia abri um boletim de ocorrência por negligência médica e fui tentando contato com o coordenador do Leonor por muitas horas, quando cheguei para conversar com o senhor ele praticamente não quis falar comigo,

- Não tem o que fazer, a hora que der eu vou comunicar e ela vem para cá

Daí é a hora de acionar os contatos, liguei para uma querida deputada negra e ela entrou em contato com esse coordenador, segundo ele isso era da alçada do estado e não do município e eu não poderia fazer nada, mas essa deputada conseguiu com que fizesse valer a portaria 140 que garante que as pessoas que estão em tratamento paliativo de câncer tenham preferência. Foi muito difícil para mim porque você percebe o olhar, a forma com que as pessoas te olham e essa deputada percebeu, conversei com ela e ela falou para o coordenador:

- Você nunca desacredite de uma mulher que tiver na tua frente, você nunca desacredite de uma mulher negra que tiver na sua frente, às vezes você julga as pessoas pela capa, mas você não sabe o que vem por trás.

Esses dias eu peguei o Uber e ai uma vereadora me ligou:

- Drika preciso de tal coisa, você consegue ajudar a gente?

Aí o Uber olhou para mim e falou assim:

- Ah, você trabalha na casa dela? Eu falei:
- Não, não trabalho na casa dela.

O tempo e experiência me deixaram muito mais dura, a gente tem uma postura um pouco mais rude, mas mesmo assim as pessoas não te reconhecem.

É muito difícil você ser mulher, você ser preta, você ser gorda, você ser do santo e eu sempre tive um estilo de vida muito peculiar, meu cabelo está sempre para cima, quando é preciso eu estou sempre com as minhas guias, porque eu tenho minhas responsabilidades dentro da religião, eu uso as minhas roupas coloridas, sou uma gordinha extremamente muito bem resolvida, não tenho complexo nenhum devido ao meu pai. Meu pai tem importância na minha vida, na minha militância e na minha aceitação surreal. Hoje já é muito fácil você ter o cabelo black, hoje é lindo, mas quando eu era pequena era muito difícil então eu sofria bullying na escola com os amiguinhos da rua e eu lembro o dia que cheguei da escola muito triste chorando porque o pessoal estava falando do meu cabelo:

- Ai, pai tão falando do meu cabelo.
- O meu pai:
- Minha filha, mas o seu cabelo é lindo.
- Mas eu não quero, todo mundo tem cabelo liso.

Ele pegou um dia e me colocou na frente do espelho e falou:

- Olha, olha para você.

Eu em prantos, ele falou:

- Drika, Deus te fez assim, Deus fez com seu cabelo enrolado, com a tua boca, com teu nariz, Deus te quis assim, eu te amo da forma que você é, não permita que nada nem ninguém diga que você é feia ou que você não pode alcançar o que você deseja, que você não vai alcançar seus sonhos.

A partir daí ele começou a trabalhar o meu empoderamento. Meu pai era tamborim de Ouro da Vai-Vai, então a gente saia na sexta e voltava no domingo, eu sempre fui criada em roda de samba, sempre fui criada no meio do povo o que facilitou muito hoje para que eu tivesse firme tanto nas demandas pessoais e todas as outras. Meu pai era aquele pai que trabalhou muito pelo meu empoderamento dentro de casa, todo sábado a gente ia ao salão, ele cortava o cabelo, fazia uma hidratação no cabelo, devo muito isso ao meu pai, não tenho complexo nenhum por conta da minha cor, meu cabelo os meus traços.

A dificuldade não é só por ser mulher, dentro de discussões, dentro de repartições públicas alguns locais que eu passei, é dialogar e discutir com algumas pessoas porque eles não te respeitam porque você é mulher, não te respeitam porque você é negra e é a hora que a gente precisa passar por cima de tudo isso e se manter forte, mas não é sempre que você não consegue ficar firme, tem hora que você da umas baqueadas, porque é uma luta que parece que você dá um passo para frente e dois para trás e as experiências que eu tenho graças a Deus e aos meus Orixás, que são muito cuidadosos comigo, eles me

colocam ao lado de pessoas muito importantes na minha construção, pessoas que me fizeram ser quem eu sou hoje e estar dentro do Conselho da Mulher, dentro do Conselho do Negro, dentro da diretoria do Clube 28 de Setembro.

Sorocaba é uma cidade de resistência de mulheres muito forte, temos muitas mulheres à frente de vários movimentos culturais, aqui a gente tem o Baque Mulher que é algo surreal, são só mulheres, Saramuná e eu acho que Sorocaba vem numa linha bem bacana onde encontramos mulheres à frente de muita coisa, mas falta na política. Isso é um recorte nacional e é muito preocupante aqui em Sorocaba porque a gente não tem um histórico de mulheres à frente. Hoje tenho muito orgulho de poder ser uma parceira do mandato da Iara Bernardi que é uma mulher de muita luta, muito atuante não só dentro da quebrada mas de qualquer movimento dentro da cidade e a gente precisa dar o suporte para essas mulheres porque precisamos garantir que a gente tenha direito de fala ali. Fernanda Garcia também, uma menina que esta desempenhando um trabalho sensacional, mas que sofreu muita represália lá dentro, é só você assistir uma sessão ordinária que você vê que os caras realmente não deixam, se não é a Iara que já tem uma experiência maior ali para puxar ela não consegue ter o direito de fala garantido.

A gente precisa estar em todos os espaços, mas para isso precisamos nos fortalecer. É tudo muito corrido para a mulher, a mulher é geralmente dona de casa, tem suas limitações, tem filho, tem luta, tem trabalho, então é tudo mais difícil, mas acho que a gente passou da hora de estar enraizada em alguns locais que não estão acostumados a ter a gente.

Os locais que estamos, precisamos nos fortalecer e ser a base uma da outra para estar, dar suporte, ser o alicerce das que estão à frente dos locais que a gente ainda não tem um maior número de acesso das mulheres. Andar juntas mesmo, não soltar a mão de nenhuma de nós, uma sobe e puxa a outra, é força e fortalecimento mesmo que precisamos. Só que a gente não precisa lutar tanto, não precisa ser tão doloroso para a gente estar, a gente precisa se fortalecer e fazer um projeto de mulher para conseguir ocupar esses espaços.

4.4. Néia Mira – A vida antes e depois do PLP

Por fim a última entrevistada foi Néia Mira, coordenadora do PLENU, entidade responsável pelo curso de Promotoras Legais Populares na cidade. A entrevista aconteceu em dois momentos, um na sede do PLENU e outro na Biblioteca Infantil Municipal com 2 horas de duração nos dias 30 de Novembro de 2018 e 31 de Janeiro de 2019. Em suas falas há um destaque para as dificuldades da infância, o ciclo de violência que conviveu dentro do lar e a importância do curso de PLP em sua vida.

Eu sou a Néia Mira, tenho 42 anos, casada tenho dois filhos, o Fábio e a Juliana. Eu vim de uma família humilde da periferia. Sempre morei na periferia, apesar de não ser nascida em Sorocaba fui criada aqui. Meus pais tiveram o primeiro filho em Sorocaba, foram para Botucatu e eu acabei nascendo lá, depois voltaram para cá e então todos os meus demais irmãos nasceram por aqui. Somos seis irmãos, entre os seis tem uma irmã adotiva que é a Brenda ela chegou à nossa vida com seis meses de idade e agora vai fazer 15 esse ano.

A minha infância é umas das partes bem sofridas para falar, porque eu consigo lembrar mais as partes ruins mesmo porque eu vim de uma família violenta onde meu pai era alcoólatra e agredia a minha mãe então só me vem àquelas imagens dele chegando bêbado e a gente morrendo de medo, às vezes acendíamos até vela para ver se algum anjo ajudava a fazer aquele homem chegar calmo e eu acabava até chorando mais quando acendia a vela por que a minha mãe falava que conforme a vela tivesse muitos relevos na hora que estava derretendo era porque alguma coisa não estava certa, eu ficava lá olhando para a minha vela para ver se ela saia lisa, e às vezes acontecia mesmo do meu pai chegar ainda revoltado, e a gente acendendo a vela acabava ficando até, como a minha mãe sempre dizia, descrente, porque parecia que nada melhorava. Minha mãe ia a tudo quanto é igreja e eu lembro muito dessa minha infância vivendo na violência, só que eu não concordava com aquilo eu não achava legal, mas eu não sabia o que fazer.

A única coisa que eu sabia fazer era ajudar minha mãe a cuidar dos meus irmãos porque naquele período pelo menos, apesar de muitas famílias ainda continuarem assim, quando se nascia mulher você já tinha aquele cargo desde cedo de que você tinha que ajudar em casa desde pequena, então eu tinha esse compromisso porque minha mãe tinha que trabalhar, meu pai não tinha juízo, ela tinha que comprar alimento e por muitas vezes a minha mãe teve até que pedir ajuda porque não tinha o que dar para os filhos dela comer. Meu pai até arrumava emprego, mas ele não parava, ele ficava pouco tempo trabalhando, de repente já era demitido ou pedia a conta para poder beber, o dinheiro dele era assim, todo em bebida.

Mesmo com toda essa violência minha mãe não separou dele, teve algumas vezes de tentar sair de casa, mas não passava de um dia, às vezes era só para ele se acalmar. Uma vez ele até aceitou o tratamento, ele ficou um período voltou para casa e depois voltou a beber de novo, inclusive ele ficou numa época ali no Jardim das Acácias, eles faziam um AA que é o tratamento dos Alcoólicos Anônimos, meu pai ficou por lá, mas quando ele saiu já começou a beber de novo. Então eu fui crescendo com isso e não aceitando aquilo, mas sem saber o que fazer para tirar minha mãe desse ciclo e tentando aliviar a carga dela cuidando dos meus irmãos porque foram assim todos próximos um do outro. Só que chegou o momento de sair para trabalhar para ajudar em casa. Eu já não ajudava só dentro de casa cuidando deles como eu tive que sair trabalhar muito

cedo, o que uma menina de 13 anos vai fazer? É difícil, não arruma emprego, eu fui trabalhar de empregada doméstica com essa idade e fiquei até os 14 anos em uma casa, foi muito sofrido também porque a pessoa era muito madame mesmo, que humilha o tempo todo. Você tinha que fazer coisas que iam além das suas forças para não perder o emprego, para poder ajudar sua mãe, para poder ajudar os seus irmãos e eu acabei me sujeitando e tentando segurar o máximo possível para ficar nesse lugar. Depois não deu mais eu saí e continuei trabalhando como diarista, com o tempo eu consegui pessoas melhores, do coração.

Por intermédio de duas eu acabei chegando ao projeto PLP, elas comentaram que o curso era bom. Quando chegou o conhecimento sobre o curso eu já estava com essas pessoas há alguns anos, mas eu não tinha me atentado, é aquilo que eu falo do momento, o momento acho que era aquele, eu tinha que ter feito naquele momento talvez em outros eu nem conseguisse fazer. Quando elas conversaram comigo sobre o curso eu acabei me vendo fazendo, porque eu queria entender como é ajudar as pessoas a saírem desse ciclo de violência e ajudar minha família também porque o meu pai não tinha deixado de ser o agressor e tinha mais, os filhos também acabaram virando agressores. Eu vivi essa situação dentro da minha casa, porque quando o meu pai não estava meus dois irmãos estavam violento, o duro era quando os dois irmãos no mesmo período estavam na mesma situação porque foram para o mundo das drogas, todos com mulheres e acabava tendo esses conflitos.

Quando eu fui fazer o curso já estava casada e com meu segundo filho que é a Juliana, que vai fazer 15 anos também esse ano, o primeiro foi o Fábio que hoje tem 22 anos, eu já estava fora, mas eu não consegui sair daquilo porque para mim eu tinha a minha família, eu tinha que tentar cuidar deles e tentar amenizar aquilo que estava acontecendo naquele momento, eu nunca fui lá para brigar com ninguém, eu chegava lá para tentar acalmar as pessoas e tentar resolver. Porque a minha mãe na verdade não ia ficar sem o meu pai e ele também não ia sair de casa, a minha mãe não queria fazer denúncia e eu nem entendia direito como que era fazer denúncia, eu tinha aquela visão que a minha mãe ia lá e eles falavam que não poderiam fazer nada e ela ia voltar para casa com meu pai. Eu não sabia que eu podia tentar intervir em algo, falar algo, encaminhar ela para algum lugar.

Acabei fazendo esse curso que é o Projeto Promotoras Legais Populares, onde as mulheres aprendem mais sobre cidadania e seus direitos com o foco maior na questão da violência doméstica, dentro dos temas também tinha palestras sobre drogas e saúde. Claro, não foi fácil falar vou fazer esse curso e sair fazendo porque eu tinha que trabalhar também e apesar de eu ter um marido que não é e nunca foi violento, ele é chato mas não me proíbe de fazer as coisas, naquele momento ele tentou proibir mas eu pensei "eu não quero essa vida para mim, de tudo ter que ficar pedindo, ele não deixou eu não vou, porque o marido falou não é não" então resolvi conversar, não precisei brigar com ele, mas eu falei que eu ia fazer. Quando eu cheguei e trouxe a proposta ele falou assim:

- Você vai perder tempo? Você tem filho para criar e a menina você vai deixar com quem?
- Vou deixar com você.

Aí ele falou assim:

Não, eu não vou cuidar, a criança precisa da mãe.
 Eu falei:

- Uma vez por semana e eu não posso? Trabalhar eu posso. Eu posso todos os dias sair para trabalhar, eu posso deixar minha filha na creche todos os dias sem mãe, mas eu não posso fazer um curso uma vez por semana à noite?

Enfim consegui convence-lo, não gostou muito claro, tive alguns problemas por que as vezes reclamava que a menina ficou chorando, porque o filho também queria eu e não estava em casa, apesar de ele já ser grandinho mas eu ficava assim "gente é uma vez só por semana". Fui levando e conforme eu trazia algumas informações eu vi que ele foi implicando:

- É para isso que você tá lá? Você tá perdendo tempo? Você tá fazendo curso aonde mulher vai querer ficar mandando em homem? Falei assim:
- Não é questão de mandar, eu não tô aqui para mandar, a gente tá aqui para conversar, eu aprendi que a gente tem que conversar, dialogar eu não tenho que ficar brigando com você só que também eu não tenho que ficar falando amém para tudo, dá para deixar? Posso fazer?

Aí ele falou assim:

- Ah, eu acho melhor não.

Eu falei assim:

- Desculpa, não vou sair eu entrei agora e eu vou ficar.

Fiquei, fiz o curso e aí com o tempo ele viu que aquilo na verdade não estava prejudicando ao contrário eu estava conseguindo ajudar muitas pessoas, até a família dele eu acabei ajudando com algumas questões. Aconteceram vários casos na minha família que eu pude intervir, casos de outras pessoas também.

Teve um momento que eu fui para a delegacia e ouvi uma mulher falar que foi vítima de violência e a delegacia não fez o atendimento adequado como deveria e mandou essa pessoa embora, como eu já tinha feito o curso fiquei apavorada por que seria minha primeira ação fora da família e com alguém da comunidade. Eu a ouvi comentando que ele tinha entrado no barraco que era dela e batido nela e na filha, ele era padrasto da filha, e figuei muito irritada de ouvir a escrivã dizer que o barraco era dele também e que ele tinha direito. Ela os mandou para casa para conversarem porque estavam muito nervosos e aquilo foi me irritando, mas ainda não tive coragem de abrir minha boca porque seria minha primeira ação e eu não estava me sentindo preparada, eu tinha a informação, mas eu sempre tive essa questão da vergonha, o medo de ser repreendida, eles eram superiores a mim, então eu tinha medo de falar, eu não tinha essa segurança. Eu comecei a bater o pé, meu marido estava comigo e falou:

- Que foi?

- Eu tô nervosa, olha o que a moça tá fazendo? Tá dizendo que é só ir para casa conversar. Olha o estado do cara, ele vai matar ela.
- Eu sei que a gente não pode julgar, mas eu olhava para ele e via uma pessoa má mesmo e eu falei assim:
- Sérgio, eu preciso fazer alguma coisa. Eu preciso fazer alguma coisa.
- Você não vai fazer nada, você é louca, vai ficar se intrometendo no serviço dos outros.
- Mas não tá certo. Isso não pode acontecer.

Sabe quando você quer fazer algo e não consegue, mas fica assim "ai meu Deus ajuda, não deixa esse cara voltar com ela sem pelo menos ela ter um boletim de ocorrência, ela precisa registrar isso". Eu não precisei falar, graças a Deus porque veio uma luz lá de dentro, veio um cara e pediu que explicassem o que estava acontecendo, a escrivã explicou e ele falou para autuar ele sim, eu nem sei se ele era escrivão também se ele era delegado quem era aquela pessoa, eu só sei que ele veio e fez ela fazer o boletim de ocorrência, ou seja tem que ter pessoas preparadas, não era porque era mulher que estava lá, ela não estava protegendo a vítima ela estava mandando embora para casa. Eu voltei em paz porque algo foi feito, mas ao mesmo tempo me senti covarde porque se aquele cara não tivesse falado algo talvez eu também não falasse por medo, por insegurança, porque eu ainda não consegui colocar aquilo para fora e eu fiquei com aquilo na cabeça, "não acredito que eu fiz o curso e não consegui falar nada".

Depois de um tempo fomos para a delegacia porque roubaram o carro de um amigo nosso e chegou uma moça dizendo que foi vítima de violência, eles também não fizeram nada, falaram para ela voltar mais tarde, 5 horas da manhã porque com tudo que eles tinham de b.o. lá ela só poderia ser atendida nesse horário e não fizeram o boletim. Eu vi que o escrivão que atendeu deu uma cartilha para ela do Cerem. Ela falou que tinha um filho e que o homem embriagado levou o filho além de ter agredido ela, ao invés de acionar o Conselho Tutelar porque tinha uma criança em risco, mesmo sendo pai a partir do momento que ele estava embriagado ele não tinha que estar com aquela criança, ele só pegou abriu cartilha e falou para ela procurar a Defensoria Pública porque o filho também era dele e quanto a isso não podiam fazer nada, mas se ela quisesse voltar a fazer o boletim de ocorrência pela violência deveria voltar de madrugada, para ver se eles conseguiam fazer. Ainda nessa vez não abri a boca dentro da delegacia, mas eu segurei a mulher na porta e falei:

- Moça, licença, posso falar um pouquinho? Porque você precisava do boletim de ocorrência mesmo?
- Ela explicou de novo eu falei:
- Se eu fosse a senhora eu voltava lá e falava que queria ser atendida, que quero o boletim. Seja 5 horas da amanhã a senhora não sai daqui de dentro, fica até 5 horas da manhã esperando.
- É fia, mas já é a segunda vez que ele me bate e eu venho aqui e não fazem.

Isso vai dando uma força maior ainda para você, então eu falei:

- Então vamos tentar, porque esse endereço que ele te deu, não vai atender a senhora, sem boletim de ocorrência a senhora não vai conseguir nada, a primeira parte é o boletim de ocorrência, a Defensoria Pública pode até cuidar de algumas coisas, pode até ver a parte do filho, mas ela não vai fazer o boletim de ocorrência, a senhora precisa do boletim.
- Então o que eu faço?

Ai eu pensei e falei assim:

- Vamos fazer o seguinte, a senhora vai ao PA fala que foi vítima de violência, mostra as marcas que eles irão atendê-la e a própria GCM vai trazer a senhora para cá e vai fazer esse boletim de ocorrência.

Peguei os contatos dela, eu não podia ir com ela, mas ela foi para o PA, ela foi atendida, a GCM levou ela até lá e foi feito o boletim assim que ela chegou, ou seja ela não chegou de madrugada na casa dela. Depois eu não conseguia falar com ela, eu ligava e não conseguia falar, a angústia tomou conta de mim porque eu não acompanhei, você acaba até se sentindo meio que culpada até que eu consegui falar com ela e foi um alívio quando eu ouvi a voz dela aí ela falou para mim:

- Muito obrigada, não sei nem como te agradecer, eu fiz o boletim de ocorrência e já fui no atendimento.

Ela falou todo o procedimento que tinha que acontecer e ela me agradeceu muito porque senão ela ia para casa e ia continuar com aquele cara indo até lá para agredi-la. Essa foi a primeira ação que eu consegui começar agir e daí em diante eu não parei mais, até hoje eu faço, até já tive que intervir dentro da família também.

Quando meu pai começava a querer agredir a minha mãe eu já falava para ele "olha a lei" ele falava que a lei não funciona para nada. Às vezes eu falava para a minha mãe também, a senhora vai viver essa vida até quando? Aproveita que a gente já tá criado, sai desse ciclo de violência. Eu amo meu pai, mas já está nele isso, ele não vai conseguir tirar isso eu falava para ela. Não é tão fácil assim, ele vai ter que sentir a perda, talvez, para poder parar com isso. Teve um momento que o meu pai parou com isso e minha mãe também começou a intimidar ele, ela chegou até fazer uma vez um boletim de ocorrência, apesar de não ter saído da casa e nem pedido a protetiva, mas ela fez um boletim de ocorrência. Meu pai chegou um momento que ele parou mesmo de beber por conta própria e não tivemos mais problema, até hoje ele não voltou mais a beber, mas aí ficaram os meninos.

A gente se livrou de um, mas ficaram os meninos e o meu irmão caçula era o mais bravo, tanto que ele chegou até brigar com a minha mãe, a mulher dele qualquer coisa ele já queria bater e eu também não conseguia faze-la denunciar porque tinha que partir dela. A lei tem que valer para todos, é difícil às vezes a gente ter essa coragem de denunciar a família, porque queremos acreditar que aquilo vai passar desde pequena eu pensava assim, "isso vai passar, um dia isso vai acabar" eu não via a hora daquilo acabar. Então com meu irmão também tinha isso, mas com o curso eu vi que eu não tenho o direito de ficar achando que isso vai mudar, não muda, ele vai acabar

matando a esposa, às vezes pode até parar só depois que matar, cair na real do fez.

Ele não é um homem totalmente bonzinho porque ele é bravo, mas ele não agride mais e hoje ela também já se impõem, ela conseguiu ter autonomia. Eu sempre ensinei minhas cunhadas que elas precisam trabalhar sim, para não ficarem na dependência deles o tempo todo e elas conseguiram ganhar a autonomia delas porque foram trabalhar. É uma outra vida mesmo, elas eram mulheres que não podiam sair de casa e elas conseguiram isso porque eu tinha isso, eu saía muito sozinha, eu saía para trabalhar, eu saía a passeio, a gente prefere ficar junto com o marido, mas se não quer ir eu não vou ficar presa dentro de casa o tempo todo e hoje elas conseguiram isso também. Eu falo em casa ou com alguém que eu converso que eu sei o quanto eu ajudei essas meninas a se libertarem e hoje elas se viram, não me ligam para pedir nada. Hoje em dia elas mesmas vão atrás, nenhuma delas é PLPs, mas todas elas já aprenderam que elas também podem buscar informação.

A gente esta sempre tentando tirar a mulher desse ciclo de violência, apesar do curso trabalhar outras áreas, a questão da violência ainda é muito grande, é o que mais pega, porque ela sofre violência na casa, às vezes sofre no trabalho, um assédio alguma coisa e ela tem que trabalhar, ela tem que ajudar em casa, as vezes nem tem o bendito do marido ou tem um que não dá para nada é só mais um para ela sustentar. Eu acho muito importante o curso por causa disso, porque ele cria essa força para que elas tenham autonomia, que elas se sintam sujeitas de direitos, que voltem a estudar porque nunca é tarde.

Às vezes elas acham, "já fiz besteira mesmo", eu mesma pensei isso porque casei cedo, 17 anos já estava casada. Quando eu casei não tinha nem acabado o ensino médio porque quando eu fui para o primeiro ano eu não consegui estudar porque minha mãe não deixava estudar a noite, era perigoso naquela época, o bairro que eu morava era muito violento, tiroteio em tudo quanto é lado, então à noite minha mãe não deixava. Eu queria, mesmo com tiroteio e tudo eu queria ir para a escola, eu queria continuar, mas fui cortada por essas questões, porque de dia eu tinha que trabalhar, a minha mãe impôs que eu tinha que trabalhar para poder ajudar em casa porque ela não estava dando conta e a noite eu não podia, porque o bairro era muito perigoso. Depois de dois anos minha mãe me deixou voltar a estudar, eu consegui convence-la a estudar à noite, mas aí com 17 eu casei, estava no segundo ano do ensino médio, no terceiro terminei grávida do meu filho então era mais uma etapa que eu pensei "vou concluir e não vou dar andamento", porque agora mãe e casada não vou mais conseguir estudar.

Eu tinha isso que eu não podia, que eu não tinha esse direito, porque eu fiz o contrário eu não consegui ser mais forte do que minha mãe, convencê-la de que eu tinha que estudar, que eu não queria aquela vida, eu não queria aquilo para mim pelo menos tentar não ter aquela vida. Depois de muitos anos que eu consegui voltar a estudar, eu já estava com 38 anos quando eu fiz o segundo Enem e consegui uma

boa pontuação. Eu consegui uma bolsa para fazer pedagogia o que foi outro parto na minha casa:

- Como assim vai estudar, saí de casa?

Naquele período eu trabalhava a noite, fiquei uns três anos à noite e eu falei para ele:

- Trabalhar eu posso à noite, estudar não. Se eu conseguir eu vou ir sim.

Eu fiz semipresencial então não ia todos os dias para a escola, conclui, acabei agora esse final de ano e só estou esperando a documentação sair, já sou pedagoga, agora posso falar e é tudo sonho.

Eu fiz estágios da parte de pedagogia e nessas escolas por onde eu passei consegui plantar a minha sementinha, seja na vida das crianças, seja na vida dos professores, apesar ainda de eu ter um pouquinho de vergonha, estou bem melhor, mas eu acho que foi tão enraizado dentro de mim que toda vez que eu ia para o estágio em escolas novas eu chegava parecendo um bichinho do mato, me sentindo como eu era quando criança, aquele espaço não é meu, as professoras me chamavam e eu: Será que eu posso? Será que não vai vim alguém superior e falar assim: "Que você está fazendo aqui? Aqui não é seu lugar, você é estagiária, você não é professora" então eu passei muito mal algumas vezes quando trocava porque eu ia para outras escolas.

Quando eu saí de uma dessas escolas fizeram uma festa para mim de despedida, todos eles e a professora com balões pela sala e um monte de mensagens para mim, criaram um grupo de WhatsApp "todos querem a Néia". Era uma sala super difícil, era uma sala complicada mesmo a primeira semana chorei dentro daquela sala porque eu achava os alunos, na minha visão, sem respeito, eles não tinham limites eu fiquei "não, mas eu tenho que saber trabalhar com as crianças eu tenho que ganhar essas crianças, elas não me vencer, como que eu vou ser professora desse jeito".

Consegui ajudar tantas crianças que nem era a minha aluna, eu era educadora de um aluna especial, mas consegui ajudar, junto com a professora, eu podia falar também, eu sei o quanto era importante para o meu aprendizado e quanto era importante para aquela criança que vem da comunidade que tem lá os seus problemas também, que está reproduzido aquilo que passaram para elas então eu tenho que saber lidar com esse tipo de criança porque eu vou encontrar com isso. Para mim foi mais outra coisa que eu tenho certeza que o PLP me fortaleceu, porque eu consigo pensar no social deles, porque eu consigo ajudar eles a avançarem tentando chegar mais próxima desse aluno, eu não quero forçar ele eu quero ajudar também, porque isso vai ajudar ele a se desenvolver.

Eu não sei se eu vou conseguir ir para uma escola particular, às vezes eu fico pensando, parece que o meu carma são essas pessoas da periferia, porque vim de lá eu sei o que eu passei, eu não tive uma ajuda dentro da escola, não tive um professor que tivesse um olhar diferenciado para mim no sentido de tentar me ajudar, conhecer minha história e eu tive muita dificuldade na minha infância dentro

da escola também. Não tenho uma memória de um professor que realmente pegou na minha mão, não, eu tinha os professores que repreendiam apenas e eu fazia por medo muita coisa, eu tentava entender por medo para não apanhar da mãe e nem ser chamada atenção dentro da sala de aula.

Acho muito gratificante a gente conseguir ter esse olhar para o social, a gente usa os nossos exemplos para poder libertar os outros e às vezes até exemplos de outras pessoas que trazem para a gente conseguimos levar, é uma troca, eu te passo meu conhecimento você me traz o seu, sua vivência, seu conhecimento e a gente consegue falar tanto da nossa história para outras pessoas, como de outras pessoas que também conseguiram se libertar, se entender enquanto pessoas, sujeitas de direitos então eu acho que isso é muito gratificante e sou grata ao PLENU, ao PLP por ter feito isso comigo e com todas as outras até as que vieram antes de mim porque eu sei o quanto fez diferença, apesar da gente não ter contato com todas essas mulheres, eu sei que alguma coisa elas estão fazendo.

Eu aprendi lá que se eu quisesse eu tinha que lutar para conseguir, tentar contornar a situação em casa para evitar muitos conflitos, tentar fazer com que a pessoa te entenda que eu não estou fazendo aquilo só para o meu bem, é para o nosso bem, é para o nosso lar, tem caso que eu sei que realmente se a mulher quiser fazer ela vai ter que falar tchau para o bonito mesmo, porque ele quer ser dono dela o tempo todo, eu tive a sorte de não ter esse marido dono. Para o meu marido mulher tinha que estar em casa cuidando dos filhos, foi assim que ele cresceu porque a minha sogra é do lar e ela cuidou dos filhos o tempo todo, eles trabalhavam no sítio e a mãezinha acordava cedo para fazer marmitinha e levar no meio do mato, carregando outra criança junto, para ele foi um pouco difícil ele ver eu aos pouquinhos saindo daquela obrigação de ter que estar ali. Claro teve alguns momentos tivemos uma certa discussão porque falava que a obrigação era minha e eu falava que eu faria a hora que desse, hoje em dia eu já nem falo mais a obrigação é minha, eu falo que a obrigação é nossa.

- Se você trabalha, eu também trabalho entendeu então a gente tem que saber dividir ou se você não vai dividir, a hora que eu puder eu faço.

É muito difícil você conseguir conquistar esses espaços, eu tive um pouco de sorte porque não tive o marido da minha mãe. São 25 anos de casada com ele e eu não tive esse marido agressor então foi um pouco mais fácil conseguir quebrar essa barreira, mesmo assim não foi chegar, fazer e pronto acabou, não foi assim, porque ele tinha aquela criação cultural de que a mulher tem que ficar em casa cuidando dos filhos, é a obrigação dela enquanto dele era sair para trabalhar, graças a Deus trabalhador ele sempre foi, mas ele tinha que sair para trabalhar e trazer o alimento e eu tinha que ficar ali com aquela vida regrada, eu até respeitava às vezes porque eu entendia que era assim.

A partir do momento que eu fiz o curso eu pensei "não é assim", tem umas coisas que vamos conversar, a gente vai se acertar e com o tempo eu tive essa força para conseguir esse espaço, até voltar a estudar porque eu conheço várias pessoas que não conseguiram até hoje, voltar a estudar. E você com essa sua história, pensar na sua vida e não querer isso para outras pessoas te faz ser mais forte para continuar lutando por isso, para que outras pessoas não passem o que você passou e para que entendam o porque da minha mãe ter suportado tudo aquilo. É fácil quem esta de fora falar que a minha mãe não largou porque não quis, eu também falei isso para ela:

- Poxa mãe a senhora tinha um filho, um marido que já era agressor e a senhora foi lá e engravidou de mim e nove meses depois eu nasci. Meu irmão tinha um ano mãe, não podia já ter parado nele.

Ela falou assim quando ela me contou tudo:

- Eu tenho uma coisa para te contar que eu nunca te contei, quando eu descobri que estava grávida de você eu quase enlouqueci, realmente o seu irmão era muito novo e eu estava na rua porque minha mãe tinha me colocado para fora de casa.

Minha avó quando minha mãe engravidou colocou ela para rua porque filha que arrumasse barriga não tinha direito de ficar na casa, tinha que ir atrás do marido independente dele ser um alcoólatra, dele ser agressor ou o que fosse. Minha mãe ficou sem estrutura nenhuma, ela teve que se submeter a tudo aquilo naquele período porque ela não tinha para onde ir e ela acreditava que o pai tinha que participar da vida daquele filho, meu pai nem participou direito, mas ela acreditava naquilo. Minha mãe se sentiu tão desesperada que ela tomou um chá que ensinaram ela que era abortivo para poder me tirar e mesmo assim eu vim. Parece que ela tinha que colocar para fora aquilo que ela tinha feito porque ela achava que eu era a única pessoa que ela jamais deveria ter pensado em tirar, porque eu sempre fui o braço da minha mãe, sempre ajudei muito ela, seja com orientação, seja para ir atrás de direitos e ela me falou, com um grande remorso até, assim:

- Filha, eu queria saber o que seria da minha vida se eu não tivesse tido você.

Minha mãe morreu ano passado, dentro do hospital ela falou:

- Filha me perdoa de qualquer coisa eu sou tão grata a Deus por você, pela Camila.

As filhas que não deram trabalho para ela, mas ela olhou para mim e falou assim:

- Eu amo todos os meus filhos, mas filha principalmente você. Eu não sei o que seria de mim se eu não tivesse você porque agora se eu morrer eu vou morrer em paz porque eu sei que você vai cuidar da Brenda, eu sei que você vai cuidar da Camila. Eu fico tranquila porque eu sei que eu tenho você.

Agora sigo cuidando do povo porque realmente ela se foi, minha irmã agora esta grávida e ela tem alguns probleminhas e eu fico assim acompanhando, tentando dar força ali então eu continuo sendo mãe da minha família só que hoje com mais informação, com mais entendimento das coisas, não carrego tudo porque eu tenho que pensar que amanhã ou depois eu posso não estar mais aqui então

preciso deixar eles preparados, inclusive a minha filha eu tento prepará-la.

Através do Projeto Promotoras Legais Populares veio o projeto da Leila Gapy de escrita, aonde as mulheres desenvolvem a escrita e começam a escrever os seus textos, ela passa vários exercícios, são 8 aulas desse projeto que ela dá voluntariamente e todo ano leva para as PLPs, já foram três edições. Ela também foi nossa aluna, quando ela era jornalista do Jornal Cruzeiro do Sul, teve um momento que ela foi ao PLENU para entrevistar a entidade e ali ela gostou e falou que faria o curso.

Com esse curso as mulheres conseguem através dos textos falar um pouco da história delas, porque a gente sempre inicia com a nossa história ai depois a gente pode começar a falar de um lugar que passou e outras coisas, mas o primeiro momento que vai para um blog que ela fez é: Quem é a Néia? De onde ela veio? Eu também fiz esse curso, lá do projeto foram várias e a gente vê que nossas histórias se repetem, como a infância que a gente não sabia que era feminista e já era porque muita coisa não aceitávamos. Eu não aceitava aquela situação da minha mãe, eu era contra aquele tipo de violência até em trabalhos às vezes eu achava que alguns trabalhos que ela ia as pessoas abusavam dela e depois eu vivi aquilo e era assim, se eu não fizer eu não vou conseguir ajudar, eu não vou conseguir levar, vou ficar sem emprego, o que eu vou fazer, como vou ajudar a minha mãe, era a mesma situação da minha mãe mas eu não aceitava aquilo, fazia por obrigação, porque no meu entendimento eu não tinha outro caminho, e você vê que as pessoas começam a se soltar e escrever, porque elas também passaram por isso.

Com as novas alunas, inclusive desse ano, eu tentei ser bem transparente, para não acharem que eu sou uma pessoa superior a elas, "eu sou como vocês, eu sou PLP", moro na periferia, eu sou a mesma pessoa que vocês, também tive dificuldades na vida, e eu sei o quanto eu fortaleço aquelas que estão chegando e que não conseguiram ainda se desconstruir, esse ano eu consegui deixar o mais transparente possível para elas, para que elas também ganhassem essa autonomia, criassem coragem, apesar de já ter alguns anos que boa parte delas voltaram a estudar, então com as próximas eu consigo trazer a história de outras e a minha.

Eu não falo em público, eu odeio falar em público fiz até um cursinho que deram para mim para poder ver se soltava um pouco. Eu sou muito dos bastidores, eu não preciso ajudar e ficar falando, o meu negócio era ali nos bastidores, precisa de ajuda eu vou lá, vou correr, vou fazer, eu ficava assim "não, eu prefiro ficar atrás aqui com elas" vendo o movimento acontecendo, eu achava, que aquela mesa principal não era para mim que era para as pessoas estudadas, entendidas, não era para uma pessoa qualquer então eu tinha essa dificuldade, esse bloqueio, de tremer mesmo, de ficar nervosa e eu ficava "gente mas o que eu tô passando para elas porque não tô conseguindo libertar elas dessa parte" mas ai enfim eu consegui. Chegou o dia e eu comecei a tremer de novo, falei assim "eu preciso conseguir", consegui e o professor que deu um pouco de curso para

mim foi no dia. Eu lembrava, "olha para um ponto e foca", quando eu vi eu estava olhando para tudo e estava falando tudo o que vinha de dentro mesmo, não era nada inventado não era nada escrito, eu não tinha texto, eu não escrevo texto, alias eu não consigo fazer isso eu escrevi texto para a Leila sabe Deus como, porque eu demorei para escrever o texto para ela, eu começava a escrever e já começava a chorar porque você começa lá de traz, mas eu consegui falar, eu me soltei ali.

O primeiro dia de aula já vou começar no início falando o que eu falei, enquanto PLP, quem sou eu PLP, porque hoje eu consigo me ver a Néia depois do PLP, deixar elas à vontade já desde o início para não ter que ficar trabalhando aos pouquinhos. Eu sou uma delas, apesar de hoje ter uma formação eu não tenho esses estudos, eu sei o que a mulher sofre, eu sei o que ela vivência, eu sei o que ela passa e muita coisa a gente passou, passei na própria pele, então eu comecei a me ver assim uma pessoa importante nesse sentido, que eu não achava, eu achava que eu era só para monitorar e dar o suporte ali.

Eu acho que 2018 ficou mais claro para mim isso de encarar algumas coisas, as pessoas já me cobram, falam assim "você é liderança, tem que se posicionar como liderança", mas eu não consigo me ver como liderança, eu consigo me ver como Néia PLP que quer ajudar ou que quer exercer aquilo que eu me propus dentro da entidade, não consigo me ver como liderança, eu acho que esse é o papel de PLP, ajudar, tentar cooperar com as pessoas, passar a informação correta, eu não consigo ver isso como uma a liderança, porque eu acredito que qualquer uma delas podem fazer isso, hoje eu entendo que todas são lideranças porque elas vão estar orientando outras pessoas e isso é liderar. Quando falavam para eu liderar eu achava, que era chefiar. "Como assim, chefe do que?" Não sou chefe de ninguém, então não entendia muito, mas em 2018 ficou bem claro isso para mim, é esse papel e passo isso para elas.

Dificuldade eu sempre tive para um monte de coisa, sempre fui uma menina tímida, eu quase não falava, tanto quando eu fiz o curso era a mais quietinha da sala, eu fiz uma pergunta ao longo do ano todo, eu não perguntava nada, não que eu tenha me libertado de tudo, depende da atividade. Eu não sei se foi tanto medo da infância que você aprende que você não é nada, as pessoas sempre estão acima de você, então isso era até na escola, eu achava que eu não podia abrir a boca para ninguém nem para questionar direitos que eram meus porque as pessoas não gostam de ser questionadas, então eu sofri muito com isso e até hoje eu tenho um pouquinho de problema com isso dependendo da autoridade que esta a minha frente, eu tremo, eu só vou abrir a minha boca se eu tiver realmente certeza daquilo que eu estou falando, se eu tiver insegurança eu me calo, porque esse é um trauma que eu acredito que veio da infância.

Eu percebi que esse bloqueio é de alguma coisa lá trás que eu não sei dizer ainda direito, eu acredito que seja porque eu não podia falar nada, não tem outro motivo, porque eu falo numa boa numa roda de conversas ou eu aqui com você, mas na hora que é para muitas

pessoas me ouvirem e que tenha ali autoridades eu às vezes me sinto inferior a elas, eu não consigo me sentir por igual, eu me sinto inferior ainda a elas. Fico com aquela coisa, será que eu vou falar besteira? Eu estou tentando, do ano passado para cá, quebrar isso, mas sinto que eu ainda tenho, mas é menos. Antes até sentar numa roda de conversa para resolver a vida do PLENU que fosse eu já me sentia como se eu estivesse num lugar que não era meu, porque eu me sentia impedida para qualquer coisa, eu cresci sabendo que eu ia ser uma doméstica não ia ter outra coisa para fazer na vida porque eu não tinha estudos, eu não me sentia capaz.

Acho que eu mesma me barrava sozinha por medo da sociedade, por tudo que eu passei, hoje algumas pessoas conversam comigo e falam "nossa, mas é tão legal conversar com você. Você tem tanta instrução, você é uma pessoa assim tão diferenciada" e eu falo que eu não era assim, eu vou levar o PLP para o resto da minha vida porque eu não era assim, eu só consegui ter essa força mesmo de que eu tenho direito, que não preciso ser briguenta, não preciso fazer escândalo ou chamar atenção, com o projeto porque antes eu não tinha, eu queria fazer só não sabia como, eu queria tirar minha mãe do ciclo de violência só não sabia como, eu queria tirar minhas cunhadas, não sabia como.

Durante a formatura das PLPs, eu falei que elas precisavam fazer a mesma coisa que eu aprendi com a Leila e que parte delas aprenderam, porque nem todas fizeram o curso, de contar nossas histórias, mas não precisa chegar na sua casa já escrevendo o texto, você vai desenvolver com o tempo, conte a sua história porque a sua história pode ajudar outras pessoas. Eu não entendia isso, demorei muito para entender inclusive até falei que eu agradeci a Leila dela ter aparecido nas nossas vidas, porque realmente a gente precisa falar das nossas dores. Para completar eu li o livro da Marcia Tiburi que fala que as mulheres que são feministas, que se compreenderam como feministas, que às vezes não sabiam que eram feministas desde a infância, vão colocar sua história para fora e isso vai ser libertador para elas. Acho que 2018 era meu ano eu tinha que começar a fazer alguma coisa, ela deixa bem claro que o tempo vai fazer isso, vai chegar o momento que você vai colocar para fora, então falei isso para elas, coloquem para fora no momento de vocês, coloquem para fora isso vai ajudar outras pessoas assim como me ajudou e eu consegui ajudar outras pessoas porque hoje quando eu vejo os textos eu falo nossas histórias são tão parecidas, como que pode, são PLPs e nossas histórias são super parecidas. E o ano todo eu cobrava isso delas eu cobrava coisas que não eu tinha força, mas eu cobrava delas, "gente todo mundo tem o direito de falar" vamos, perguntem, contem, para elas poderem se soltar e se sentirem bem.

Eu Néia, hoje em dia continuo casada, temos dois filhos, eu tenho uma formação, porque não tinha e achava que não ia conseguir nunca, mas consegui e conclui, estou na coordenação ainda do Projeto Promotoras Legais Populares não sei até quando, mas eu sempre digo que se eu parar em qualquer momento ele vai continuar porque tem pessoas muito engajadas nisso e as mulheres sabem da

importância disso então elas mesmo, eu tenho certeza que elas irão brigar para que isso continue porque elas sabem o quanto foi importante para elas. Eu entendo que precisa dessa capacitação contínua, eu sempre falo e escrevo assim: "sempre em processo de aprendizagem, a gente está sempre aprendendo".

As mulheres têm que ser cada vez mais capacitadas, isso seria muito importante e que todas fizessem o curso Promotoras Legais Populares para poder ajudar outras pessoas, e que tivessem essa consciência de que são sujeitas de direito, que elas podem sim, mulher pode sim, que uma tem que dar a mão para outra sim, dar a mão uma para a outra é tentar orientar, ajudar, conhecer a história. Fazer o curso, dar a mão uma para outra e ir atrás da luta porque nós mulheres podemos sim ter muita coisa e não podemos abaixar a cabeça para esse maldito patriarcado, e continuar assim, tentando ajudar uma a outra.

4.5. As práticas socioespaciais e a produção de territorialidades

A história de vida dessas mulheres, que atuam em diversas frentes de luta na cidade de Sorocaba, demonstra como é tênue a linha que separa suas vidas cotidianas da militância. Todas seguem suas vidas em defesa dos direitos da mulher e criam assim espaços de representação, baseadas em suas ações coletivas. Essas territorialidades estão presentes onde estas mulheres se organizam e podem, portanto integrar diversos espaços da cidade como exemplo a região central. O uso coletivo e integrado de diversos espaços com objetivos relacionados à organização do movimento, comemoração de conquistas, lazer e entretenimento, promoção de direitos e outros constrói assim espaços de representação que por sua vez manifestam-se a partir das territorialidades, relacionadas também às atividades cotidianas das mulheres.

As entrevistadas defendem também a necessidade de que as mulheres ocupem cada vez mais espaços de poder e isso inclui os espaços de representação institucionalizados como a Câmara Municipal e os Conselhos Municipais de Sorocaba. Elas acreditam na necessidade de levar a população a participar dos Conselhos Municipais, inclusive no CMDM, para que assim possam trazer suas pautas e debate-las junto ao poder público.

O espaço do CMDM aparece deste modo como um espaço institucionalizado, uma representação do espaço, de suma importância para se pautar políticas públicas na cidade, uma vez que é através dele que as demandas cotidianas, dos espaços de representação onde se desenrola a vida, são levadas ao poder público. São inegáveis as conquistas que o CMDM conseguiu ao longo de seus 32 anos de existência, a serem comemorados no mês de julho.

Porém, cada uma das mulheres entrevistadas em seus territórios de atuação cria territorialidades e redes de união, apesar das dificuldades enfrentadas. O ambiente institucionalizado do Conselho da Mulher garante um espaço para a reunião, aproximação e reflexão de diversas mulheres da cidade, com diferentes graus de escolaridade, vindas de diferentes partes de Sorocaba e com o objetivo de somar à luta.

As ações dessas mulheres pela cidade, ligadas à saúde, educação, cultura e tantos outros, criam assim territorialidades e espaços de representação intimamente relacionados ao seu cotidiano permeado de militância.

As ações da Emanuela como ativista, advogada, militante, palestrante que transita por espaços acadêmicos, culturais e políticos; a atuação da Regina Cardoso, vinculada ao acesso à saúde, educação e violência, que carrega consigo a experiência de tantos anos na luta; a defesa da Drika às mulheres pretas e pobres da *quebrada* e a denuncia das dificuldades de acesso da população da periferia aos espaços de poder; a história da Néia, a quebra do ciclo de violência existente desde sua infância e a importância do curso de PLP em sua vida e na de tantas outras mulheres, são demonstrações de como suas vidas cotidianas estão intimamente relacionadas com sua militância e acabam assim, construindo espaços de representação em seus bairros e comunidades.

Cada uma delas tem uma atuação vasta, estão em conselhos, prestam auxílio em sua comunidade, debatem e questionam dentro de espaços institucionalizados ou não, demonstram a partir de suas atuações e também de seu cotidiano como as territorialidades são produzidas a cada momento, em cada ação construída coletivamente com outras tantas mulheres que participam das ações do Conselho da Mulher, que pedem auxílio e informação, que frequentam o curso Promotoras Legais Populares, que estão em espaços de manifestações culturais e artísticas entre tantos outros.

O coletivo tem poder, como já diziam as feministas da década de 60 "o pessoal é político", na coletividade de suas ações, nas dificuldades da vida, nas dores e alegrias estas mulheres estabelecem redes de solidariedade que se manifestam pelas territorialidades que nascem dos espaços de representação que criam.

A atuação do CMDM é vista por elas como necessária neste momento de tantos retrocessos, mas antes de serem conselheiras, são mulheres, trabalhadoras, militantes dentro de seus espaços, em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período de realização do Mestrado junto ao PPGGeo, abordou-se o tema do movimento de mulheres na cidade de Sorocaba que resultam na construção de territorialidades. Entendeu-se por movimentos de mulheres todas as práticas coletivas que visam atender as demandas específicas das mulheres. Foi possível acompanhar e conhecer um pouco das mulheres que atuam na cidade de Sorocaba, lideranças que criam novos espaços, novas formas de apropriação do urbano, enfim, constroem territorialidades. Das observações, percebeu-se que a formação dessas territorialidades resulta de um movimento das mulheres em busca de espaços para suas demandas. Além da produção espacial ser pautada nas necessidades cotidianas, como o combate à violência. Notou-se integração entre os dois segmentos de movimentos de mulheres abordados, com destaque para aquele dedicado à luta por direitos, em torno do CMDM, bem como o movimento artístico-cultural protagonizado por mulheres, constituindo uma rede de união.

Com a elaboração de representações cartográficas, quadros, a organização dos depoimentos em tópicos (Capítulo 03) e a exposição das histórias de vida (Capítulo 04) os fenômenos espaciais que passariam até então despercebidos ganharam novos contornos. Observou-se as práticas socioespaciais concentradas na região central da cidade, onde vários espaços de eventos e atividades localizam-se próximos. Isso nos chama atenção para a falta neste momento de espaços e atividades voltadas mais às áreas periféricas da cidade, mais distantes do centro. Com essa limitação espacial das atividades, muitas mulheres de regiões mais afastadas podem ainda não ter acesso facilitado a essas ações, tanto de conscientização, combate à violência ou de integração e comemoração das vitórias alcançadas pelo movimento de mulheres. Contudo, o centro da cidade de Sorocaba se caracteriza como popular e é servido por terminais de ônibus com linhas que alcançam os bairros periféricos (com destaque para o Terminal Santo Antônio muito próximo do centro antigo). Vale também destacar que o movimento ao alcançar, por exemplo, o funcionamento 24 horas da Delegacia da mulher, os benefícios se estendem para todas as mulheres que necessitam desse serviço²⁷.

Para responder à pergunta acerca de como os espaços de representação se consolidam como territorialidades, muito pôde ser respondido pelos depoimentos das entrevistas

_

²⁷ Pode-se observar essa conquista da luta das mulheres através da reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul de 21 de jan. 2019: "Sorocaba terá a primeira Delegacia da Mulher aberta 24h no interior de SP", disponível em:https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/sorocaba-tera-a-primeira-delegacia-da-mulher-aberta-24h-no-interior-de-sp/>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

(Capítulos 03 e 04) bem como através da observação participante junto às atividades e ações dos movimentos de mulheres durante o período da pesquisa.

Ou seja, as territorialidades expressam espaços de representação por estarem muito vinculadas à prática cotidiana, com os dramas da vida e dos desafios de ser mulher numa sociedade patriarcal. Ao mesmo tempo também se caracterizam por representações do espaço, já que nessas territorialidades estão mulheres que são lideranças e que vão exercendo esse duplo papel de viver o cotidiano e ao mesmo tempo de estar nas instâncias de representação sempre com uma observação de até que ponto essas representações não vão se distanciar da realidade dos espaços de representação.

Por fim, essas territorialidades se dão sobretudo por conta da identidade e da solidariedade da agenda comum de luta que unifica as diferentes pautas, as diferentes frentes de lutas e os diferentes movimentos de mulheres, isso caracterizaria esses territórios como espaço concreto que demostra a força desses movimentos.

Deste modo, a presente pesquisa aponta para a importância de construção de políticas públicas que beneficiem as mulheres, principalmente no que tange ao combate à violência contra a mulher, dado o grande número de casos na cidade e região. Em levantamento preliminar realizado junto à mídia local hegemônica, representada pelo Jornal Cruzeiro do Sul (ANEXO A), podemos observar o aumento de casos de feminicídio no interior do estado de São Paulo no ano de 2018, além de outros dados alarmantes como a quantidade de casos de violência contra a mulher registrados na Delegacia da Mulher da cidade de Sorocaba. Destaca-se que muitos casos que aparecem na mídia não recebem a nomenclatura de feminicídio (assassinato de mulheres por questões de gênero - lei 13.104/15, ver anexo C), deste modo diferentes palavras são utilizadas para designar essa situação, a exemplo do uso de outros termos como morta, assassinada, vítima de violência, os quais substituem o termo supracitado.

Uma questão que perpassa a reflexão sobre a temática do movimentos de mulheres é referente ao exclusivismo – ou predominância – de mulheres nesses espaços produzidos, a exemplo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), do Centro de Referência da Mulher (CEREM), do projeto Promotoras Legais Populares (PLP), espaços destinados à arte, cooperativas de trabalho, dentre tantos outros, onde a presença de homens pode eventualmente aparecer como público espectador. No contexto desse estudo, entende-se que se trata de uma estratégia fundamental no sentido de se caracterizar como um momento de um processo mais amplo que almeja superar um déficit histórico e alcançar a igualdade de gênero.

Ou seja, a situação de exclusividade de mulheres nos movimentos de mulheres ocupa um momento de estratégia de algo mais amplo que possa, superado esse déficit histórico, dissolver-se num mundo mais igualitário em relação às questões de gênero.

Por fim, a pós-graduação possibilitou experienciar novas situações, conhecer novas leituras para assim refletir e atuar de modo significativo no mundo. Mostrou novas possiblidades e caminhos, através da união entre a prática e a teoria. Deste modo, apesar de todos os desafios e dificuldades que se apresentam no desenvolvimento do "fazer" pesquisa, essa Dissertação de Mestrado é fruto deste esforço em analisar e compreender a realidade existente para assim chegarmos num urbano que possa ser igualitário para todas e todos.

Cabe ainda destacar que algo que contribuiu para a realização desta pesquisa foi ter sido contemplada com bolsa auxílio por meio da agência CAPES, a partir de meados do segundo semestre. A bolsa possibilitou uma dedicação maior ao Programa e as atividades, uma vez que com o trabalho de professora na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, contava-se com dias e horários limitados para realizar as diferentes atividades exigidas. Denota-se assim a importância dessa política para a permanência estudantil e democratização da universidade, inclusive na pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

BORGES, Maristela C. e BRANDÃO, Carlos R. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

BOSI, E. **Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 37-70

BURGOS, R. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: o chão dos catadores no urbano periférico. Tese. Depto Geografia, FFLCH/USP, 2009.

BRAGA Luis C. et al. O território e a territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In.: SAQUET, Marcos A., SOUZA, Edson B. (org.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** São Paulo; Expressão Popular, 2009. 144p.

BRANDÃO, Carlos R. (org.). **Pesquisa participante.** São Paulo; Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. (org.). A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALIÓ, Sonia A. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano.** Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf. Acesso em: 04 dez. 2017.

CAETANO, Geani N. Dinâmica demográfica do município de santa maria/rs: o estudo acerca das relações de conjugalidade através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal. In: II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades: Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial, 2. 2014. Porto Velho. *Anais...*Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2014. p.1009-1036.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo. FFLCH, 2007.

CASTRO, Amanda M. Notas sobre gênero e patriarcado. In: II Seminário Latino Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades: Interseccionalidade, gênero e sexualidades na análise espacial, 2. 2014. Porto Velho. *Anais...*Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2014. p.524-538.

COLOGNESE, Silvio A. e MÉLO José L.B. **A técnica de entrevista na pesquisa social.** In.:Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, 1998, p.143-159.

CONNELL, Raewyn. A colonialidade do gênero. In: CONNELL, R. **Gênero em termos reais.** São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Rogério H. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.19-98.

_____. Por uma constelação geográfica de conceitos. Viver no limite, pg 19-51. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COSTA, Suely G. Onda, rizoma e "sororidade" como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **R. Inter. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.2, p 01-29, jul./dez. 2009.**

______. Movimentos Feministas, Feminismos. **Estudos Feministas, Florianópolis,** 12(N.E.): 264, set./dez. 2004

DAMIANI, Amélia L. **A metrópole e a indústria reflexões sobre uma urbanização crítica.** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raca e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELVIR, Maria Amanda Martinez. Movilidad Urbana, Segregacion y Genero: Pequeños Retratos de la Movilidad de Mujeres de Norte (Mexico), Centro (Nicaragua) y Sur America (Brasil). Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 1, p. 317, 2017. ISSN 21772886.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd.Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEFEBVRE, H. Ao redor do ponto crítico. In: O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001. PP 71-83

LEVEFBRE, H. Ao redor do ponto crítico. In: O direito a cidade. São Paulo: Centauro. 2001. pp 71-83

A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo. Editora Ática, 1991.

Sobre a forma urbana. In: O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001. PP

A revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LINDÓN, Alicia. La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimento. **Cuerpos, emociones y sociedad**, Córdoba, Nº1, Año 1, p. 06-20, Dic. 2009

MACHADO, Talita Cabral; RATTS, Alecsandro J. P.. As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 1, p. 194213, 2017. ISSN 21772886.**

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29.

MATOS, M. I. S. **Cotidiano e Cidade**. In: Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002. PP 21-55

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral.** 4ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. MCDOWELL, Linda. **Género, Identidad y Lugar. Um estúdio de las geografias feministas.** Madrid: Ediciones Cátedra (Grupo Anaya S.A.), 2000.

NELSON, Lise. Geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia uma geografía global. In: GARCÍA, M. V. I., HERRERA I. E. (org.) Geografías feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporâneas — México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016. p. 21-53.

ORNAT, M. e SILVA, J.M. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa — Paraná. **Revista de História Regional 12(1): 175-195, Verão, 2007.**

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política.** São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

PATERMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. Práticas da memória Feminina. **Rev. Bras. de História**, São Paulo, v.9, n.18, pp. 09-18, ago./set. 1989.

_____. O gênero da cidade. **Rev. História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, pp. 23-44, jan./jun. 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, 1989, 2.3: 3-15.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M. L. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 38, p.11-34, jul./dez. de 2015.**

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence.** In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). Adrienne Rich's Poetry and Prose. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução: Carlos Guilherme do Valle.

RODRIGUES, Thais D. S. Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos. Dissertação. PPGEd/UFSCar, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

______. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais – FLACSO Brasil – pp.01-44. jun. de 2009.**

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. (org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. pp. 57 – 94.

SEABRA, O. C. L. **O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia.** In: Boletim Paulista de Geografia. Nº 74. São Paulo: AGB, 1996. PP 7-21

SEABRA, O. C. L. **Territórios do uso. Cotidiano e modo de vida.** In Revista Cidades v. 1, n. 2 (2004). pp. 181-206

SILVA, Aline A. e SOUZA, Kátia R. Educação, pesquisa participante e saúde: As ideias de Carlos Rodrigues Brandão. Trabalho, Educação e Saúde [en linea] 2014, 12 (Septiembre-Diciembre): [Fecha de consulta: 8 de abril de 2019] Disponible en:http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406756989004> ISSN 1678-1007>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

SILVA, Joseli M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007.**

SILVA, Susana M. V. Geografia e gênero/Geografia feminista - o que é isto? **Boletim** Gaúcho de Geografia, 23: 105 - 110, março, 1998.

SILVA, Susana M. Veleda. Geografías feministas brasilenãs: um punto de visa. In: GARCÍA, M. V. I., HERRERA I. E. (org.) Geografías feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporâneas – México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016. p. 71 – 93.

SOUSA, Fabio G. R. B. Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945). **Cad. Pagu,** n.24, pp. 153-174, 2005.

SOUZA, Marcelo L. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação Socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades, v. 4, n. 6, 102 2007, p. 101-114**

SPIVAK. G. C. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPÓSITO, Eliseu S. A vida nas Cidades. São Paulo. Contexto, 1996.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios.** São Paulo. Editora Alameda, 2017.

VALENTINE, G. The Geography of Women's Fear. In: Area, Vol. 21, No. 4 (Dec., 1989), pp. 385-390.

APÊNDICE A – Questionário sobre o perfil das entrevistadas

Perfil da Entrevistada. 1- Faixa de idade: () 15 - 20 anos () 21 - 30 anos () 31 - 40 anos () 41 - 50 anos () 51 - 60 anos () + de 60 anos 2- Escolaridade: () Não tem () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Técnico () Superior Incompleto () Superior Completo Outros: 3- Profissão atual:_____ 4- Faixa de Renda: () Menos de 1 salário mínimo () 1-3 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () 6-7 salários mínimos () + de 7 salários mínimos 5- Estado Civil: 6- Filhos: () Nenhum () 1 filho(a) () 2 filhos(as) () 3 filhos(as) () 4 filhos(as) () 5 filhos(as) () + de 5 filhos 7- Raça/Etnia: () Branca () Parda

() Preta		
() Amarelo		
() Indígena		
8- Endereço:		
Bairro de residência:	 	
Bairro de trabalho:		

${\bf AP\hat{E}NDICE~B-Roteiro~para~realiza} \\ {\bf \tilde{a}o~de~entrevista~semiestruturada}$

- Apresentação inicial;
- Atuação profissional: Como começou? Atuação hoje;
- Dificuldades e facilidades que enfrentou por ser mulher;
- Quais são os espaços físicos e simbólicos das mulheres na cidade de Sorocaba? Qual a importância das mulheres ocuparem esses espaços?
 - Mensagem final.

ANEXO A – Notícias relacionadas à violência contra a mulher na cidade de Sorocaba

Duas mulheres são assassinadas em Sorocaba em menos de 24h 28/10/2018 13:49

Entre a madrugada e a noite de sábado (27), duas mulheres foram assassinadas em Sorocaba. O primeiro caso trata-se de feminicídio, registrado no sábado. O marido matou a esposa, de 44 anos, a facadas, diante da filha do casal, de nove anos. A outra vítima foi uma jovem de 17 anos, encontrada morta por volta das 22h na rua Antonio Paes, no bairro Caputera.

No primeiro caso, um empresário, de 60 anos, matou a esposa a facadas após discussão. Ela queria se separar. O crime ocorreu na residência do casal, situada na região da Santa Casa, na Vila Raszl. Conforme informações obtidas na delegacia do Plantão Norte, o empresário foi detido em flagrante e encaminhado para a Cadeia de São Roque.

O casal tinha uma filha de nove anos. O irmão da vítima contou para a reportagem que a sobrinha presenciou o crime e foi ela quem pediu socorro para os vizinhos.

Quando chegou ao local, por volta das 2h, a Polícia Militar encontrou a mulher caída no chão do quintal e sem vida. O marido estava com uma faca apontada para o próprio pescoço, ameaçando se matar caso os policiais o prendessem.

A PM teve de usar arma de choque e em seguida balas de borracha para conter o homem. Ainda de acordo com as informações passadas pela delegacia, vizinhos teriam batido muito nele. Devido aos ferimentos, o empresário foi levado para o Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS). Depois de liberado, foi encaminhado para São Roque.

Já o segundo crime vitimou a adolescente identificada como Geovana Crislaine Soares da Silva. Ela estava em posição de decúbito dorsal e tinha ferimentos nas regiões da barriga, tórax e pescoço. Próximo ao local havia um veículo Gol com as portas abertas. Dentro do carro a polícia encontrou documentos da vítima e de um homem que foi procurado pela polícia, mas não encontrado.

De acordo com o registro da ocorrência no Plantão Policial, a polícia identificou o endereço do referido homem, localizado em Votorantim, foi à casa dele mas não o encontrou. Um parente teria dito que o homem deixou um recado de que precisava se esconder por um tempo, mas sem explicar o motivo.

O corpo da adolescente assassinada foi encontrado por um segurança que trabalha numa chácara das proximidades do bairro Caputera e passava pelo local. Ele acionou uma

equipe do Samu, que constatou o óbito da vítima, e também a Polícia Militar, que compareceu momentos depois.

Disponível em:< https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/duas-mulheres-sao-assassinadas-em-sorocaba-em-menos-de-24h/> Acesso em: 11 fev. 2019.

Número de feminicídios aumenta neste ano no Estado de São Paulo 30/10/2018 09:28

Larissa Pessoa

De janeiro a setembro deste ano, 86 mulheres foram vítimas de feminicídio no Estado de São Paulo. A quantidade de crimes desse tipo em 2018 já é maior do que no ano passado todo, quando 85 mulheres morreram em decorrência da sua condição feminina. No interior do Estado, neste ano, foram 49 vítimas, enquanto que no mesmo período de 2017 foram 38 casos e no ano todo 52. Os dados são da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Informações precisas sobre Sorocaba não foram passadas pela delegada Ana Luiza Job de Carvalho Salomone, titular da Delegacia da Mulher (DDM). Ela afirma que os casos de feminicídio são registrados nos Distritos Policiais e posteriormente encaminhados para a delegacia especializada e por isso não é possível fazer a contagem geral.

Uma pesquisa feita pelo Núcleo de Gênero do Ministério Público em São Paulo, em março deste ano, apontou que 45% dos crimes de feminicídio ocorreram por separação ou pedido de separação, 30% por ciúmes ou posse e 17% em meio a uma discussão. A pesquisa analisou 364 casos de feminicídio em 121 cidades no Estado.

Nos primeiros sete meses deste ano, o Ligue 180 — Central de Atendimento à Mulher, registrou mais de 740 ocorrências relacionadas a feminicídios e tentativas de homicídio contra mulheres. Segundo balanço do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), de janeiro a julho de 2018, foram registrados 78 casos de feminicídios e 665 tentativas de assassinatos de mulheres.

A partir da lei 13.104, de 2015, o assassinato de mulheres decorrente da sua condição feminina, denominado feminicídio, deixou de ser considerado homicídio simples, que prevê reclusão de 6 a 20 anos, e passou a ser considerado homicídio qualificado, com pena prevista de 12 a 30 anos.

Nem todo homicídio perpetrado contra mulheres se constitui em feminicídio. Para que o crime se caracterize, conforme a lei, é necessário que ao fato esteja associado a um histórico

de violência doméstica e familiar ou ao menosprezo ou discriminação à sua condição de mulher.

O relatório divulgado pela Secretaria de Segurança destaca que apesar dos homens serem maioria das vítimas de casos de homicídio, normalmente, suas mortes estão atreladas ao tráfico drogas ou à violência urbana (tiroteios, roubos). Enquanto que o assassinato de mulheres ocorre, na maioria das vezes, em ambiente doméstico, com a vítima conhecendo o seu assassino.

Denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas pelo número 180. O serviço é gratuito, funciona 24h por dia de qualquer lugar do Brasil e garante o anonimato. (Larissa Pessoa)

Disponível em:https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/numero-de-feminicidios-aumenta-no-estado-de-sao-paulo/. Acesso em: 11 fev. 2019.

Delegacia da Mulher registra 900 casos de violência doméstica 03/11/2018 08:00

Larissa Pessoa

Entre janeiro e setembro deste ano foram registrados 904 boletins de ocorrência de violência doméstica na Delegacia da Mulher de Sorocaba (DDM). Esse número, segundo a delegada titular Ana Luiza Job de Carvalho Salomone, é inferior ao total registrado na cidade, pois os crimes cometidos aos finais de semana e após às 18h de segunda a sexta são registrados nos demais plantões policiais. Sobre o projeto "A Marca na Rosa", a delegada destaca a necessidade que abordar o assunto com as adolescentes, pois é justamente quando são iniciadas as relações.

Ana Luiza conta que há casos de mulheres com menos de 18 anos que procuram a DDM, mas são raros. "É preferível que uma menina, ao denunciar, faça o boletim acompanhada de um responsável legal e muitas vezes a jovem acaba não se abrindo com os pais e por isso não registra a ocorrência", explica. Entre os boletins contabilizados nos nove primeiros meses deste ano há lesão corporal, ameaça, violência sexual, entre outros.

Na Vara do Juizado Especial Criminal (Jecrim) e da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Sorocaba, também não há dados específicos sobre vítimas adolescentes. No total dos casos que se enquadram na Lei Maria da Penha, neste ano foram distribuídos 714 inquéritos e desses, 298 também tiveram concessão de medida protetiva. Para solicitar a medida protetiva, a vítima deve fazer essa solicitação primeiramente ao delegado, no

momento do registro da ocorrência. Dessa forma o pedido chega ao Fórum e no dia seguinte já é realizada audiência para definir se a medida protetiva será ou não concedida, se baseando no risco que a vítima corre.

Botão do Pânico

Uma das ferramentas existentes em Sorocaba para garantir o cumprimento da medida protetiva é o Botão do Pânico e segundo a Secretaria de Igualdade e Assistência Social (Sias), entre fevereiro e setembro foram registrados 50 atendimentos às vítimas que acionaram a ferramenta. Até o momento, 142 mulheres estão cadastradas no aplicativo. Toda sorocabana que obter uma medida protetiva pelo poder judiciário terá o direito de se cadastrar gratuitamente.

Cerem atendeu 383 vítimas neste ano

No Centro de Referência da Mulher (Cerem), que presta gratuitamente atendimento interdisciplinar especializado e contínuo às mulheres em vulnerabilidade, 42 jovens, com idade entre 14 e 24 anos, relataram serem vítimas de violência doméstica ao longo de 2018. A faixa etária que compreende mais vítimas é a de 25 a 39 anos, com 172 casos. De acordo com dados da Vigilância Social de Sorocaba, de janeiro até agora o Cerem recebeu 383 casos, gerando o total de 2.117 atendimentos, entre acompanhamento psicológico e de assistente social. No ano passado todo, 552 mulheres procuraram pelo serviço.

De acordo com Luciana More, chefe de seção de proteção especial da Secretaria de Igualdade e Assistência Social (Sisas), 40,72% das mulheres atendidas no Cerem são da região sul e leste de Sorocaba, 37,13% pertencem área de abrangência da zona norte e 22,15% à oeste. "Trabalhando diretamente com essas vítimas e como mãe, eu também posso falar que o trabalho de prevenção é essencial, mas infelizmente ainda há muito machismo impregnado na nossa sociedade e muitas mulheres não conseguem notar o risco que estão correndo em suas relações afetivas", afirma.

Ainda conforme os dados da Vigilância Social, 34,9% das vítimas que procuram atendimento no Cerem relatam agressões psicológicas e 20,7% denunciam agressão física. Das mulheres atendidas, 23,4% também sofreram violência moral; 16,4% violência patrimonial e 4,7% foram vítimas de violência sexual. Luciana conta que é crescente o número de mulheres com mais de 50 anos que procuram ajuda. Neste ano foram 82. "Creio que essas vítimas agora se sentem mais seguras para pedir ajuda. Atendemos mulheres que vivem em relações violentas por muitos anos", relata.

Já o agressor, segundo os dados, em 36,4% dos casos é desempregado e com ensino médio completo (25,1%); 14,7% dos homens denunciados possuem ensino técnico ou superior. "A violência doméstica pode acontecer dentro dos lares menos prováveis e classe social não isenta ninguém", afirma Luciana. Em 52,1% dos casos, o agressor é o ex-marido ou ex-namorado. 25,4% das vítimas que buscaram ajuda ainda estão casadas com o agressor. Do total de casos, 13,9% são de filhos que agridem as mães. Irmãos, pais ou outros familiares somam 5,4% do total de registros.

Disponível em:< https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/delegacia-da-mulheratende-900-casos-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 11 fev. 2019

ANEXO B



Arte elaborada pela tatuadora Thereza Nardelli a partir de uma fala de sua mãe, que segundo a artista "desde pequenininha me ensinou de que lado da história a gente tá".

ANEXO C – Lei nº13.104 - Feminicídio

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação: "Homicídio simples

	Art. 121
	Homicídio qualificado § 2º
	Feminicídio VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:
envol	§ 2°-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime ve:
	I - violência doméstica e familiar;II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
	Aumento de pena
	§ 7° A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for
	I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
	II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com ência;
	III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima." (NR) Art. 2º O art. 1º da <u>Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990</u> , passa a vigorar com a seguinte
	"Art. 1º
	<u>I -</u> homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV, V e

Brasília, 9 de março de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Eleonora Menicucci de Oliveira

Ideli Salvatti

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.3.2015

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.ht m>. Acesso em: 03 de mar. 2019.